CIDADE QUE(EX)PULSA

RETERRITORIALIZAÇÃO NO PETRÓPOLIS DE DESLOCADOS
PELO DESASTRE DA BRASKEM EM MACEIÓ -AL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
GUSTAVO FIGUEIREDO LIMA
ORIENTADORA: PROF.ª DR.ª CAROLINE GONÇALVES DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GUSTAVO FIGUEIREDO LIMA

CIDADE QUE (EX)PULSA: RETERRITORIALIZAÇÃO NO PETRÓPOLIS DE DESLOCADOS PELO DESASTRE DA BRASKEM EM MACEIÓ -AL

Maceió -AL
2024

GUSTAVO FIGUEIREDO LIMA

CIDADE QUE (EX)PULSA: RETERRITORIALIZAÇÃO NO PETRÓPOLIS DE DESLOCADOS PELO DESASTRE DA BRASKEM EM MACEIÓ -AL

Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Gonçalves dos Santos

Maceió -AL
2024

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L732c Lima, Gustavo Figueiredo.

Cidade que (ex)pulsa : reterritorialização no Petrópolis de deslocados pelo desastre da Braskem em Maceió -AL / Gustavo Figueiredo Lima. - 2024.

[121] f. : il. color.

Orientadora: Caroline Gonçalves dos Santos.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 104-109.

Apêndices: f. 110-115.

Anexos: f. 118-[121].

1. Desastres tecnológicos. 2. Deslocamentos (Geologia estrutural). 3. Reterritorialização (Planejamento territorial). 4. Desastres ambientais. I. Título

CDU: 711:551.243.6(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

GUSTAVO FIGUEIREDO LIMA

CIDADE QUE (EX)PULSA: RETERRITORIALIZAÇÃO NO PETRÓPOLIS DE DESLOCADOS PELO DESASTRE DA BRASKEM EM MACEIÓ -AL

Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Apresentando em 26 de março de 2024.

Banca examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
CAROLINE GONCALVES DOS SANTOS
Data: 03/04/2024 15:57:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientadora: Prof. Dra. Caroline Gonçalves dos Santos

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIA TONE FERREIRA HIDAKA
Data: 29/04/2024 18:05:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Examinadora Interna: Prof. Dra. Lúcia Tone Ferreira Hidaka

gov.br Documento assinado digitalmente
VIVIANE REGINA COSTA SA
Data: 29/04/2024 18:34:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Examinadora Interna: Prof. Dra. Viviane Regina Costa Sá

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA GARDENIA NASCIMENTO SANTOS
Data: 03/04/2024 16:08:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Examinadora Externa: Me. Maria Gardênia Santos Nascimento

Aos meus pais, por me fazerem acreditar no poder transformador do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela força e discernimento para encará-la com coragem e por colocar pessoas ao meu redor que tornam a caminhada alegre.

À minha mãe e ao meu pai, Maria José e Gabriel, pela imensurável dedicação na criação de seus três filhos, pelo incentivo e apoio (com muito esforço, abdicação e dedicação) aos estudos desde que éramos muito pequenos. Sou imensamente grato pela fortaleza que encontro em nosso lar, repleto de afeto, compaixão e liberdade para escolha dos percursos que me levaram até aqui. Eternizarei em minha memória, ao voltar de Maceió para passar os fins de semana em casa, o meu pai me esperando encostado ao cavalo para ajudar com a mochila pesada e minha mãe me recebendo na varanda de casa ansiosa por um abraço. Peço perdão pelas minhas ausências nos últimos anos.

Aos meus irmãos, pela companhia de sempre. À Gabriel (Júnior) agradeço por ser modelo em suas atitudes e escolhas, pelo cuidado e apoio e pelas conversas sérias e descontraídas sobre as coisas da vida. À Ariany, minha caçula, pelo carinho e alegria, você me inspira a ser uma pessoa melhor. Gratidão por ser minha incentivadora em tudo que me proponho a fazer.

À Maria Nazaré e José Jerônimo (Dona Nazinha e Seu Zé) pela acolhida em Maceió nos primeiros anos do curso. Vocês me deram uma segunda família que ajudou a lidar com a distância e a adaptação com a cidade. Muito obrigado!

À minha avó, Maria, pelo carinho e a acolhida, sempre com o melhor cheiro e o melhor abraço.

À minha tia Ivaneide (Tia Vana) pelo carinho e apoio desde sempre. Ao finalizar esse trabalho, lembrei das incontáveis vezes que o transporte escolar não passava e a senhora me deixava na porta da escola, isso foi essencial para conseguir me manter focado em meus objetivos.

Às minhas tias, Quitéria (Tia Tel) e Aparecida (tia e madrinha, como ela enfatiza), pelo apoio e acolhida em vários momentos, se fosse citá-los provavelmente me falharia a memória. Meu muito obrigado!

Aos colegas de turma, por compartilharem as alegrias e angústias da graduação. Em especial, sou imensamente grato pela amizade cultivada com Eduardo, Aislane e Jéssica, vocês foram apoio nos momentos mais difíceis, incentivadores perante os desafios e compartilharam os momentos mais felizes. Os dias na UFAL e as chamadas de vídeo não seriam os mesmos sem vocês, obrigado por me ensinarem tanto sobre a profissão e a vida. Àqueles que estiveram ao meu lado em trabalhos e em outros momentos da graduação e que não pude mencionar aqui, para não pecar pelo esquecimento, minha gratidão.

Aos meus colegas do PIBIC, pelas conversas, incentivo e ajuda em vários momentos. A Gabriel, que acompanhou o processo desse trabalho do início ao fim, pela sua escuta paciente e prestatividade. À Inara por contribuir com esse trabalho por meio do seu olhar afiado.

Aos amigos e familiares, pelo entusiasmo e pela paciência diante de minhas ausências. Em especial, a Cecília, Janaina e Rosângela pelos momentos de descontração em meios aos estresses da graduação.

Às oportunidades de monitoria com as Professoras Ana Paula Acioli e Débora Cavalcanti, foram momentos inestimáveis de aprendizado.

À DIEX, EJEC e Rodrigo Rocha Arquitetura, pelos aprendizados que levarei para a vida. Gratidão por me moldarem enquanto profissional e pessoa.

À banca examinadora pela contribuição neste trabalho. As professoras Lúcia Hidaka e Viviane Regina estiverem presentes em vários momentos da graduação com conselhos e ensinamentos inestimáveis. Gardênia, para mim é referência em relação ao caso da subsidência do solo desde que iniciei no PIBIC em 2020.

À professora Caroline, minha orientadora, pela convivência, dedicação e paciência. Meu primeiro contato com Carol foi ainda no primeiro período, e fiquei admirado com o seu comprometimento e apreço ao ensinar. Em pouco mais de um ano, comecei a fazer parte de seu projeto de iniciação científica, a melhor experiência de toda a graduação, sem dúvidas. Desde então, são quase quatro anos, praticamente o curso inteiro, em que os aprendizados e as conversas sobre os mais variados assuntos, me moldaram enquanto graduando de arquitetura e urbanismo e fizeram com que me

encontrasse no curso. O teu empenho em fazer tudo com maestria sem perder a gentiliza é um exemplo que procurarei levar não apenas para a profissão, mas também para a vida. Obrigado pelas oportunidades, por me guiar neste trabalho e pela paciência e liberdade que me fizeram amadurecer ao longo dos últimos 4 anos.

À Universidade Federal de Alagoas pela concessão de bolsa de iniciação científica e auxílio para participação em eventos.

Aos colaboradores e demais professores que fazem a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, muito obrigado!

À política de cotas que me proporcionou estar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Infelizmente, isso é um privilégio ainda distante para muitos. Meu desejo é que a democratização desse acesso se estenda a mais brasileiros, para que mais meninos ou meninas permitam-se sonhar.

O menino que sonhava em sair da zona rural no interior de Pernambuco em busca da alçar novos voos e descobrir como era a vida na cidade “grande”, hoje sente-se realizado e motivado a buscar por mais.

RESUMO

Este trabalho debate a reterritorialização no bairro do Petrópolis em Maceió, capital do estado de Alagoas, dos deslocados forçadamente em virtude do afundamento do solo decorrente do desastre tecnológico provocado pela mineração de sal-gema pela empresa petroquímica Braskem. A discussão urge a partir do momento em que mais de 57 mil pessoas foram obrigadas a desocupar as suas residências em uma área urbana de cerca de 274 hectares, correspondendo 5 bairros da cidade: Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Farol e Pinheiro. Dito isso, esse trabalho tem por objetivo apreender os aspectos socioespaciais da reterritorialização no Petrópolis de deslocados do desastre tecnológico da Braskem em consonância com as reflexões críticas a respeito do futuro da produção e regulação do espaço urbano em Maceió-AL. Para tanto, adotou-se como procedimentos metodológicos: a revisão de literatura, análise de termos e acordos assinados entre a empresa e o poder público, análise de estudos contratados pela Braskem para diagnóstico e mitigação dos impactos da subsidência, mapeamentos e visitas *in loco* para a caraterização do bairro e realização de entrevistadas semiestruturadas com a população que se deslocou da área de risco. A partir de então, observa-se afetações que implicaram no cerceamento dos laços de vizinhança, relações de trabalho e impactos nas condições de mobilidade e nas condições de habitacionais que demonstram a importância da territorialidade para os afetados por desastres e forçados a deslocar-se, uma vez que estas modificam as suas relações socioespaciais. A compreensão dessas dinâmicas coloca em questionamento os aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano e qualidade de vida ofertada na cidade, demonstrando a urgência em repensar o planejamento e a gestão urbana.

Palavras chave: desastre tecnológico; deslocamentos forçados; reterritorialização;

ABSTRACT

This paper discusses the reterritorialization in the Petrópolis neighbourhood in Maceió, the capital of the state of Alagoas, of those forcibly displaced as a result of the ground subsidence caused by the technological disaster caused by the mining of rock salt by the petrochemical company Braskem. The discussion arises from the moment that more than 57,000 people were forced to vacate their homes in an urban area of around 274 hectares, corresponding to five neighborhoods in the city: Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Farol and Pinheiro. That said, the aim of this work is to understand the socio-spatial aspects of the reterritorialization in Petrópolis of those displaced by the Braskem disaster, in line with critical reflections on the future of the production and regulation of urban space in Maceió-AL. To this end, the following methodological procedures were adopted: literature review, analysis of terms and agreements signed between the company and the government, analysis of studies contracted by Braskem to diagnose and mitigate the impacts of subsidence, mapping and on-site visits to characterize the neighbourhood and semi-structured interviews with the population that moved from the area at risk. Since then, there have been effects that have led to the curtailment of neighborhood ties, work relationships and impacts on mobility and housing conditions that demonstrate the importance of territoriality for those affected by disasters and forced to move, since these change their socio-spatial relations. Understanding these dynamics calls into question aspects related to urban development and the quality of life offered in the city, demonstrating the urgency of rethinking urban planning and management.

Key words: technological disaster; forced displacement; reterritorialization;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Abairramento da cidade de Maceió, com destaque para a área de risco de subsidência 23

Figura 02: Mapeamento da oferta final de unidades verticais por tipologia para agosto de 2023 em Maceió-AL.....36

Figura 0*3*: Localização de Petrópolis em Maceió, destaque para os loteamentos, condomínios, grotas e ocupações.....41

Figura 04: localização dos poços de exploração de óleo e gás da empresa PetroSynergy no bairro do Petrópolis.....43

Figura 05: Ocupação da grota Santa Helena na década de 1970.....44

Figura 06: Mapa do abairramento de Maceió em 1980.....46

Figura 07: Mapa da expansão urbana do bairro do Petrópolis, Maceió-AL.....47

Figura 08: ocupação no entorno dos residenciais Dom Helder Câmara e Lúcio Costa. Destaque para os residenciais contornados por poligonal em vermelho e a ocupação contornada pela poligonal em amarelo. 48

Figura 09: ocupação no entorno dos residenciais Parque Petrópolis. Destaque para a ocupação contornada por poligonal em vermelho.....49

Figura 10: mapa de padrões de relevo de Petrópolis.....51

Figura 11: mapa de declividade no Petrópolis.....52

Figura 12: mapa da hidrografia do Petrópolis.....54

Figura 13: Quintais na borda dos Tabuleiros.....55

Figura 14: mapa de cobertura vegetal do Petrópolis.....56

Figura 15: Mapa dos setores censitários do Petrópolis.....57

Figura 16: Mapa dos setores censitários do Petrópolis por renda média domiciliar mensal.....59

Figura 17: Mapa dos setores censitários do Petrópolis por densidade demográfica.60

Figura 18: mapa de uso e ocupação do solo de Petrópolis.....62

Figura 19: Mapa dos conjuntos residenciais fechados no Petrópolis.....63

Figura 20: Mapa figura fundo do ambiente construído do Petrópolis. 65

Figura 21: Mapa de equipamentos urbanos do Petrópolis 66

Figura 22: Mapa da hierarquia viária do bairro do Petrópolis 71

Figura 23: Mapa das linhas de ônibus encerradas que afetaram o Petrópolis após a interrupção de trecho de via arterial na área de subsidência. 73

Figura 24: Mapa do zoneamento urbano de Maceió, com destaque para o recorte do bairro Petrópolis. 75

Figura 25: espacialização das entrevistas com os deslocados no Petrópolis pelo desastre tecnológico da Braskem 81

Figura 26: Contraste entre os espaços livres dos condomínios fechados e de seu entorno. 86

Figura 27: Condições das calçadas no Petrópolis.....86

Figura 28: Ações de mobilidade na Av. Durval de Góes Monteiro como medida mitigadora dos impactos da subsidência do solo em Maceió-AL. 94

Figura 29: Delimitação do Território Estratégico 7 do PAS abrangendo os bairros Bebedouro, Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira e Petrópolis.....99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: empreendimentos lançados por padrão em Maceió-AL – Mercado residencial vertical.....34

Gráfico 02: Comparativo da população do Petrópolis por faixa etária e gênero.....58

Gráfico 03: População do Petrópolis, por cor ou raça 58

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Comparativo entre os valores mínimo, médio e máximo de unidades residenciais verticais em Maceió- AL de dezembro de 2020 e agosto de 2023.....35

Tabela 02: Linhas de ônibus que atendem o bairro do Petrópolis.....70

Tabela 03: perfil dos entrevistados.....80

Tabela 04: Demanda dos alunos afetados pelo fechamento/monitoramento de escolas de ensino básico 95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Demandas frente à dos deslocados pelo desastre da Braskem no bairro do Petrópolis 91

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permante

ASSUDCOBAP – Associação Unida de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Petrópolis

CEPA – Centro Educacional de Pesquisa Aplicada

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DPE AL – Defensoria Pública do Estado de Alagoas

DPU – Defensoria Pública da União

DS – Distrito de Saúde

EEE – Estações Elevatórias de Esgoto

GPI – Grandes Projetos de Investimentos

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IMA – Instituto do Meio Ambiente de Alagoas

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

MEP – Núcleo de Estudos Morfologia dos Espaços Públicos

MPAL – Ministério Público do Estado de Alagoas

MPF – Ministério Público Federal

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PAS – Plano de Ações Sociourbanísticas

PCF – Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

SGB – Serviço Geológico do Brasil

SIG – Sistemas de Coordenadas Geográficas

UBS – Unidade Básica de Saúde

USF – Unidade de Saúde do Programa da Família

ESF – Estratégia de Saúde Familiar

ZR – Zona Residencial

ZE – Zona de Expansão

ZIAP – Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16
2. TERRITÓRIOS EM DISPUTA 22
2.1 Sobre o território 22
2.2 Deslocamentos dispersos 27
2.3 Disputas urbanas 31
UM OLHAR PARA O BAIRRO: CARACTERIZANDO O PETRÓPOLIS 41
2.4 Aspectos históricos 42
3.2 Aspectos geomorfológicos 50
3.2.1 Relevo 50
3.2.2 Hidrografia 52
3.2.3 Cobertura vegetal 54
3.3 Aspectos econômicos e socioespaciais 57
3.3.1 Perfil socioeconômico da população 57
3.3.2 Uso e ocupação do solo urbano 61
3.3.3 Equipamentos urbanos 66
3.3.4 Mobilidade 68
3.3.5 Legislação urbana vigente 74
4. UM OLHAR PARA AS PESSOAS: ASPECTOS DA RETERRITORIALIZAÇÃO 78
4.1 A aplicação das entrevistas 78
4.2 Rupturas narradas 80
4.3 Entre direcionamentos e possibilidades 92
CONSIDERAÇÕES FINAIS 101
REFERÊNCIAS 104
APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA IN LOCO 110
ANEXO A – MAPA DE ORIGEM E DESTINO DOS DESLOCAMENTOS 116
ANEXO B – MAPA DAS CENTRALIDADES 118
ANEXO C – MAPA DOS TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS 120

Ver e sentir as agressões aos territórios como agressões aos próprios corpos é certamente uma questão subjetiva. Eminentemente subjetiva. Não sentir nada diante de tantos atropelos e permanecer como espectadores externos de um espetáculo que não nos afeta é algo, também, subjetivo. Subjetividade e objetividade remetem à forma política em que se processam os sentimentos humanos – pessoais e coletivos – nos discursos e nas práticas. A modernidade colonial condenou, desde os primórdios, a expressão dos sentimentos. Fraquezas que ferem a racionalidade, obstáculos que impedem o conhecimento verdadeiro das coisas, as emoções e os sentimentos foram sempre, como os territórios e a natureza, objeto de domínio da razão e do lucro.

Horacio Machado Aráoz

Mineração, genealogia do desastre, p. .269

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho debate a reterritorialização no bairro do Petrópolis em Maceió, capital do estado de Alagoas, dos deslocados forçadamente em virtude do desastre tecnológico[1] provocado pelo afundamento do solo associado à atividade de mineração de sal-gema[2] da empresa petroquímica Braskem.

A mineração desenfreada da Braskem no território urbano de Maceió - AL culminou na necessidade de desocupar uma área urbana de cerca de 274 hectares, em 5 bairros da capital: Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro. O despontar da problemática ocorreu após fortes chuvas e um tremor de terra de 2.5 na escala Richter no primeiro semestre de 2018, que intensificaram o aparecimento de trincas, fissuras e rachaduras no bairro do Pinheiro, levando à investigação do Serviço Geológico do Brasil (SGB – CPRM), a qual apontou em relatório divulgado em maio de 2019 para a subsidência do solo[3] decorrente da desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema pela referida empresa.

São mais de 57 mil pessoas forçadas a desocupar suas residências, com o processo de mudança sendo conduzido pela empresa causadora da problemática através do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF). Este criado após assinatura de acordo junto aos Ministérios Público Federal e Estadual e Defensorias Públicas da União e do Estado de Alagoas, sem participação da população atingida nas decisões tomadas[4]. Desde janeiro de 2020, quando o programa iniciou, até março de 2024 chegou-se à identificação de 14,5 mil imóveis em área de risco ou de risco futuro, dos quais 14,4 mil já foram desocupados (Braskem, 2024).

---

[1] Adota-se a qualificação de desastre tecnológico para distanciar-se da noção de desastre natural, esse é atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência ou falha humana, que provocam danos significativos e/ou mortes (Segen, 2002).

[2] Também designado de sal de rocha, sal nativo, sal mineral ou de halite, surge como cloreto de sódio em jazigos (Sá, 1946).

[3] A subsidência do solo se refere a um movimento vertical de magnitude elevada, sobretudo quando não se distribuem de forma uniforme, e que pode colocar em risco as construções afetadas por tais movimentos. As causas podem ter origem em escavações subterrâneas, no adensamento de camadas de argilas moles, no rebaixamento do lençol freático e na dissolução de rochas carbonáticas (Polivanov; Barroso, 2011).

[4] Embora o Ministério Público tenha a prerrogativa legal de falar pelos atingidos, a população demonstrou não sentir-se representada no acordo.

Além das remoções, somam-se consequências urbanas, sociais e ambientais exponenciais que afetam toda a cidade de Maceió e região metropolitana, provocando a sobrecarga de serviços e equipamentos em outras áreas da cidade e municípios vizinhos. Fez-se necessário a desativação de diversos equipamentos urbanos, entre os quais: 24 ligados à saúde, sendo 4 hospitais; 24 escolas, sendo pelo menos 5 municipais e 12 estaduais; 13 templos religiosos; 17 equipamentos de uso institucional, incluindo o Instituto do Meio de Ambiente de Alagoas (IMA), órgão responsável pela aprovação e fiscalização das atividades da Braskem.

As implicações a partir da desocupação da área de risco provocam mudanças profundas na produção do espaço urbano de Maceió, com isso, tem-se as condições de habitação e demais aspectos do direito à cidade colocados à prova pela reação desenfreadas do mercado imobiliário e as lacunas no acompanhamento do poder público para com o processo de mudança dos atingidos. É uma realidade posta para a população diretamente atingida como um entrave na busca para fixar-se novamente na cidade e retomar a vida em um novo contexto sociourbanístico.

Além do mais, acrescenta-se que há poucas investigações acadêmicas referentes às condições postas para a população nos locais de destino após as remoções. Em parte, atribui-se a complexidade do caso ainda em curso, mas também pelo déficit de informações publicizadas pelo poder público e Braskem acerca da precisão do destino e da situação socioeconômica dessa população. De modo que se buscou compreender as condições postas para essas pessoas nos locais de destino após a saída da área de risco. A escolha do recorte para o bairro do Petrópolis, justifica-se pelo fato deste estar entre os bairros que mais receberam a população deslocada, pela baixa conexão viária de transporte público agravadas com interdição de parte de um eixo viário na área de risco e por ser local de residência do pesquisador, permitindo assim a aproximação com as dinâmicas locais e a população que se mudou para lá.

Ante o exposto, **o objetivo geral do presente trabalho é apreender os aspectos socioespaciais da reterritorialização no Petrópolis de deslocados do desastre tecnológico da Braskem em consonância com as reflexões críticas a respeito do futuro da produção e regulação do espaço urbano em Maceió-AL.** Para isso, partiu-se dos seguintes objetivos específicos: 1. Discutir de maneira crítica as disputas pelo território de Maceió acentuadas pela subsidência do solo a partir do processo de desterritorialização-reterritorialização, com ênfase nas (i)mobilidades

impostas à população diretamente atingida na busca por habitação relacionando com as condições que levaram a escolha do Petrópolis como destino; 2. Caracterizar os aspectos históricos, geomorfológicos, econômicos e sociais que contribuíram para a constituição do que se tem hoje como bairro; 3. Refletir sobre as mudanças no cotidiano dos atingidos e os desafios atuais e futuros perante a estruturação do bairro em estudo;

Para isso, a construção metodológica é estruturada a partir de revisão de literatura, análise de termos e acordos assinados entre a empresa e o poder público, análise de estudos contratados pela Braskem para diagnóstico e mitigação dos impactos da subsidência, mapeamentos e visitas *in loco* para a caraterização do bairro e realização de entrevistadas semiestruturadas com a população que se mudou da área de risco. Vale ressaltar que o estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa a aprovado sob o CAAE nº 73479423.7.0000.5013. A escrita foi iniciada após um período de revisão de leitura acerca de termos e conceitos utilizados na construção da argumentação inicial do trabalho. As visitas in loco ao bairro foram importantes para apreensão das características do bairro e registros fotográficos que posteriormente contribuíram para a escrita e elaboração dos mapeamentos. Por fim, contatou-se por meio de amigos, vizinhos, associações locais e comerciantes pessoas afetadas diretamente pela Braskem que se deslocaram para o bairro, a fim de realizar as entrevistas.

Além da introdução e conclusão, o trabalho foi dividido em 3 capítulos. No capítulo intitulado por **Territórios em disputa** são abordados os conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização (Haesbaerth, 2004; 2005 ; 2007), ressaltando-se as implicações perante a destituição do território dos afetados pela Braskem. Em seguida, é discutido a dispersão dos atingidos pela cidade, relacionando com a atuação da Braskem e do Estado na condução das remoções. Por fim, discute-se as disputas urbanas a partir de então, enfatizando as (i)mobilidades impostas à população na busca por habitação na cidade. No capítulo **Um olhar para o bairro: caracterizando o Petrópolis** busca-se entender quais os aspectos históricos, geomorfológicos, econômicos e socioespaciais que contribuíram para a constituição do que se tem hoje como bairro. No último capítulo**, Um olhar para as pessoas: aspectos da reterritorialização**, é apresentado a maneira como foram conduzidas as entrevistas, enfatizando como chegou-se aos entrevistados. Em seguida, discute-se os resultados apreendidos a partir dos relatos dos moradores. Por fim, questiona-

se as tendências para o futuro do bairro a partir da análise das ações em curso ou previstas para a mitigação dos impactos da subsidência no solo na cidade como um todo.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Não há vagas
Descaso ocupando calçadas
Na avenida a cabeça divaga
Matutando explicação

O teatro Mágico
Cinza

2. TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Este capítulo traz uma discussão sobre as disputas pelo território na cidade de Maceió com o despontar da problemática da subsidência do solo e a necessidade de desocupar uma área urbana de cerca de 274 hectares, afetando diretamente mais de 57 mil pessoas. As reflexões trazidas consideram as (i)mobilidades impostas à população diretamente atingida na busca por habitação disputando o espaço com os agentes que detém o controle dessa produção e a explora para a obtenção de lucro.

Para tanto, o capitulo está estruturado em 3 (três) seções: a primeira apresenta uma revisão de literatura acerca dos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização; a segunda discute a dispersão dos atingidos pela cidade, relacionando a participação (ou não) da Braskem e do Estado na condução das remoções. No terceiro, busca-se discutir as disputas urbanas a partir de então, introduzindo o estudo de caso do Petrópolis nesse contexto.

2.1 Sobre o território

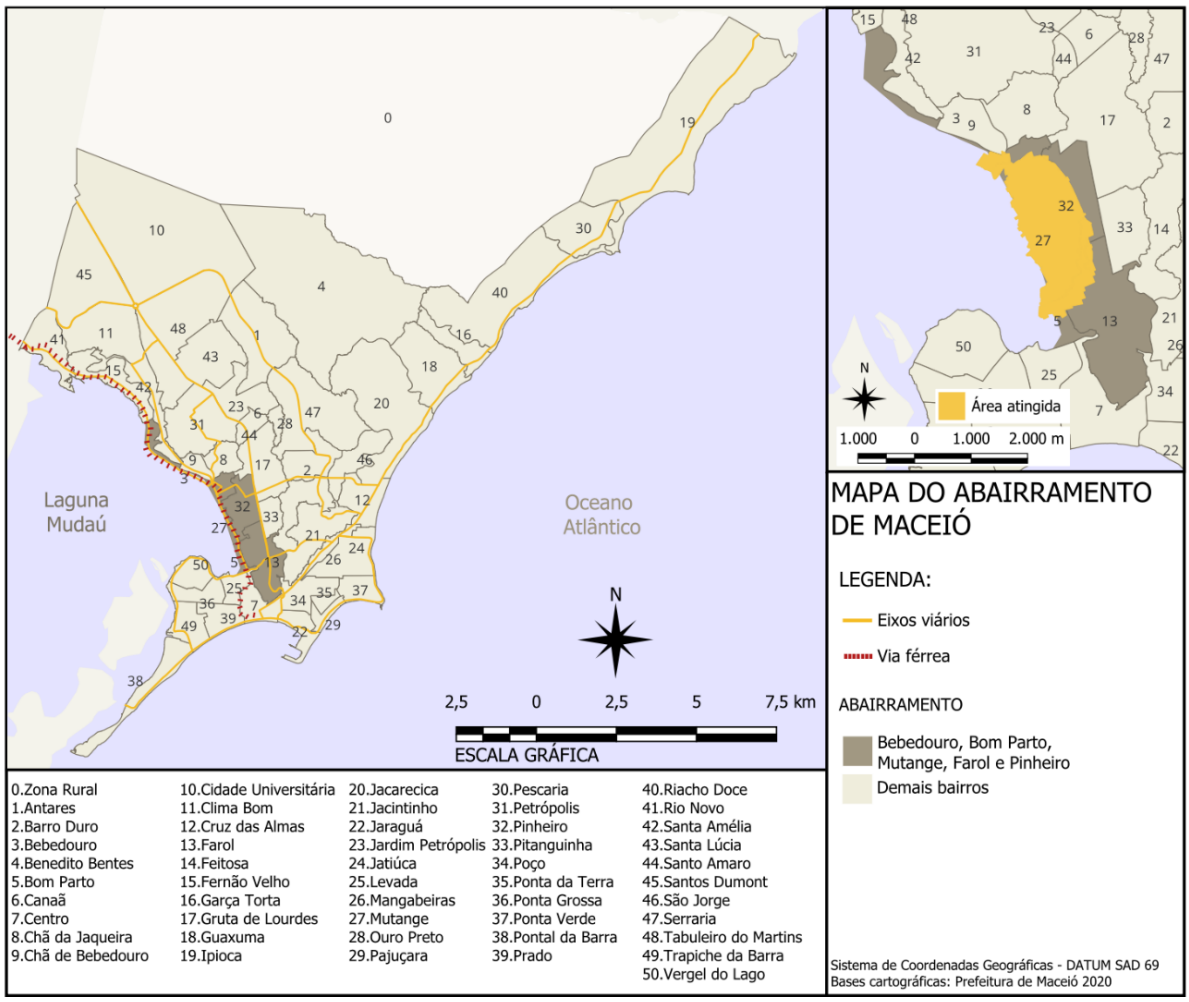
Cerca de 274 hectares de área urbana em Maceió passam por um esvaziamento decorrente do processo de subsidência do solo, em outras palavras, o afundamento do solo provocado pela desestabilização das cavernas abertas para a exploração[5] de sal-gema pela mineradora Braskem. Deflagrada em 2018 e em 2019 associada a atuação da petroquímica, a problemática já provocou a remoção forçada de mais de 57 mil pessoas na área de risco delimitada em 5 bairros: Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Farol e Pinheiro (ver figura 01). São mais de 14,4 mil imóveis desocupados que provocam, desde então, o aumento da procura em outras localidades da cidade.

Os impactos sociais e urbanísticos decorrentes são exponenciais e se estendem por toda a cidade. As perdas de equipamentos urbanos, vias e parte do transporte público, atingem indiretamente outras partes da cidade, conforme há necessidade de absorver a demanda da estrutura perdida. Em relação à habitação, a população atingida buscou um novo imóvel na cidade, disputando espaço com uma produção imobiliária que responde ao aumento da oferta e procura com o

[5] A empresa explorava em Maceió 35 poços de sal-gema em área urbana e parte da Laguna Mundaú desde a década de 1970 até a paralisação em maio de 2019. Além disso, ainda mantém em atividade a fábrica de cloro-soda no bairro Pontal da Barra.

inflacionamento de preços. Assim, a busca também é por uma melhor oferta de serviços públicos, infraestrutura urbana e, consequentemente, qualidade de vida.

Figura 01: Abairramento da cidade de Maceió, com destaque para a área de risco de subsidência



Fonte: Mapa por Qgis, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

O bairro do Petrópolis, que recebeu um contingente populacional de 2,2% segundo a Pesquisa Pós-Ocupação[6] realizada pela Diagonal Social, empresa contratada pela Braskem para realizar diagnóstico, é um bairro que não necessariamente está estruturado para lidar com esse aumento populacional. Há questões referentes à mobilidade e oferta de equipamentos urbanos, que serão explorados no capítulo 3., que o colocam como um destino que impõe dificuldades para reprodução da vida no cotidiano do citadino. Além de que, o fechamento de parte

[6] A pesquisa realizou entrevistas no ano de 2021 com a população removida da área de risco a fim de levantar dados sobre as condições após a mudanças e levantar dados sobre a origem e o destino das famílias. Ao todo, foram entrevistadas 7.176 famílias, entre as quais 87,6% permaneceram em Maceió (Diangonal, 2022a).

da Av. Major Cícero Monteiro (ver figura 23 no item 3.3.4) por conta da subsidência provocou mudanças nas relações do bairro com o centro da cidade e laguna, implicando em maior tempo de deslocamento para o acesso.

Para a compreensão das implicações socioespaciais das remoções/deslocamentos forçados provocados pela exploração mineral da Braskem que culminou no afundamento do solo é preciso debater sobre território, buscando analisar os conceitos que auxiliam na compreensão das transformações em curso. Para tanto, a noção de território será aborda sob a ótica da geografia brasileira, em que há um debate amplo que resultou em diferentes definições. Andrade (1995) associa a ideia de território ao domínio/gestão sob uma área.

> [...] deve-se ligar a ideia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem a seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (Andrade, 1995. p. 19).

Nessa perspectiva, Haesbaert (2005) discute o território enquanto um exercício de poder, seja no sentido de dominação da terra, seja no sentido de apropriação. Para Lefebvre (1986) há uma distinção entre apropriação e dominação que diz respeito, respectivamente, ao valor de uso e ao valor de troca atribuído por cada ator. Logo, o poder exercido no território pode ser tanto funcional (relacionado à proteção, abrigo, fonte/exploração de matérias-primas), quanto simbólico (marcados por vivências e significados) (Haesbaert, 2005).

Lefebvre (1986) destaca que a apropriação (poder simbólico) deveria prevalecer sob a dominação (poder funcional) para que assim fosse permitido o uso pleno e efetivo dos espaços pelas populações. No entanto, a dinâmica de acumulação capitalista inverte essa lógica, permitindo que os interesses estatais-mercadológicos dominem os territórios transformando-os em mercadoria. Com isso, considerando que há um desequilíbrio entre apropriação/dominação admite-se tensões no espaço entre os agentes e atores que o ocupam, expressas em forma de autoritarismo, manifestações e/ou resistências.

A apreensão dos modos com que as pessoas utilizam a terra e se organizam no espaço incorporando relações políticas econômicas e sociais diz respeito ao entendimento da territorialidade discutido por Sack, 1986 *apud* Haesbaert, 2004a. Isto implica que os processos de territorialização podem se apresentar como mecanismos de controle social, uma vez que não só contribuem para o exercício do poder, mas

também são estratégias de delimitação dos contextos geográficos que vivenciamos (Sack, 1986 *apud* Haesbaert, 2004a).

Com isso, cabe destacar os crescentes cenários de disputas pelo território na atualidade. A expansão de atividades extrativistas num contexto global no início do século XXI é um exemplo de como a estrutura produtiva e os processos decisórios que partem dos interesses das empresas multinacionais mineradoras com o apoio do Estado, incidem nos territórios causando uma desestruturação da territorialidade construída pela população local. Em muitos casos, aqui destacando a América Latina e o Brasil, as populações são forçadas a abandonarem sua vida cotidiana, deixando para trás casa e trabalho, entre outras atividades (Trocate e Coelho, 2020).

Isso nos leva a ideia do conceito de desterritorialização, Haesbaert (2007) pontua que o debate é amplo e explorado por várias áreas do conhecimento, mas deve-se sempre admitir que há uma segregação socioespacial associada ao processo. Para explicar essa noção, considera-se que dentro da lógica capitalista de reprodução do espaço a bruta concentração de riqueza e domínio sob os territórios por uma minoria privilegiada, implica em uma recorrente e demasiada perda de controle e precarização territorial de muitos.

> Desterritorialização, [...] nunca “total” ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (Haesbaert, 2004b, p. 312).

Logo, para o autor sempre que há um desterritorritorialização deve-se admitir que há um processo de reterritorialização, o qual é “espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (Haesbaert, 2005, p. 6774). Isto é, um indivíduo não pode estar desvinculado de um território e, sempre construirá uma nova territorialidade, mesmo que imposta.

Ainda sobre a desterritorialização enquanto um mito, Haesbaert (2004a, p. 1) discute o conceito de multiterritorialidade, propondo uma discussão em torno de uma “complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade”. O indivíduo ou grupo social destituído de seu território, é forçado necessariamente a procurar novos territórios, iniciando uma dinâmica complexa que pode envolver um sentimento de

multipertencimento territorial, haja vista os laços afetivos constituídos no território anterior.

Outrossim, a multiterritorialidade não está apenas relacionada ao deslocamento físico, como também compreende as dinâmicas que envolvem a sobreposição de territórios. No caso em tela, entender essa vivência da multiterritorialidade em uma escala de bairro e da relação do mesmo com a cidade, podem auxiliar no entendimento das afetações dos deslocados forçadamente no que tange a precarização ou não da territorialidade das famílias que se mudaram para o bairro do Petrópolis.

Ademais, ao voltar-se para as dinâmicas que envolvem a desterritorialização em sua natureza social, Haesbaert (2005; 2007, p. 11) discorre sobre o processo quando atinge diferentes classes sociais. Para o autor, cabe considerar que há uma "exarcebação de uma multiterritorialidade" para os riscos, em que se observa uma facilidade de usufruto das mobilidades física e virtual, diminuindo cada vez mais as distâncias. Enquanto para os "excluídos" há um territorialização precária imposta por crescentes casos de controle territorial e imobilização das pessoas, seja em seus territórios, seja na tentativa de fixar-se em um novo local.

Considerando que tanto as suas condições socioeconômicas, quanto as causas e agentes que forçam as mudanças são determinantes para as disparidades vistas na reterritorialização, Haesbaert (2007) critica que esta não pode ser alcançada por meio de contenção e exclusão forçadas das populações, práticas comumente adotadas por governos e empresas.

> [...], não é pela contenção forçada das populações em espaços inseguros e degradados ou pela "exclusão" radical de territórios ao usufruto social que iremos criar as condições de uma reterritorialização – e de uma sociedade – ecologicamente "sustentada", mais "segura", justa e solidária. Esta só pode se dar, como afirmava Lefebvre, pela restituição de nossos espaços de pleno usufruto, material e simbólico, territórios sobre os quais exercemos nosso controle (nunca exclusivo), deles usufruímos (pela partilha ponderada de seus recursos) e com eles nos identificamos (pelo convívio salutar com a pluralidade de nossos "diferentes") (Haesbaert, 2007, p. 31).

Dessa forma, pensar na reterritorialização das famílias atingidas pela subsidência do solo requer entender que as pessoas estavam imersas em dinâmicas territoriais diversas, algumas inclusive há décadas, nas quais se constituíam territorialidades marcadas pela apropriação tanto da terra e/ou laguna para atividades relacionadas à subsistência, quanto do espaço urbano onde se construiu a vida cotidiana e, consequentemente, os laços de vizinhança. São marcas não apenas

definidoras de identidade, mas também que diziam respeito ao seu lugar na cidade, suas conexões e seus desafios. Estes últimos adquirem um novo contexto após a mudança para o bairro de destino.3

Evidencia-se que a desterritorialização-reterritorialização impacta os atingidos causando desestruturação em vários sentidos, desde a psicológica até a socioeconômica. As populações atingidas estão imersas em perdas e mudanças repentinas que alteraram relações sociais, econômicas e identitárias. Mendes (2016), destaca que o Estado, uma vez disposto de um conjunto de instrumentos que atuam de forma legal sobre a regulação do espaço urbano, deveria garantir o bem-estar social e apoiar as comunidades atingidas por desastres.

> As situações de catástrofe obrigam à intervenção do Estado nas questões sociais, para além das questões securitárias ou de regulação dos mercados, de forma a repor a normalidade, os laços sociais, apoiando as comunidades e fomentando a ação coletiva (Mendes, 2016, [S.p.]).

O referido autor destaca ainda que, o Estado brasileiro atua de maneira heterogênea ao regular as relações entre os agentes produtores do espaço urbano, visto que ao estar alinhado as necessidades de reprodução do capital, nem sempre decide em benefício de sua sociedade. Logo, está em discussão as tensões entre dominação e apropriação do território de Maceió num contexto de décadas de exploração mineral, agravadas com a deflagração da subsidência do solo. Para aqueles com menor poder de decisão sobre o território, reiteradas são as violências sob a sua territorialidade

2.2 Deslocamentos dispersos

Nessa seção, pretende-se discutir os deslocamentos forçados da população atingida pela subsidência sob a ótica das ciências sociais, buscando entendê-los sob a lógica da produção capitalista da cidade. Para tanto, serão debatidos os métodos de realocação adotados, bem como a reação dos agentes produtores do espaço urbano (Côrrea 1989)[7], impactando nas (i)mobilidades dos atingidos provocando uma dispersão desordenada pela cidade.

---

[7] Côrrea (1989, p. 11) define espaço urbano como “um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engrendadas por agentes que produzem e consomem espaço, são eles: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; e os grupos sociais excluídos.

Vainer (2010) discute os deslocamentos compulsórios em decorrência da construção das barragens, hidrelétricas, entre outros Grandes Projetos de Investimentos (GPI) como umas das resultantes de decisões capitalistas com o intuito de garantir produção, concentração e centralização do capital através de uma apropriação do território violenta. O autor destaca ainda que as instalações desses empreendimentos provocam profundos processos de mudança social, quase sempre minimizados, visto que as decisões atendem à interesses externos e desconexos da realidade dos locais afetados. A partir de então, infere-se que os deslocamentos são precedidos de conflito, os quais não se encerram com a mudança em si, visto que para os atingidos fica a incerteza de como e para onde mudar-se, ou até mesmo têem o seu direito de escolha cerceado.

Além disso, pode-se discutir que à medida que esses cenários são resultantes do desenvolvimento nos moldes da produção capitalista do espaço, a última cada vez mais marcada pelo neoliberalismo, adota-se nesses casos o termo “migração”, entendido como a liberdade do indivíduo em movimentar-se no território. Em oposição a esse pensamento, Vainer (1989, p. 6) entende que nesses deslocamentos as pessoas são tratadas como mais um produto a ser manipulado, contraditoriamente, quando se vende a liberdade de escolher em um “jogo da oferta e procura... de localizações”.

> Para o pensamento liberal, o território aparece como o espaço da liberdade, e a migração como o movimento em que se exercita esta liberdade. Não espanta que este universo teórico- conceitual esteja totalmente incapacitado para produzir qualquer reflexão consistente acerca de deslocamentos compulsórios. Supondo um mundo de liberdade e igualdade absolutas entre atores econômicos racionais, onde a única regulação é a do livre jogo das forças de mercado, os deslocamentos compulsórios são externos à teoria do capitalismo... não obstante ser, como reconheça o Banco Mundial, fiel companheiro de viagem de seu desenvolvimento (Vainer, 1996, p. 6).

No caso de Maceió, precedendo as remoções, há primeiramente um cenário de incertezas que incidiu sobretudo nas pessoas até então diretamente atingidas. Com o aparecimento de fissuras, trincas e rachaduras no bairro do Pinheiro após, respectivamente, fortes chuvas e um tremor de terra de 2,5 na escala Richter, despertou-se uma inquietação para aquela população. Aos poucos, a localidade, com o medo das pessoas em permanecer, foi gradativamente se tornando insegura e esvaziada por conta das residências desocupadas sob o risco iminente de desabamento.

As primeiras remoções ocorreram com ajuda humanitária concedida pelo Governo Federal no valor de R$1000,00 (mil reais)[8], com o intuito de auxiliar a população no pagamento de aluguel em outras localidades da capital (Prefeitura de Maceió, 2019). No entanto, a medida não demonstrou uma preocupação sobre como essa população se realocaria na cidade, nem se o referido aporte financeiro seria suficiente para encontrar um imóvel compatível com o desocupado.

Após o Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) atestar que a subsidência do solo era causada pela atividade de mineração da Braskem, as remoções das famílias da área de risco passaram a ser reponsabilidade da petroquímica, não só financeira, mas também de gerenciamento de todo o processo. O programa de Compensação Financeira e Apoio à realocação – PCF, iniciou em janeiro de 2020 após acordo assinado entre os Ministérios Público Federal e Estadual (MPF e MPAL), as Defensorias Públicas da União e de Alagoas e a Braskem assinarem acordo. Entre os aspectos do acordo, cabe aqui destacar aqueles que exprimem o controle imposto à população diretamente atingida, colocando-o como o primeiro limitador do poder de escolha dos atingidos na cidade:

- A ausência de participação da população diretamente atingida na discussão para a elaboração do documento se configura como um mecanismo de controle e silenciamento, refletida na impossibilidade de escolha de como se daria o processo;

- O auxílio aluguel tabelado impôs a grupos sociais distintos as mesmas condições financeiras para a realocação;

- A decisão da realocação sem a justa e prévia indenização resultou em processo desterritorialização-reterritorialização marcado pela incerteza do novo local de moradia, visto que as mudanças imediatas acabaram não ocorrendo para locais em definitivo;

Enxerga-se, no caso em si e no método adotado para a realocação, uma aproximação ao entendimento de desapropriação, o qual conceitualmente consiste na retirada de todo o direito que um proprietário tem sobre sua propriedade, afetando o pleno usufruto do bem imóvel. No entanto, em termos jurídicos a desapropriação é somente aplicada pelo Estado quando justificada por um interesse maior, seja de

[8] O valor corresponde a ampliação do valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) praticado nacionalmente, após a publicação do Estado de Emergência e da elaboração de relatórios, levando em consideração a renda per capita das famílias do Pinheiro, conforme o Censo IBGE de 2010.

utilidade pública, seja de interesse social, o qual ocorre mediante justa e prévia indenização (Nakamura, 2012). Logo, abre-se espaço para a contestação do uso da realocação no caso em tela, uma vez que os métodos adotados pela Braskem com a conivência do Estado impuseram uma reterritoriliazação dificultosa não só em termos financeiros, pois, pressupõe também a necessidade do acompanhamento aos atingindos oferecendo-lhes suporte para que a mudança na cidade seja menos traumática.

Nesse cenário, há espaço para discutir o gerenciamento do desastre, sobretudo para com os deslocamentos forçados, sob a ótica da sociologia urbana. Para Quarantelli (2021), o desastre é mais bem compreendido quando é colocado no centro da discussão ao invés do risco, para que assim o foco passe a ser as pessoas e as afetações que as envolvem. Logo, à medida em que os métodos definidos para as remoções são falhos no que tange ao acompanhamento pós-mudança, verifica-se que a dimensão social inerente aos afetados foi colocada de lado por Estado e Braskem. Os últimos, adotaram medidas mais concretas voltadas para o risco apenas geológico: a desocupação como solução para o risco de subsidência, desconsiderando as possíveis implicações para os afetados ao procurarem um novo imóvel na cidade (impactos sociourbanísticos como um todo).

Ademais, cabe discutir também as reações do mercado imobiliário, uma vez que elas afetam diretamente na qualidade, localização e preço dos imóveis, estas podendo contribuir para a imobilidade da população removida. A atuação do mercado impactando nos deslocamentos forçados perpassa por diferentes momentos, entre os quais a preocupação inicial em torno de pouco estoque disponível na cidade e sua capacidade ou não de absorver esse contingente populacional. Além disso, em 2021, a negativa de seguradoras em oferecer financiamentos e apólices de seguro aprovados pela Caixa Econômica Federal em localidades que abrangem 11 bairros da capital no entorno da área afetada pela subsidência, diminuiu as possibilidades de escolha da população comportando áreas consideradas seguras. Soma-se a isso, o aumento quase que exponencial de preços tanto para venda e aluguéis e a exploração de novas e tradicionais frentes de atuação.

Na trama desenhada a partir da imposição das ações do Estado e Braskem, a população diretamente atingida pela subsidência do solo dispersou-se pelo território restante da cidade e região metropolitana, disputando espaço. A busca por fixar-se novamente na cidade ocorre sem qualquer respaldo à manutenção de seus laços

sociais e condições materiais, sendo agravada pela da produção imobiliária, que será discutido na seção 2.3, e pela fragilidade dos órgãos legais que deveriam regular a cidade e promover o acompanhamento as vítimas.

Entre os relatos colhidos com os atingidos que se mudaram Petrópolis, alguns evidenciam que a escolha do destino esteve atrelada ao valor pago pela compensação financeira. Com isso, não conseguiram colocar em evidência a possibilidade de estar mais próximo do trabalho, ou até mesmo de localidades que costumavam frequentar. Além disso, após o pagamento da compensação e, consequentemente, o encerramento do auxílio aluguel, acontecem de forma que há um curto espaço de tempo para a procura do novo imóvel e, até mesmo, pouca margem para negociação de valores.

2.3 Disputas urbanas

Na lógica da reprodução capitalista do espaço, produz-se uma cidade conforme os ditames da necessidade de manutenção da continua produção de mais-valia urbana, o qual ao passo que regula a realização da propriedade privada, sobrepõe o valor de troca sob o valor de uso (Botelho, 2007). Para viabilizar essa lógica, os agentes que produzem o espaço urbano encontram narrativas que justifiquem ou potencializem a produção do novo, em detrimento das ações necessárias para mitigar rupturas abruptas nas cidades, muitas vezes resultantes das tensões que surgem a partir dos conflitos na ocupação do espaço.

No campo do planejamento urbano moderno e da gestão das cidades, as estratégias de zoneamento, locação seletiva de infraestrutura, entre outros, são componentes de uma condução do espaço urbano como um local meramente mercadológico, mas que exprime em suas entrelinhas a fragilização econômica, social e política da sociedade em benefício dos poucos que lucram com a mais-valia urbana (Sampaio, 2010).

> O espaço, incorporado no circuito da troca, fragmentado em parcelas comercializáveis, adquirindo forma e função de mercadoria, portanto incorporando a contradição essencial da mercadoria que é ter valor de uso e valor de troca, e logicamente um preço (como expressão do valor), sob a urbanização capitalista vai consequentemente ser apropriado de forma desigual pelos indivíduos que possuem aspecto radicalmente diferente ao soberano equivalente geral de nossa sociedade: o dinheiro (Sampaio, 2010, p. 59).

Nessa perspectiva, aqueles que não conseguem acessar o espaço por conta do preço que lhe é atribuído, recorrem ao que está posto como certo e seguro, em

muitos casos, subvertendo a ideia dominante que determina os limites da legalidade e da efetividade da propriedade privada (Sampaio, 2010). No caso em tela, não se pretende discutir o bairro como uma alternativa à margem da legalidade, ainda que o local abrigue grotas, os quais historicamente foram ocupadas dada as condições de inacessibilidade à “cidade legal”. A reflexão de Sampaio (2010) pode ser explorada por meio da perspectiva de espaços urbanizados com registros legais de seus loteamentos nos órgãos oficiais, em que o atendimento de serviços públicos e, até mesmo, o investimento de capital privado, são deficiências que implicam na qualidade de vida ofertada para a população, e que podem ser explicadas por diversos motivos.

Rolnik (2019, p. 25) discute que a cidade contemporânea se consolidou enraizada na perspectiva modernista funcionalista de zoneamento dos espaços: “o planejamento urbano passa a determinar o destino da cidade partir da definição dos “produtos imobiliários” que podem ser construídos em cada lugar [...]” Trata-se de uma leitura da realidade posta nos primórdios na cidade moderna, em que já era visto a diferenciação na localização entre a casa burguesa e operária. Atualmente, sobretudo com o avanço do neoliberalismo, essa lógica separatista distancia-se dessa realidade simplista e complexifica-se com a atuação dos agentes visando o lucro como o fator determinante na produção das cidades.

Ao se pensar no mercado de produção de habitação atuando visando o lucro sobre a terra, admite-se que o lugar é explorado de maneira a racionalizar o uso para atender o máximo possível de lucro. Para tanto, as forças que moldam essa realidade devem estar sob um planejamento urbano forte e alinhado com as suas perspectivas. Sendo assim, há uma tendência do campo do planejamento contemporâneo em flexibilizar suas normas para atrair e atender o capital financeiro, promovendo o uso mais rentável do lugar como o ideal (Rolnik, 2019).

> O mantra desse novo planejamento é “unlock land values”. Isso quer dizer: o melhor uso de um lugar não é aquele que, de acordo com o planejamento modernista, atenda às necessidades de racionalização, mas, sim, aquele que é capaz de gerar mais renda para os capitais que desejam nele investir (Rolnik, 2019, p.34).

No caso em tela, à época da assinatura dos referidos acordos para a realocação da população, os valores praticados pelo mercado imobiliário demostravam que o setor seria aquecido pela grande injeção de capital proveniente do aumento da oferta e procura. Em um primeiro momento, por aluguéis, e, posteriormente, por imóveis para venda. Ainda em 2019, os relatórios da APSA

(2019), apontaram um aumento de 14% no número de imóveis alugados na cidade, enquanto a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Alagoas estimou um aumento de 20% dos valores de aluguéis (Ademi-AL, 2020 *apud* Carvalho, 2020). Dessa forma, diante da grande e urgente demanda por moradia, assim como uma grande injeção de capital no mercado imobiliário, há um cenário em que o setor potencializa as implicações da subsidência do solo a partir de suas ações.

Com a divulgação do 1º mapa de Ações Prioritárias pela Defesa Civil de Maceió em julho de 2019 e o indicativo da necessidade de desocupar cerca de 4500 imóveis, já havia uma preocupação em torno da capacidade de estoque de imóveis de Maceió em absorver esse contingente populacional. Apesar dos números quase que dobrarem entre 2017 e 2019 (Sinduscon AL, 2019), é importante se debruçar sobre esse fato com uma leitura mais detalhada:

- Enquanto que com o aumento a disponibilidade de oferta final chegou a 6.049 unidades, sendo que destas, apenas 25% estavam prontas para comercialização (Sinduscon, 2019), havia necessidade de realocar urgentemente 17.000 pessoas;

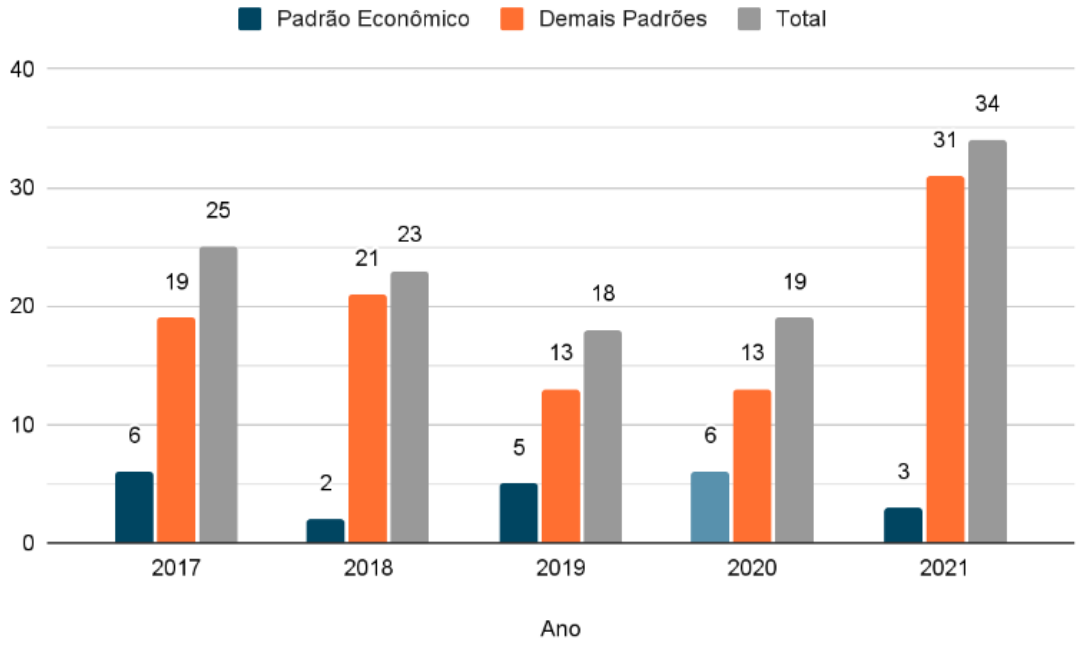
- Soma-se ao fato de a demanda não poder ser atendida quantitativamente, a falta de análise das tipologias dessas ofertas como um fator de criticidade, visto que nem todas as possibilidades disponíveis eram compatíveis com as necessidades dos realocados;

Com isso, os dados apresentados são um indicativo de que a necessidade de produção de imóveis era identificável já nos primeiros desdobramentos do caso. Além disso, ao passo em que a concentração de estoque estava em áreas com uma valorização imobiliária consolidada, o atendimento à demanda da população advinda da área de risco não seria suprido somente com o aumento da produção, uma vez que preço e tipologia são fatores financeiros determinantes para a escolha do imóvel. O aquecimento do setor é observado no decorrer da desocupação ao passo em que se apreende as diferentes facetas de atuação desse mercado, as quais implicaram ou na consolidação de frentes de atuação já em curso, ou na exploração de novas, cada qual demandando um tempo de maturação para serem perceptíveis.

Apesar do risco de não haver estoque disponível o suficiente para comportar essa demanda repentina ser perceptível nos primeiros momentos, apenas em 2021 houve sinalização que demostrasse urgência para a produção voltada para a população. Contudo, vale destacar uma baixa produção de imóveis para o padrão

econômico, inclusive, com uma disparidade no aumento de preços se comparando com os outros padrões (ver gráfico 01).

Gráfico 01: empreendimentos lançados por padrão em Maceió-AL – Mercado residencial vertical



Fonte: Sinduscon, 2021. Adaptado pelo autor, 2024.

Ainda em 2021, observou-se a consolidação dos reflexos do aumento da oferta e procura, bem como da grande injeção de capital provocada pela subsidência do solo no mercado de vendas. Conforme os dados do Sinduscon, verificou-se um aumento nas vendas líquidas de 73,76% para Maceió e de 126,47% para a RM no ano de 2021 em relação a 2020. Além disso, a série histórica apontou que o Índice de Velocidade Vendas (IVV) acabou atingindo em 2021 a maior alta dos últimos anos, com média de 10,2.

A partir dos dados e análises divulgados pelo Sinduscon para agosto de 2023[9], pode-se fazer uma leitura do cenário construído pelo mercado imobiliário para a população de Maceió. O objetivo não é discutir tais números, mas em trazê-los como um demonstrativo de como a imobilidade de escolha onde morar na cidade está relacionada também com uma reação desenfreada/desregulada do mercado e a ausência de políticas públicas habitacionais especificas para a população atingida pela subsidência. Um olhar sobre os valores médios mínimos e máximos do preço do m² revelam um mercado inflacionado, com alguns valores com quase o triplo de

[9] Até o fechamento desse trabalho, em março de 2024, não houve atualizações dos relatórios Sinduscon, os quais geralmente são divulgados trimestralmente.

aumento, que não se justifica por uma melhora do poder aquisitivo da população maceioense, isto é, é uma valorização fictícia que imobiliza parte da população de Maceió (ver tabela 01).

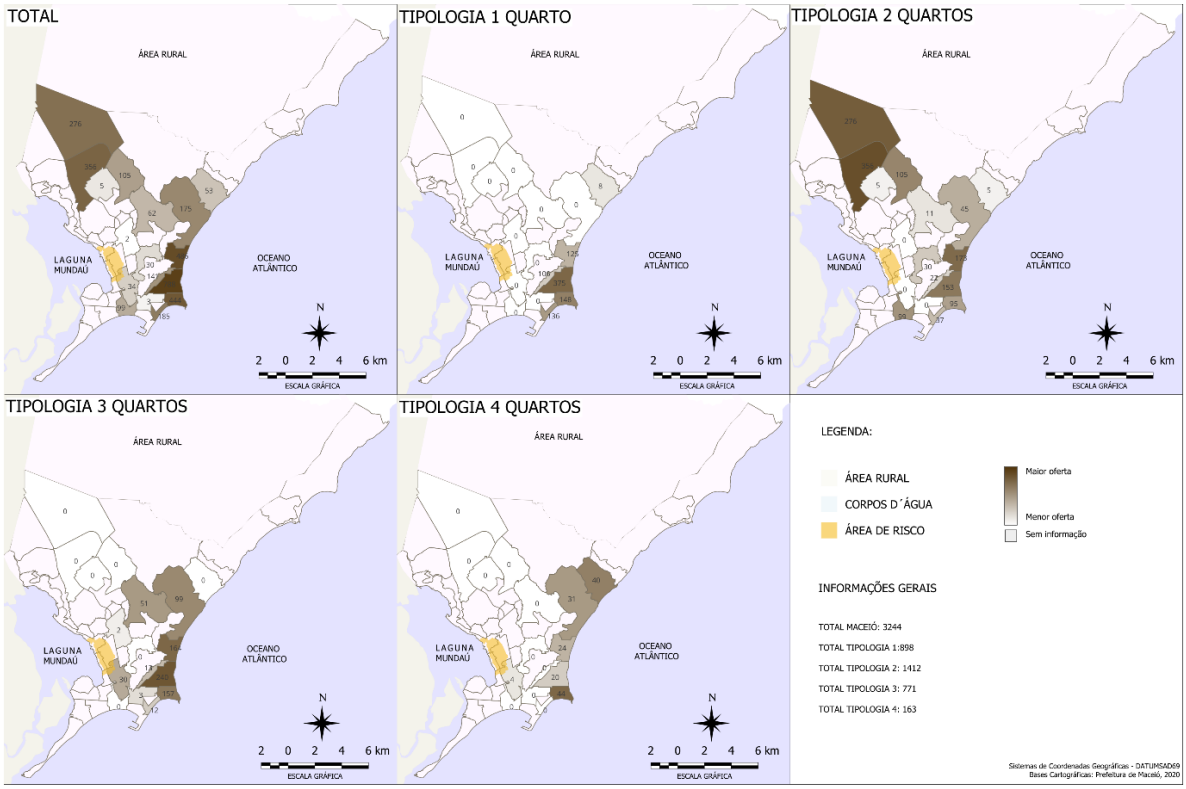
Tabela 01: Comparativo entre os valores mínimo, médio e máximo de unidades residenciais verticais em Maceió- AL de dezembro de 2020 e agosto de 2023

Tipologia	dez./2020			Oferta final	ago./2023			Oferta final
	min.	med.	máx.		min.	med.	máx.	
1 dormitório	4.878 R$/m²	7.675 R$/m²	10.058 R$/m²	374	9.057 R$/m²	15.463 R$/m²	34.142 R$/m²	39
2 dormitórios MCMV	2.515 R$/m²	3.194 R$/m²	3.975 R$/m²	1.031	3.692 R$/m²	5.336 R$/m²	7.060 R$/m²	843
2 dormitórios	3.639 R$/m²	5.771 R$/m²	11.676 R$/m²	695	6.923 R$/m²	8.216 R$/m²	27.828 R$/m²	569
3 dormitórios	3.362 R$/m²	6.218 R$/m²	10.000 R$/m²	1.040	5.646 R$/m²	10.228R$/m²	16.614 R$/m²	771
4 dormitórios	4.438 R$/m²	7.740 R$/m²	16.561 R$/m²	123	7.257 R$/m²	12.923 R$/m²	27.344 R$/m²	163

Fonte: Sinduscon, 2024, adaptado pelos autores, 2024.

Com isso, a partir do mapeamento realizado do Sinduscon, tem-se uma leitura de onde está concentrada a oferta final de imóveis na cidade de Maceió, constando quais bairros estão com valores inflacionados por esse aquecimento. A partir de então, observa-se a planície marítima central concentrando essa produção, seguindo uma tendência histórica. Nessa mesma área, seguindo uma tendência nacional, tem-se a ocorrência massiva de lançamentos de residenciais verticais com a tipologia de 1 quarto, justificada pelo atendimento ao setor turístico, mas que se distancia das reais necessidades de habitação da cidade e da população que está saindo da área de risco (ver figura 02).

Figura 02: Mapeamento da oferta final de unidades verticais por tipologia para agosto de 2023 em Maceió-AL



Fonte: Sinduscon AL, 2023, adaptado pelo autor, 2024.

Há ainda, a consolidação da expansão para o litoral norte, uma intensa produção em bairros da parte alta relativamente próximos a área afetada pela subsidência e com dinâmicas na cidade similares aos desocupados (Serraria e entorno) e uma massiva produção de unidades com 2 quartos, para diferentes padrões socioeconômicos, nas áreas do tabuleiro mais distantes do centro da cidade (Cidade Universitária e Tabuleiro dos Martins).

Essas dinâmicas são exploradas à medida que a cidade se reestrutura desordenadamente. Em seu discurso, o mercado imobiliário não reconhece o aquecimento do setor como uma consequência dos deslocamentos forçados, produzindo massivamente em um contexto de alta de preços, que não é acompanhado do aumento da renda per capita de maceioense. Nesse contexto, o Estado, no âmbito municipal, pouco se preocupou com a regulação dessa produção, nem mesmo retornou de maneira participativa a atualização do Plano Diretor Municipal, defasado desde 2015.

Além disso, merece destaque a figura do agente imobiliário passivo (Fix, 2007), que seria a própria população ver o desastre como uma oportunidade de lucrar com o seu(s) imóvel(is) dificultando ainda mais essa reterritorialização. São várias

estratégias adotadas para a obtenção de lucro com o imóvel, entre as quais o aumento do preço de venda da própria residência em busca de mudar-se para um imóvel maior ou com melhor localização, por exemplo.

Há relatos registrados em redes sociais, reportagens e pesquisas de que muitas dessas famílias mudaram-se para bairros periféricos de Maceió e, quando ainda assim o valor não era suficiente, para a Região Metropolitana da cidade. Isso implicou na alteração da dinâmica socioespacial dessas famílias, pois em muitos casos conquistaram o seu novo lugar na cidade em locais que implicaram em uma série de perdas de cidade quando comparados à realidade antes da mudança e, ainda, desestruturados.

Em relação aos impactos da subsidência para a cidade como um todo, o diagnóstico sociourbanístico realizado pela empresa Diagonal (2021; 2022a;2022b), contratada pela Braskem, apresenta um estudo com uma série de dados e informações à respeito das implicações da subsidência. É demonstrado através de dados de origem e destino (ver anexo A) que as áreas que mais receberam correspondem, ou aos bairros adjacentes a área desocupada, ou a bairros com inúmeras carências construídas ao longo de anos, desde a oferta de equipamentos e serviços urbanos até a presença de favelas e comunidades urbanas, conforme definição do IBGE.

Nas áreas mais distantes da área de risco em que o diagnóstico aponta para o recebimento de grande contingente populacional, há pouca oferta de produção imobiliária voltada para o residencial vertical de alto padrão que explora tecnologias que encarecem o custo final, mas com uma produção massiva de padrão MCMV. Ou seja, são locais que oferecem um menor custo para aquisição de imóvel. Nesse contexto, a população atingida pela subsidência do solo recorre a esses locais, principalmente, pelo fato da localização e as possibilidades acesso a locais mais bem estruturados estarem diretamente relacionadas ao poder de compra.

Salienta-se que entre os bairros que mais receberam contingente populacional, alguns apresentavam tendência demográficas de crescimento para 2010/2020 e 2020/2025 (Serraria, Santa Lúcia e Petrópolis), as quais foram potencializadas pela chegada das famílias afetadas pela subsidência. Entre eles, Serraria e Santa Lúcia apresentaram as maiores taxas de crescimento, enquanto Cidade Universitária, Benedito Bentes, Serraria, Tabuleiro dos Martins, Petrópolis, Santa Lúcia e Clima Bom os maiores valores absolutos (Diagonal, 2021).

No caso do Petrópolis, ao receber parte desse contingente populacional em um processo de remoções resultante de medidas unilaterais, autoritárias e imobilizantes, e possivelmente não estar bem estruturado para receber esse contingente populacional, é possível que haja limitações para a plena reterritorialização da população que se mudou para lá. De certo, há problemas e potencialidades (os quais serão melhores discutidos no capítulo 3), que já fazem parte do cotidiano da população que vivia no bairro. Por fim, são fatores a serem explorados e discutidos sobre o bairro que serão incorporados à discussão do que foi posto para a população de menor poder aquisitivo na disputa para se reestabelecer no espaço urbano de Maceió.

Logo, pretende-se discutir essa disputa pelo espaço urbano em Maceió a partir dos desdobramentos da subsidência do solo, considerando que as famílias, na busca por um novo local de moradia, ficaram à mercê da cidade produzida como um negócio. No espaço mercantilizado, os ideais de direito à cidade, que envolvem, entre outros pontos, o acesso à moradia, são colocados de lado. São relações indiretamente conflituosas entre os agentes produtores do espaço que acabam se desenhando em resoluções que atendem aqueles que possuem maior poder de intervenção no espaço.

Incorporar a noção do território em disputa permeia o entendimento de que as relações de poder que constituem o espaço urbano moldam a forma como se colocar na cidade à procura da propriedade privada. A disputa em questão não está somente relacionada à atividade de mineração da Braskem como fator de modificação abrupta do território e das relações sociais ali constituídas para a sua produção de mais valia no âmbito da indústria. Compreende-se que ao passo que os moradores atingidos pela subsidência do solo foram destituídos de seus territórios, foram abruptamente colocados em um contexto sociourbanístico estritamente moldado pela lógica capitalista, desassistidos de uma política urbana na busca por seu lugar na cidade.

UM OLHAR PARA O BAIRRO

CARACTERIZANDO O PETRÓPOLIS

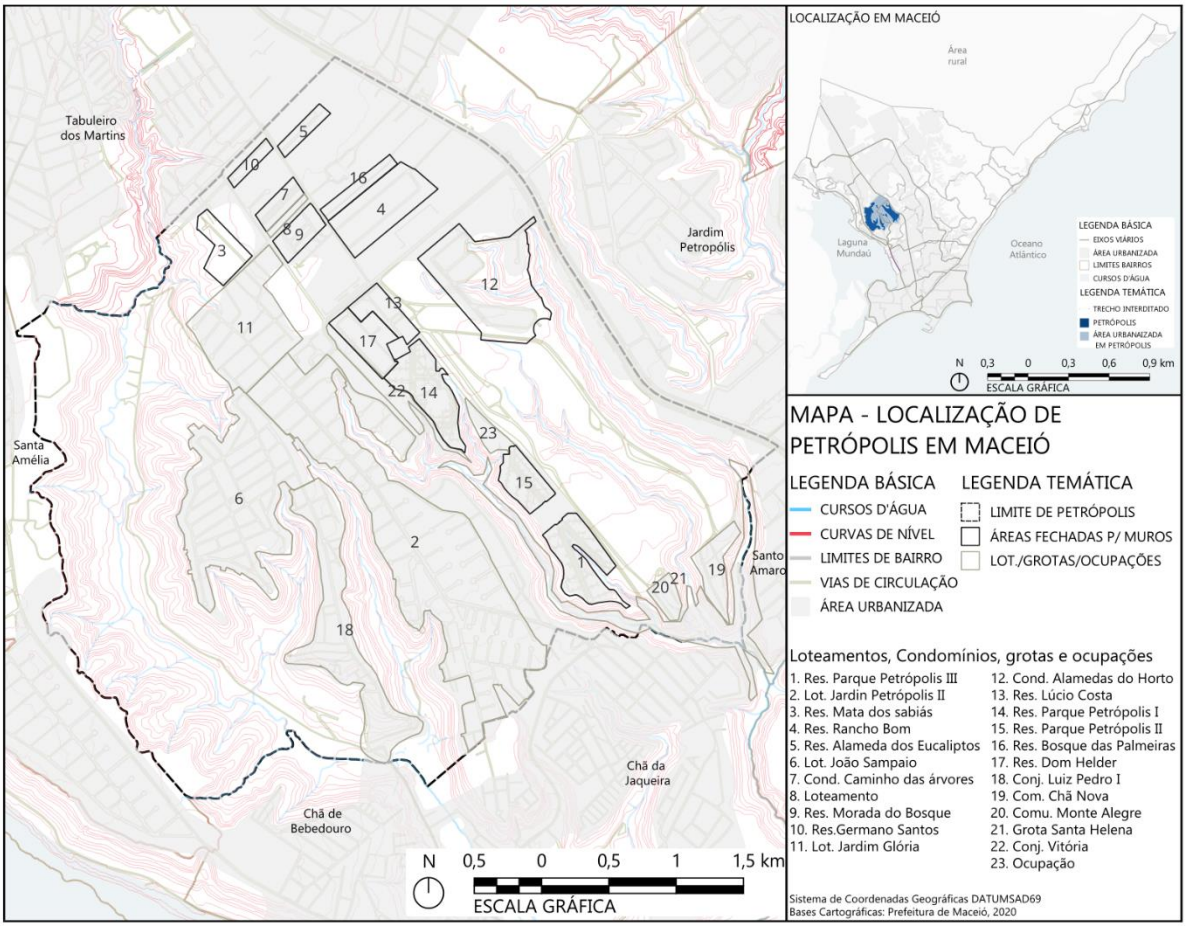
Praça, acuada entre muro e massa
Natureza resiste à fumaça
A pressa, o concreto opressor

O teatro Mágico
Cinza

UM OLHAR PARA O BAIRRO: CARACTERIZANDO O PETRÓPOLIS

Para discutir os aspectos da reterritorialização da população atingida pela mineração da Braskem no bairro do Petrópolis a partir do relato dos moradores atingidos, é preciso buscar entender quais as dimensões físicas, sociais, econômicas e de urbanização que contribuíram para a constituição do que se tem hoje como bairro. Isso porque a urbanização reflete e é reflexo da sociedade, resultando de processo e intenções que moldaram a cidade e o local para as distintas classes sociais conforme os interesses econômicos de uma minoria privilegiada (Corrêa, 1989).

Figura 03: Localização de Petrópolis em Maceió, destaque para os loteamentos, condomínios, grotas e ocupações



Fonte: Mapa por Qgis, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

Entre as motivações para a escolha do bairro de Petrópolis, considerou-se fazer uma investigação mais aproximada da reterritorialização em seu território devido as dinâmicas observadas pelo pesquisador enquanto morador do bairro. O olhar de futuro urbanista despertou uma inquietação sobre as condições postas para os moradores que saíram da área de risco para o Petrópolis. Além do mais, essa

aproximação do objeto de estudo permitiu um olhar mais atento para as dinâmicas locais, assim como a possibilidade de aproximação para a realização das entrevistas.

O bairro em si, apresenta baixa conexão viária, oferta deficiente de transporte público, além de ser marcado por áreas ocupadas por condomínios fechados e poços de exploração de petróleo. Os últimos contribuem para fragmentação socioespacial no bairro. Além disso, a relação do bairro com a área atingida perpassa por várias questões que implicou em perdas, a exemplo da ligação viária com o centro e os impactos nos itinerários de ônibus (ver figura 23 na subseção 3.3.4).

2.4 Aspectos históricos

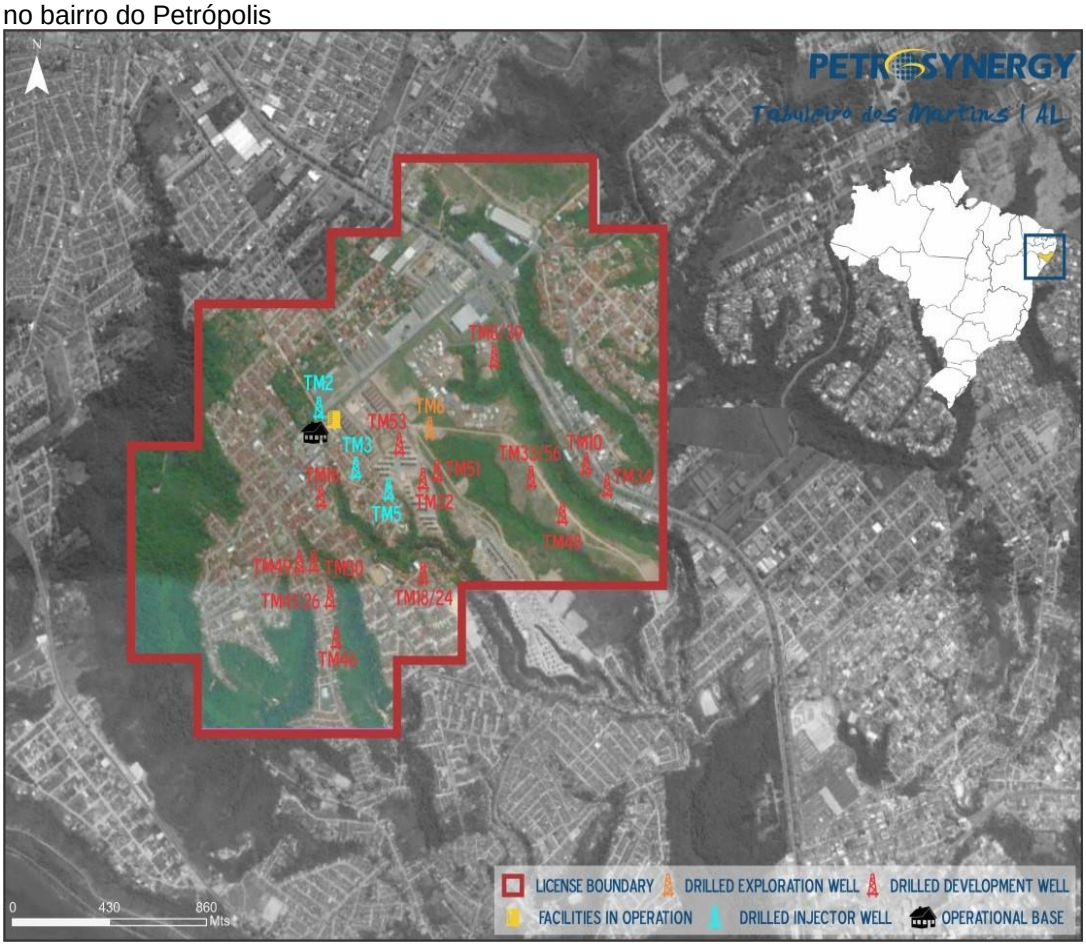
A compressão do processo histórico de ocupação do bairro do Petrópolis requer, primeiramente, traçar um panorama da expansão urbana na cidade de Maceió, visto que que a urbanização chega ao local quando da consolidação de outras áreas da cidade. Vale ressaltar que o território é ocupado antes mesmo de ser elevado à categoria de bairro, fato que ocorreu com a instituição da Lei Municipal n. 4.687, de 08 de janeiro de 1998 (Maceió, 1998), com o desmembramento de partes dos bairros Tabuleiro dos Martins e Bebedouro.

Na primeira metade do século XX a ocupação urbana de Maceió estava concentrada nos bairros Poço, Levada, Bebedouro e Farol e registrava-se uma população com cerca de 90.523 habitantes em 1940. Na década de 1950, a mancha urbana até então concentrada, expande-se com maior intensidade para as áreas de tabuleiros à época em que a cidade passa a receber um grande contingente populacional em virtude de uma migração massiva advinda do interior do estado (Lopes e Junqueira, 2005). Tal situação decorre da crise do setor industrial têxtil em Alagoas, o qual até então era a base da economia, deflagrada no início da segunda metade do século XX, culminando no gradativo fechamento das fábricas pelo estado (Lessa e Tenório, 2013 *apud* Rodrigues, 2017).

Ainda na década de 1950, o território do Petrópolis começa a ser ocupado pela mineração pela companhia estadunidense Hanney and Williams Drilling Co, no ano de 1957. Na época, a prospecção de poços realizada pela empresa encontrou-se óleo de 30a API, logo a área começou a ser explorada pela empresa Petrobrás em 1962 para a produção de óleo e gás. Até 1998 a empresa perfurou 55 poços no município de Maceió, entre os quais 21 estão no perímetro que define o Petrópolis. Atualmente,

a empresa PetroSynergy é detentora dos 5 poços que estão em atividade no bairro (Petrosynergy, 2023). É importante destacar que a dinâmica de exploração mineral requer um afastamento de segurança para se construir no entorno dos poços, isto é, um fator que acabou influenciado na ocupação do solo que se sucedeu

Figura 04: localização dos poços de exploração de óleo e gás da empresa PetroSynergy no bairro do Petrópolis



Fonte: PetroSynergy, 2023.

Os impactos do aumento da população urbana decorrente da dinâmica supracitada em Maceió passam a ser perceptíveis em seu território já na década de 1950 e, acrescidos das condicionantes topográficas e inocuidade do planejamento, contribuíram para que a população de baixa renda passasse a ocupar as encostas e grotas próximas ao centro, áreas de fragilidade ambiental importantes para a drenagem de águas pluviais e que necessitam de preservação ambiental. Na região dos tabuleiros, que estava nos limites entre o urbano e o rural, além de marcada pela presença de atividade agrícola, foram produzidos em grande quantidade conjuntos habitacionais populares nas décadas de 1960 e 1970. Já a produção para a classe

média/alta seguiu-se pelo litoral dando continuidade aos bairros já consolidados próximos ao centro (Lopes e Junqueira, 2005).

Nessa conjuntura, registra-se um aumento populacional na segunda metade do século XX, atribuído a uma série de fatores internos e externos à dinâmica local:

> Em 1970 a população do Município chega a 263.670 habitantes. Esse quadro reflete fatos de décadas anteriores, principalmente dos anos de 1950, que influenciaram no processo, caracterizados por um grande movimento migratório com forte impacto na cidade de Maceió. Este movimento reflete as dinâmicas políticas e econômicas decorrentes de fatores externos (nacionais) e internos (locais), bem como a intensificação do processo de industrialização e a política desenvolvimentista fortalecida a partir da década de 1950 (Lopes e Junqueira, 2005).

Na década de 1970, registra-se a implantação do primeiro loteamento no que hoje é o bairro do Petrópolis, o Jardim Glória, na região de platô mais próxima da Avenida Fernandes Lima. À época, a região era marcada por grandes propriedades fundiárias, as quais foram ocupadas sucessivamente nas décadas seguintes, à medida que a demanda por habitação na cidade era acirrada por um intenso processo de crescimento populacional que começava a adensar as áreas já ocupadas.

A ocupação em grotas no território do bairro do Petrópolis foi identificada por volta da década de 1970, através da análise de ortofotos pertencentes ao acervo da Universidade Federal de Alagoas. Na figura 05 é possível identificar a ocupação na atual Grota Santa Helena, localizada em sua maior parte no atual bairro do Petrópolis, mas também em parte dos bairros Chã da Jaqueira e do Santo Amaro. O local é próximo as atuais Avenidas Durval de Góes Monteiro e Fernandes Lima, as quais à época eram um importante eixo de expansão da cidade.

Figura 05: Ocupação da grota Santa Helena na década de 1970

Fonte: Acervo da UFAL, 2024. Adaptado pelo autor, 2024.

As referidas ocupações ocorrem quase que concomitantemente ao início da exploração da área pelo “mercado formal”. São localidades marcadas pela fragilidade ambiental e pela ocupação pelas camadas da população com renda mais baixa que, em sua maioria, chegava do interior e encontravam impasses para fixar-se nas áreas de tabuleiro ou nas planícies. Sendo assim, pode ser um indicativo que as áreas de grotas adjacentes às localidades da cidade com uma ocupação já consolidada não conseguiram absorver essa população, e a produção de habitação que surgiu com a expansão da malha urbana ou não foi suficiente, ou não foi direcionada a esse grupo.

Nos anos de 1980, é lançado o loteamento Jardim Petrópolis II, o qual ocupa boa parte da área de platô do bairro, fazendo uma ligação entre o bairro Chã da Jaqueira e a área mais central do bairro, onde já havia sido implantado o loteamento Jardim Glória. Há relatos de moradores que nos primeiros anos após a implantação, a área era marcada por uma série de carências no que tange a infraestrutura urbana. Nas falas, destaca-se principalmente a condição das vias de circulação, uma vez que dada a ausência de pavimentação havia dificuldades para locomoção em períodos de chuva.

Ainda nos anos de 1980, registra-se a implantação do Loteamento João Sampaio, na área central do bairro próximo a loteamentos anteriormente lançados, como o Jardim Petrópolis II e o Jardim Glória, além da planta industrial da atual PetroSynergy. Nessa década, ainda houve a consolidação da produção habitacional marcada pela implantação conjuntos residenciais fechados voltados para uma população de renda baixa/média. À Av. Sebastião Corrêia da Rocha, a qual faz a conexão ao bairro Tabuleiro dos Martins, foi conferida uma paisagem marcada majoritariamente por muros cegos, tanto dos condomínios, quanto das grandes glebas não urbanizadas.

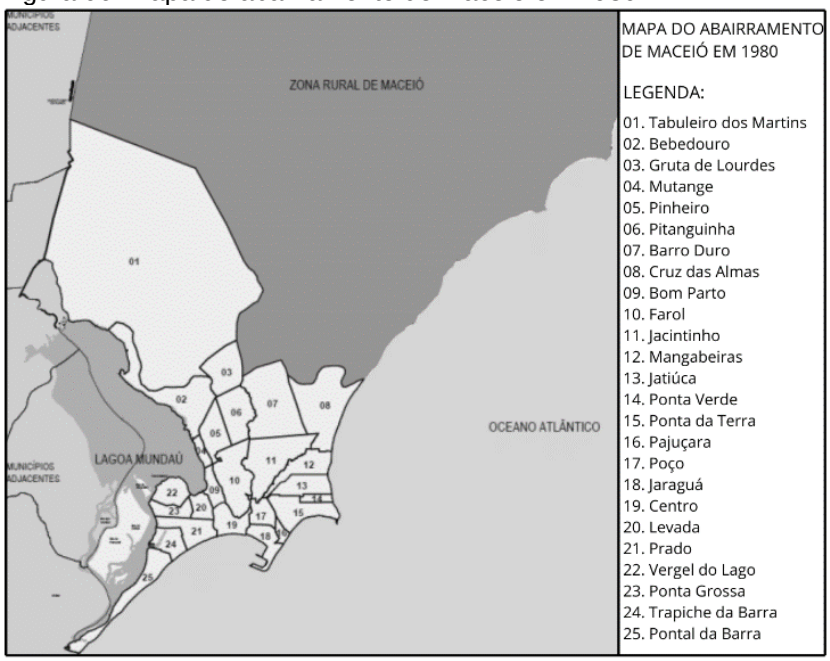
A partir de então, cabe destacar o contexto da expansão territorial de Maceió, visto que a ocupação no Petrópolis está atrelada. Na década de 1980, havia uma série de impasses no que tange ao acesso à terra e/ou habitação, com uma população de 399.254 habitantes. Foi nessa época em que a crise na cadeira produtiva da agroindústria fez com que a cidade passasse a receber um fluxo cada vez maior de imigrantes (Lopes e Junqueira, 2005).

Japiassú (2015, p. 94) argumenta que o crescimento do perímetro urbano de Maceió entre 1980 e 2000 é caracterizado pela soma de novas áreas que antes eram espaços rurais, com uma ampliação entendida enquanto um “crescimento extensivo

pela soma de novas áreas à mancha urbana.” Em seus estudos, a autora analisa essa expansão por meio da setorização conforme o abairramento da época considerando variações de densidade e população absoluta. O território do bairro Petrópolis está no setor Tabuleiro do Martins, sob as seguintes características:

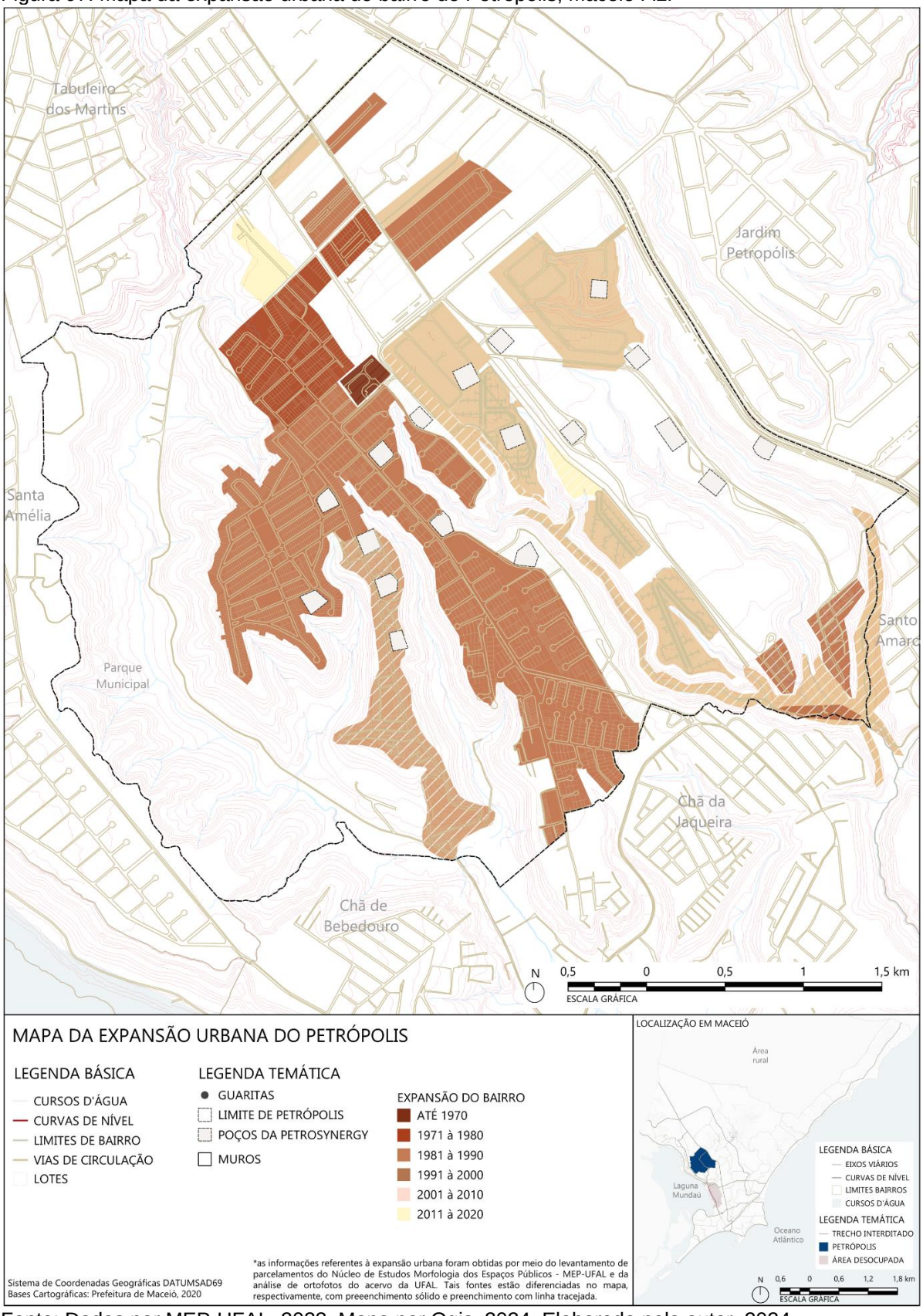
> [...] o setor Tabuleiro do Martins passou por crescimento intensivo e por ser um bairro periférico, crescimento intensivo periférico. Assim como passou por crescimento extensivo tentacular por ser cortado por um corredor viário, crescimento extensivo por difusão urbana e crescimento extensivo por dispersão urbana em função do número de parcelamentos do solo e empreendimento implantados, respectivamente (Japiassú, 2015, p. 95).

Figura 06: Mapa do abairramento de Maceió em 1980



Fonte: Japiassú, 2015. Adaptado pelo autor, 2024.

Figura 07: Mapa da expansão urbana do bairro do Petrópolis, Maceió-AL.

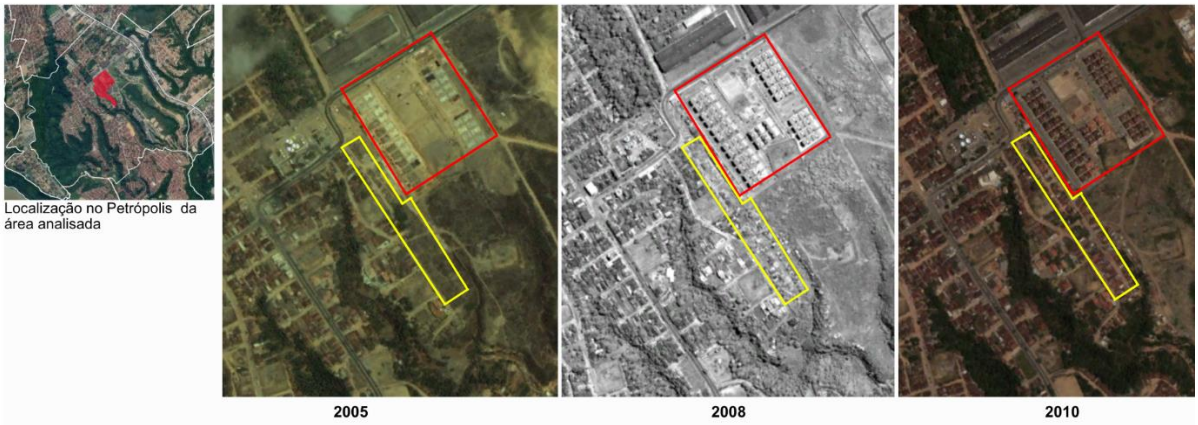


Fonte: Dados por MEP-UFAL, 2023. Mapa por Qgis, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

A expansão da malha viária foi um dos fatores que influenciou o acesso a todos os setores, ao mesmo tempo em que o comércio e serviços se instalavam em pequenos núcleos que formaram e ao longo dos corredores viários (Japiassú, 2015). Nesse período, a produção habitacional para as camadas de renda mais baixa concentrava-se no bairro do Tabuleiro, com cerca de 88% das unidades instaladas no bairro, que corresponde aos atuais bairros de Antares, Cidade Universitária, Clima Bom, Jardim Petrópolis, Petrópolis, Santa Amélia, Santa Lúcia, Santos Dumont e Tabuleiro do Martins. Entretanto, a produção era baixa e não atendia à demanda impulsionando a formação de assentamentos precários, inclusive no entorno desses conjuntos. Registra-se ainda a produção de loteamentos populares por meio de iniciativas não-governamentais e até mesmo governamentais (Lopes e Junqueira 2005).

Na década de 2000, em uma área próxima à Av. Durval de Goés Monteiro, foram implantados os Conjuntos Habitacionais Dom Helder e Lúcio Costa pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Os muros dos residenciais somaram-se aos do DETRAN, conferindo mais insegurança ao principal acesso ao bairro. Outro fato que merece destaque é a constatação da ocupação informal em áreas adjacentes aos condomínios por meio de análise de imagens de satélite fornecidas pelo Google Earth Pro (ver figura 08).

Figura 08: ocupação no entorno dos residenciais Dom Helder Câmara e Lúcio Costa. Destaque para os residenciais contornados por poligonal em vermelho e a ocupação contornada pela poligonal em amarelo.



Fonte: Google Earth Pro, 2023, adaptado pelo autor, 2023.

Na década de 2010 ainda é vista a implantação dos Residenciais Parque Petrópolis I, II e III pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e, posteriormente, do Residencial Mata dos Sabiás. Nos entremeios desses conjuntos e nas grotas,

também é observado que a população que não conseguiu adentrar os espaços produzidos no bairro para a habitação fixou-se ali (ver figura 09).

Figura 09: ocupação no entorno dos residenciais Parque Petrópolis. Destaque para a ocupação contornada por poligonal em vermelho.

Fonte: Google Earth Pro, 2023, adaptado pelo autor, 2023.

No decorrer do processo de ocupação do bairro, algumas dinâmicas foram lhe conferindo características e moldando o espaço urbano conforme ocorriam os processos de territorialização. Um ponto que merece destaque e será melhor discutido nas seções subsequentes é a dicotomia da dinâmica urbana entre os loteamentos e as áreas ocupados por condomínios com muros. Como exemplo, tem-se a área de confluência entres loteamentos João Sampaio, Jardim Gloria e Jardim Petrópolis II, onde se consolidou a área de comércio e serviços no bairro. Em contraponto tem-se as áreas com predominância de condomínios residenciais com pouca variação de uso do solo.

3.2 Aspectos geomorfológicos

Nessa seção serão descritos e analisados os aspectos geomorfológicos do bairro, atentando-se para as características de relevo, tipo de solo, hidrografia e cobertura vegetal. Para essa etapa serão apresentados mapas que auxiliarão na compreensão desses aspectos.

3.2.1 Relevo

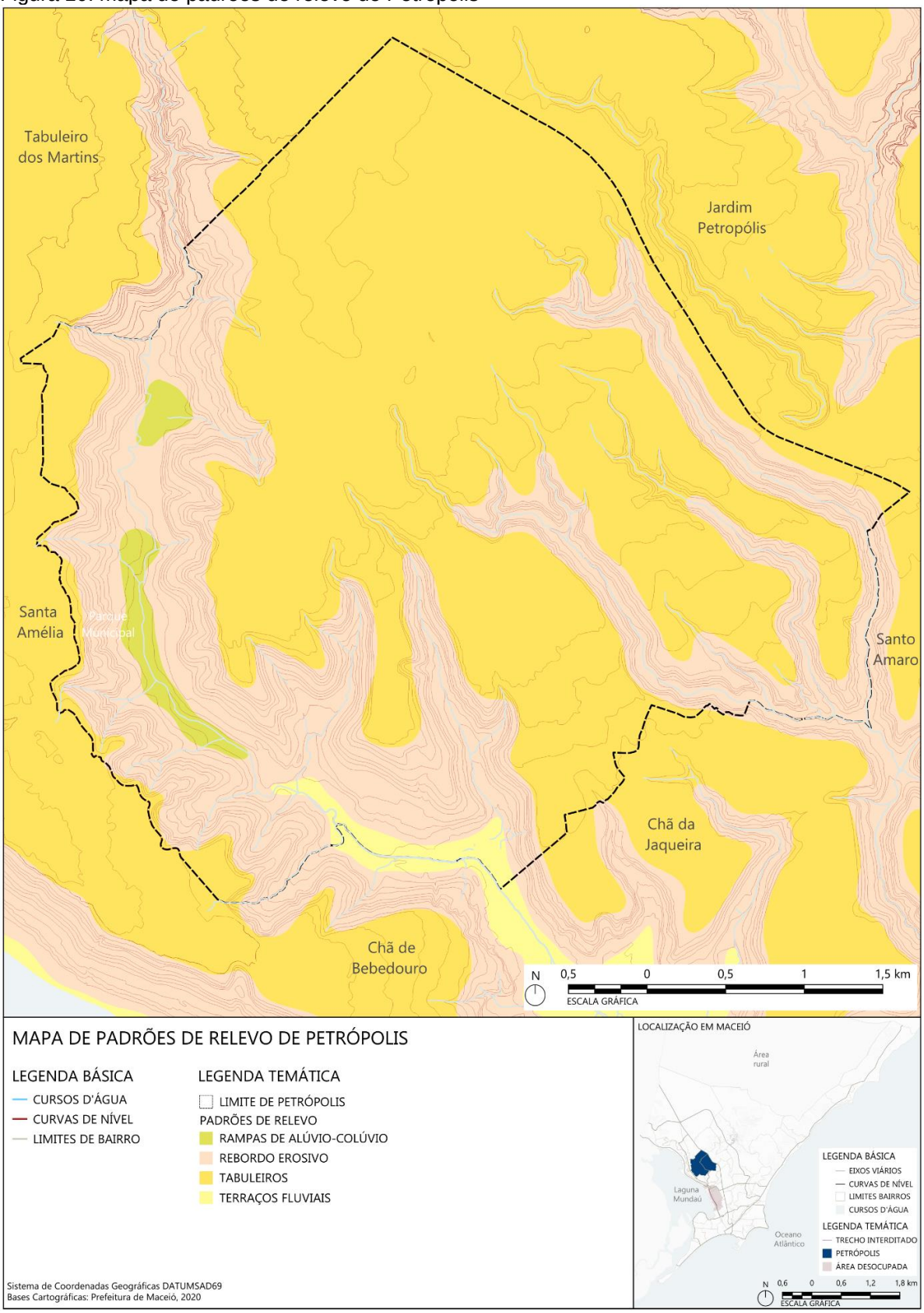
O território do bairro do Petrópolis é formado em boa parte por um padrão de relevo do tipo tabuleiro entre 60 e 90 metros ao nível do mar, estendendo-se por quase toda a porção norte, além de ser entrecortado mais ao sul e praticamente quase toda a porção oeste por rebordo erosivo (ver figura 10). O padrão de rebordo erosivo corresponde as áreas de grande declividade que formam os fundos de vale e/ou áreas naturais de drenagem, as grotas, e possuem alta declividade chegando a mais de 100% conforme mostra a figura 11. Nos fundos de vale, na bacia do Riacho do Silva, é visto os padrões de relevo de alúvio-colúvio e terraços pluviais, relacionados, respectivamente, ao depósito de sedimentos no topo e no sapé das encostas e nos fundos de vale.

No que tange a relação do relevo com a ocupação urbana em si, cabe mencionar que acabou sendo determinante para a malha urbana que se tem hoje, devido as descontinuidades atreladas as áreas de grotas entrecortando os tabuleiros. Além disso, a região norte do bairro não apresenta grandes variações de declividade permitindo a implantação de uma malha urbana coesa e continua. No entanto, a escolha de uso do solo e as maneiras de promover habitação criaram barreiras no espaço urbano, as quais serão mais aprofundadas nas subseções 3.3.2 e 3.3.4, sobre uso e ocupação do solo e mobilidade, respectivamente.

De acordo com Parahyba, et al. (2008), os tabuleiros em Maceió são formados predominantemente por latossolos vermelho-amarelo distróficos, estes possuem textura argilosa e porosa e grande permeabilidade. Já as grotas são formadas por argissolos vermelho-amarelos distróficos, comum em áreas com alta declividade e passiveis de erosão.

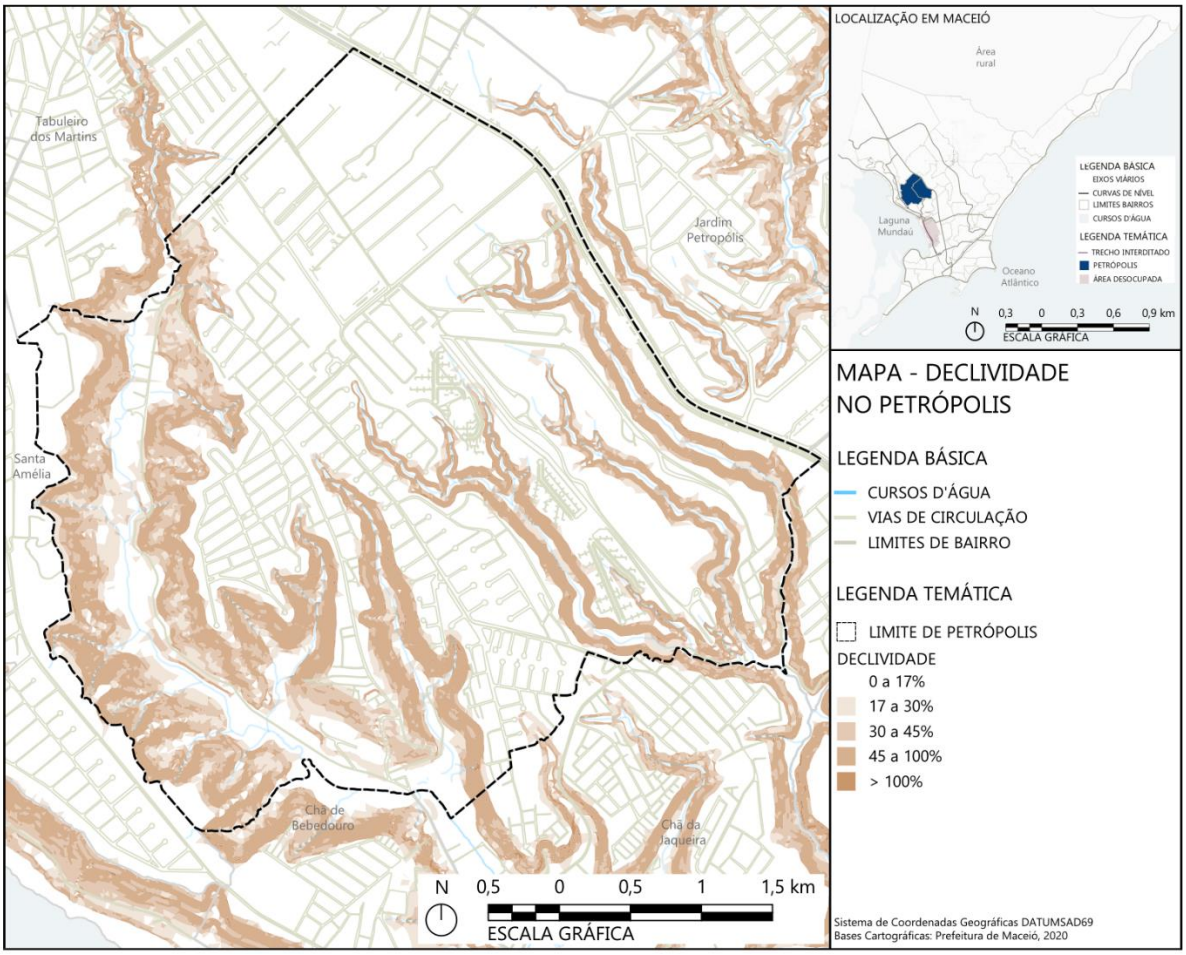
No que tange a regulação da ocupação nas encostas, o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió (Maceió, 2007) recomenda a preservação dado a sua importância paisagística e ecológica. Entretanto, é recorrente o descumprimento dessa orientação no bairro com um todo, sobretudo para o uso habitacional.

Figura 10: mapa de padrões de relevo de Petrópolis



Fonte: Dados por Prefeitura de Maceió, 2023. Mapa por Qgis, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 11: mapa de declividade no Petrópolis



Fonte: Dados por Prefeitura de Maceió, 2023. Mapa por Qgis, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

3.2.2 Hidrografia

O Petrópolis está inserido na bacia hidrográfica do Riacho do Silva, a qual está inteiramente dentro dos limites do município desde o bairro Fernão Velho até o Pontal da Barra margeando a Laguna Mundaú (ver figura 12). O riacho que dá nome a bacia ocorre em uma das calhas naturais de drenagem dentro da área do Parque Municipal de Maceió, importante área de preservação ambiental da cidade. Os demais cursos d'água caracterizam-se por córregos intermitentes, que muitas vezes não são visíveis na paisagem devido à presença ou de mata clicar, ou de ocupações irregulares nas grotas.

Trata-se de uma bacia com cerca de 10,13 km², marcada pelo alto índice de poluição associada ao despejo de resíduos sólidos em suas calhas naturais de drenagem provocados, em parte, por uma baixa cobertura de infraestrutura urbana básica nas ocupações habitacionais que se instalaram nos limites entre o tabuleiro e as áreas de alta declividade e nos fundos de vale. Ainda que a condição de preservação posta ao Parque Municipal contribua para a proteção de nascentes e

fontes de água que constituem a bacia supracitada, há registros de assoreamento do Riacho do Silva que influencia diretamente na qualidade de vida de seu entorno imediato.

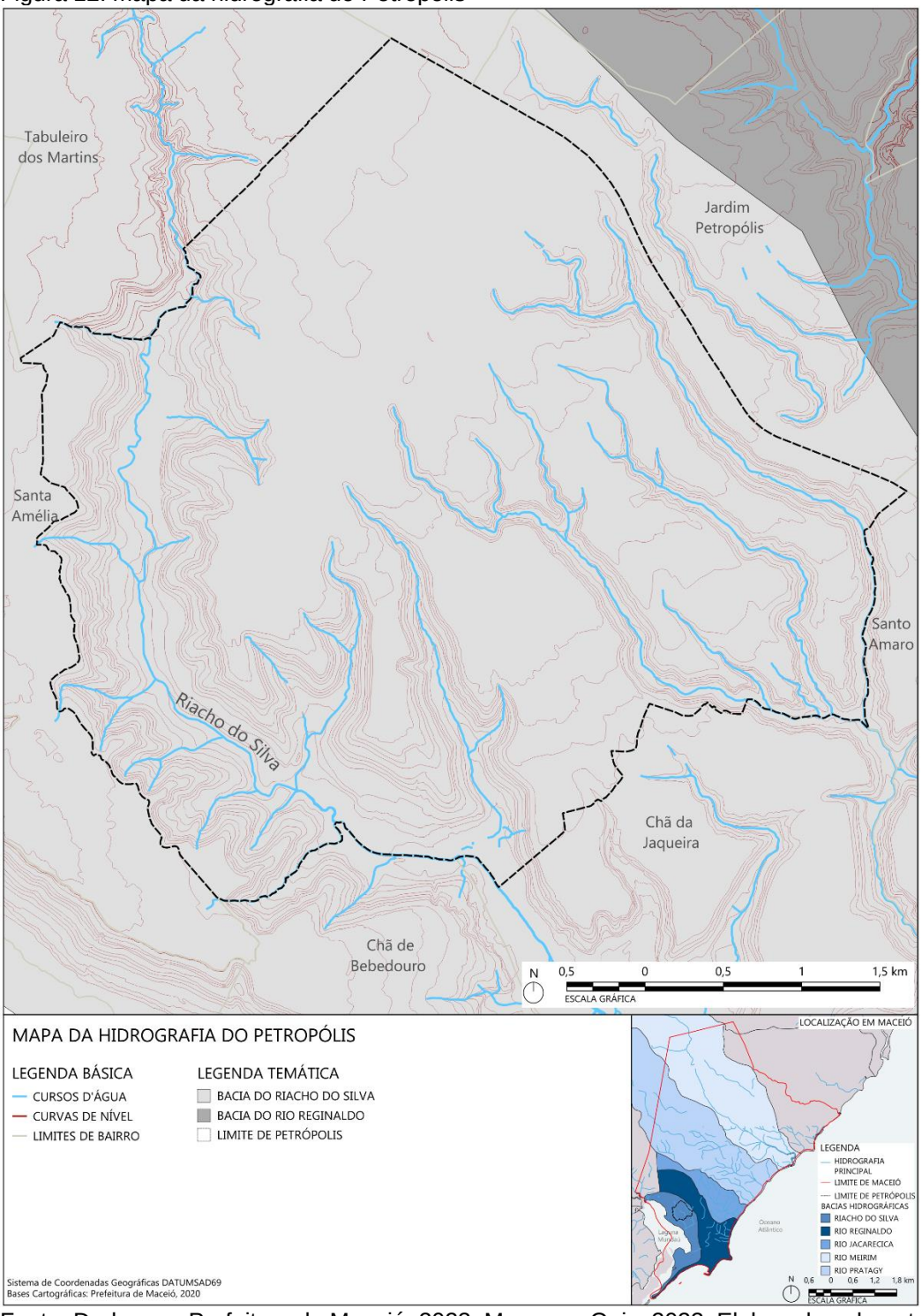
Ao se voltar para as águas, não apenas como um elemento geomorfológico, mas também enquanto parte constituinte da paisagem e do cotidiano no bairro, é visto que há maior interação física entre os moradores e as águas nas áreas de grotas. Primeiramente, por estar em uma área que naturalmente deveria servir apenas para o escoamento das águas pluviais, essa população vive, sobretudo nos períodos de chuva, em meio a riscos de deslizamentos de terra e alagamentos inerentes à exposição de áreas naturalmente frágeis à ocupação humana.

Contudo, a reprodução da vida cotidiana está intrinsecamente relacionada aos aspectos físicos nos fundos de vale: como a ponte de madeira sobre o riacho construída coletivamente pelas comunidades e os caminhos e estratégias construídos para acessar as áreas de tabuleiro. Enquanto que para com a população nas regiões de tabuleiro a distância física e visual dessas áreas não apenas inibe a relação, como instiga a negligência para com a importância de preservar essas áreas.

De acordo com o Plano de Saneamento Básico de Maceió – PMSB - (MACEIÓ, 2016), o bairro do Petrópolis está inserido totalmente na bacia sudoeste na classificação das Estações Elevatórias de Esgotos (EEE) e Emissários. Estão nessa bacia outros 14 bairros atendendo uma população estimada de 256.783 habitantes, dos quais cerca de 30% são cobertos pelo serviço. A nível de bairro o plano não apresenta informações quanto à cobertura. Além disso, o ponto crítico da coleta de esgoto apontado pelo estudo está no extravasamento devido à falta de manutenção e/ou subdimensionamento da rede.

Em épocas de chuva, é notório a ocorrência de alagamentos nas vias desde os Loteamentos João Sampaio e Jardim Glória até a porção norte do bairro. No PMSB (Maceió, 2016) é citado a possibilidade de ocorrência de alagamentos pontuais no Loteamento Jardim Petrópolis II, porém, a identificação no mapeamento trazido pelo estudo não está explicita para esse caso. Além disso, é pontuado a inexistência de projetos para a área voltados a mitigação desse problema.

Figura 12: mapa da hidrografia do Petrópolis



Fonte: Dados por Prefeitura de Maceió, 2023. Mapa por Qgis, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

3.2.3 Cobertura vegetal

A figura 14 apresenta a cobertura vegetal de Petrópolis mapeada através da sobreposição de imagem do *Google Satellite* sob a base cartográfica da Prefeitura de Maceió no Sistema de Informações Geográficas – SIG – QGIS. É possível observar

que a maior parte da vegetação se concentra nas áreas de grotas, com destaque para o Parque Municipal de Maceió, Área de Preservação Permanente (APP), com importante reserva de mata atlântica. Ademais, é visto em grandes lotes privados na porção norte do bairro a presença de vegetação capoeira (secundária), árvores de grande porte que não necessariamente são remanescentes da vegetação nativa (mata atlântica), e/ou cultivo frutíferas. O último se estende aos quintais, principalmente aqueles que estão nas bordas do tabuleiro.

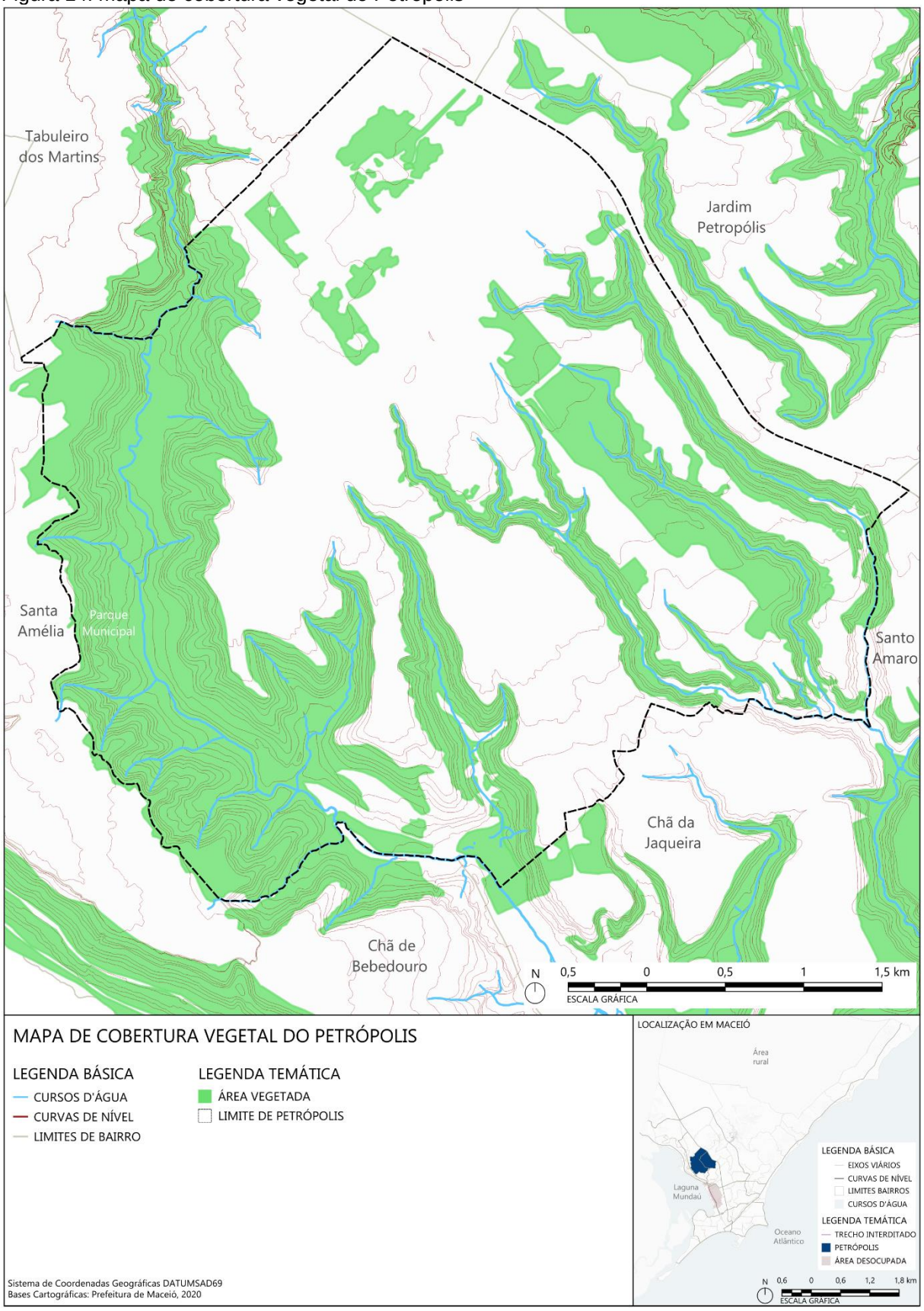
Ainda sobre as bordas de tabuleiro, a vegetação na paisagem compete não apenas com o cultivo de frutíferas em quintais, mas também com as próprias construções que avançam sob as áreas com maior declividade (ver figura 13). A conservação da vegetação nessas áreas difere conforme a localização: nas áreas com menor atuação do poder público, as ocupações para construção e cultivo de frutíferas avançam sob as encostas até o fundo de vale em que ainda não há grotas consolidadas. Nas bordas do Parque Municipal, há relatos de descarte irregular de lixo por meio dos quintais das residências. Nos Conjuntos residenciais mais recentes que foram implantados entre as grotas há um controle mais rigoroso para com a preservação das áreas de mata remanescentes.

Por fim, é importante destacar que o bairro possui importantes reservas de mata atlântica, ora protegidas por instrumentos legais como o Parque Municipal, ora expostos aos avanços da apropriação desregulada para habitação. Dessa forma, reconhece-se um potencial paisagístico a ser explorado no bairro, o qual poderia ser abordado de maneiras distintas contribuindo para a qualidade de vida não apenas dos moradores do bairro.

Figura 13: Quintais na borda dos Tabuleiros.

Fonte: acervo autoral, 2023

Figura 14: mapa de cobertura vegetal do Petrópolis



Fonte: Dados por Prefeitura de Maceió, 2023. Mapa por Qgis, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

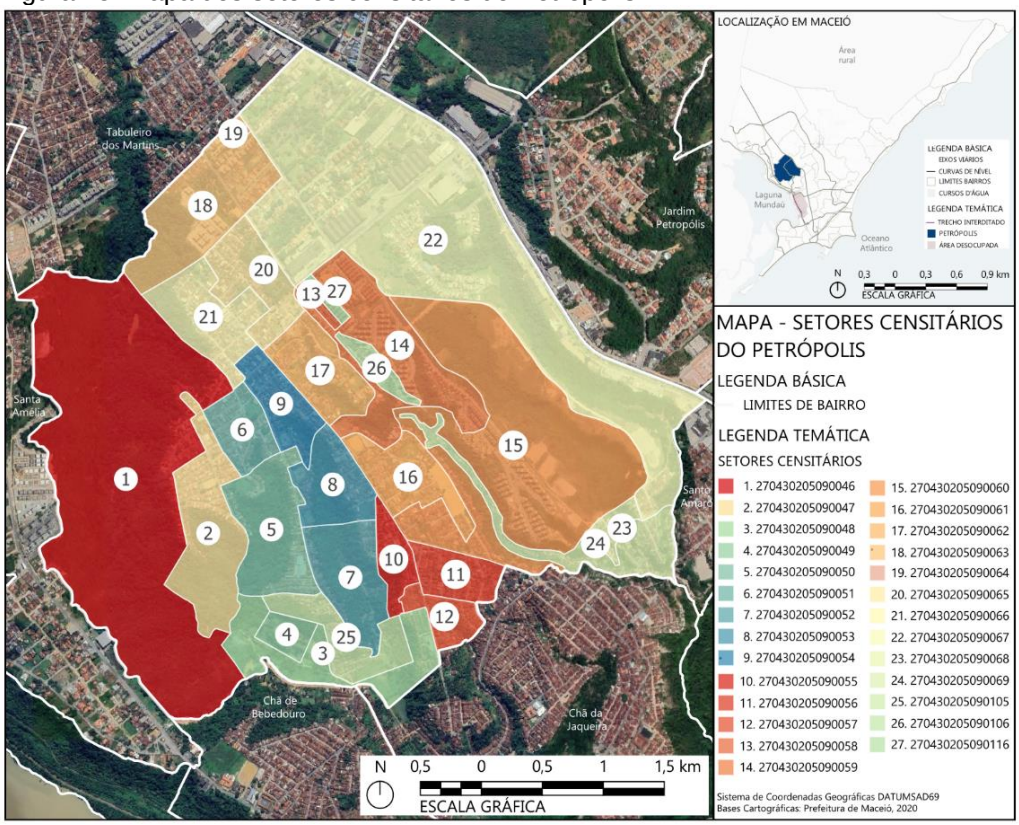
3.3 Aspectos econômicos e socioespaciais

Nessa seção serão descritos e analisados os aspectos socioeconômicos do bairro, atentando-se para o perfil socioeconômico da população e a caracterização socioespacial do bairro. Para essa etapa serão apresentados mapas para auxiliar na compreensão desses aspectos.

3.3.1 Perfil socioeconômico da população

Essa seção será composta pela análise de dados divulgados pelo censo demográfico do Brasil, realizado pelo IBGE em 2010[10]. A figura 15 traz o mapeamento dos setores censitários presentes no bairro do Petrópolis.

Figura 15: Mapa dos setores censitários do Petrópolis



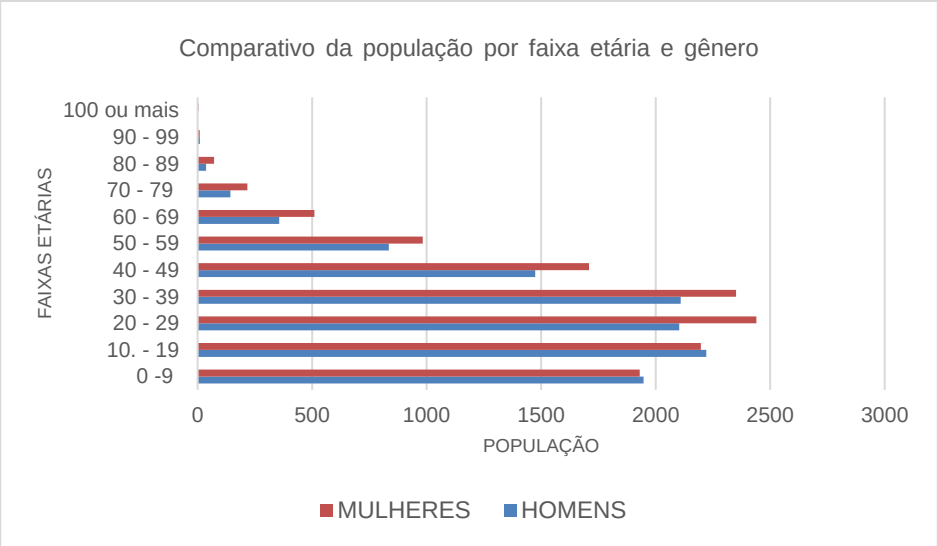
Fonte: Dados por IBGE, 2010. Mapa por Qgis, 2024. Adaptado pelo autor, 2024.

O bairro possui uma população de 23675 habitantes, dos quais 53% mulheres e 47% homens, ocupando uma área de cerca de 4,71 Km² (IBGE, 2010). No gráfico

[10] Ainda que o último censo tenha sido realizado em 2022, os dados divulgados até o fechamento desse trabalho são apenas referentes a um panorama populacional a nível nacional, regional, estadual e municipal, sem abranger o nível de bairro e setores censitários, como será explorado a seguir. Sendo assim, é importante destacar que há uma defasagem de cerca 14 anos em relação à produção desses dados, porém, na escala de bairro são as últimas informações oficiais conhecidas.

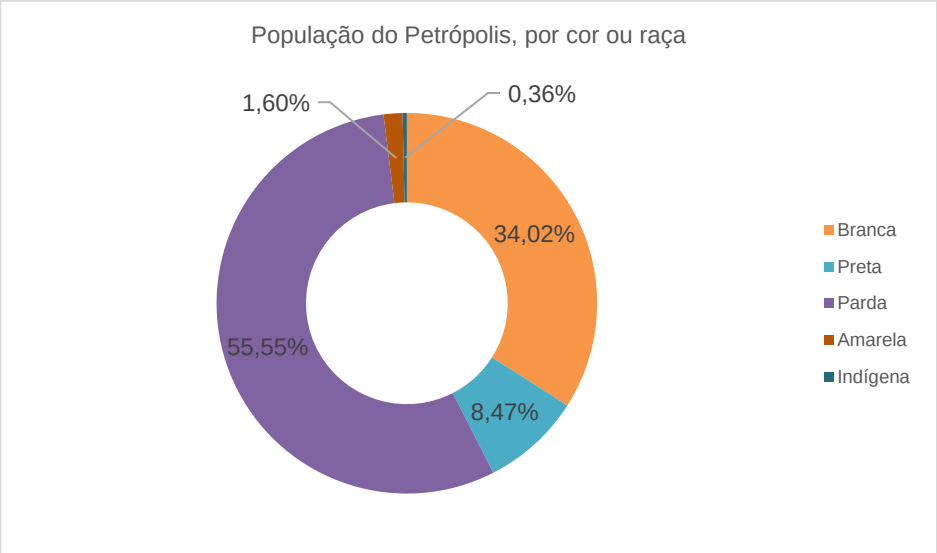
02, é visto que a faixa etária preponderante está desde a infância até o início da fase adulta (De 0 a 39 anos). A partir da faixa 40 – 49 anos observa-se que há um declínio da população até chegar em uma população idosa reduzida, o que demonstra uma baixa expectativa de vida nesse recorte espacial demográfico. A figura 14 traz os dados de cor ou raça da população do bairro, em que se observa mais da metade da população declarada parda, seguido de brancos e pretos, os últimos correspondendo respectivamente a 34,02% e 8,47% dos residentes.

Gráfico 02: Comparativo da população do Petrópolis por faixa etária e gênero



Fonte: Dados por IBGE, 2010.Gráfico pelo autor, 2024.

Gráfico 03: População do Petrópolis, por cor ou raça

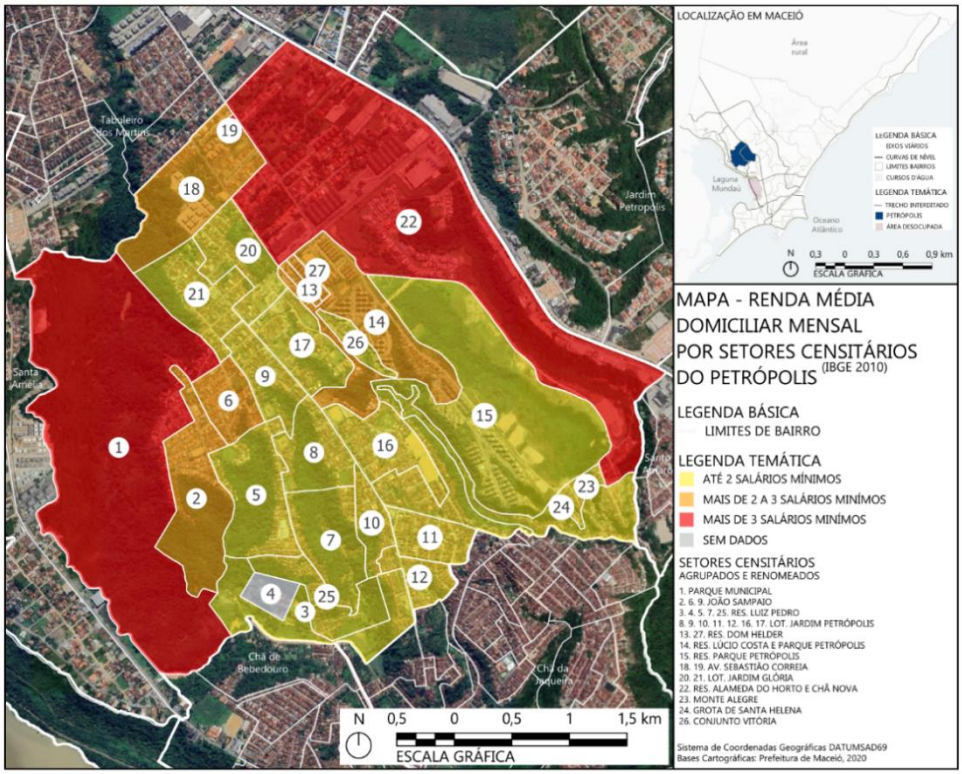


Fonte: Dados por IBGE, 2010.Gráfico pelo autor, 2024

No que tange à renda da população, observa-se na figura 16 que a faixa de renda média mensal predominante no bairro corresponde ao grupo de até 2 salários

mínimos, quando em 2010 o salário mínimo vigente era de R$ 510 (quinhentos e dez reais). Já os setores censitários com renda média entre 2 e 3 salários mínimos abrangem quase todo o loteamento João Sampaio, parte dos condomínios próximos à Av. Sebastião Correia, dos Residenciais Dom Helder Câmara e Lúcio Costa e Parque Petrópolis I e II, os últimos foram lançados após o censo de 2010. Enquanto que a renda média maior que 3 salários mínimos está em 2 setores: o primeiro abrange em sua maior parte o Parque Municipal; no segundo está o condomínio de alto padrão Alamedas do Horto, o que possivelmente contribui para o alto índice.

Figura 16: Mapa dos setores censitários do Petrópolis por renda média domiciliar mensal

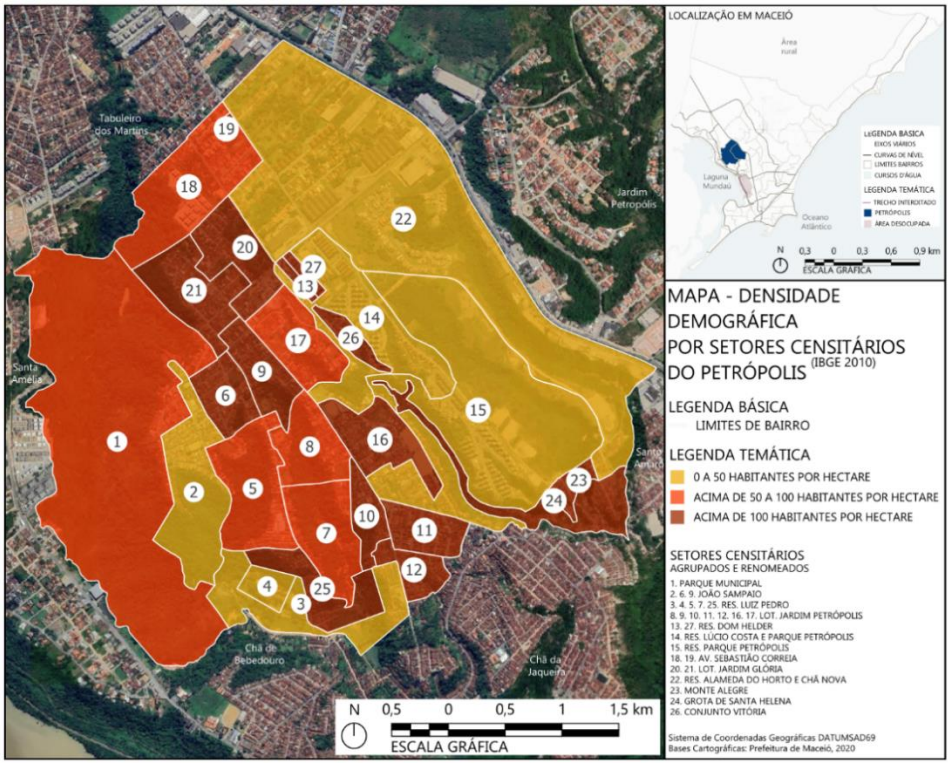


Fonte: Dados por IBGE, 2010. Mapa por Qgis, 2024. Adaptado pelo autor, 2024.

Para entender a distribuição da população pelo bairro a partir da densidade demográfica (ver figura 17) querer rever alguns pontos já abordados. Como visto, a ocupação para habitação no bairro iniciou-se quase que concomitantemente pelos tabuleiros e grotas. São nas áreas de grotas, que se enquadram na definição de favelas e comunidades urbanas do IBGE, em que há o maior adensamento populacional, junto com as bordas do tabuleiro. Já em relação às áreas menos adensadas, observa-se que ocorrem onde há grandes glebas vazias entrecortas por grotas, próximas à Av. Durval de Goes Monteiro, ou em áreas do tabuleiro adensadas, mas que o setor censitário se estende a área vegetadas.

Os setores censitários que apresentaram a maior densidade são o 13 e 27 com, respectivamente, 589,58 e 504,51hab/ha, associa-se a isso o tamanho reduzido dessas áreas e por estar no local de 2 (dois) residenciais com prédios verticais. Ademais, merecem destaque também pela alta densidade os seguintes setores: 9, 20 e 21 com, respectivamente, 129,51, 106,05 e 116,76 hab/ha, nesses concentram-se boa parte da área comercial do bairro, em parte associada ao uso misto (comércio/serviço – residencial). Já a grota de Santa Helena, no setor censitário 24, apresenta uma densidade de 110, 31 hab/ha.

Figura 17: Mapa dos setores censitários do Petrópolis por densidade demográfica



Fonte: Dados por IBGE, 2010. Mapa por Qgis, 2024. Adaptado pelo autor, 2024.

A análise do perfil socioeconômico dos residentes do Petrópolis a partir de tais dados demonstram uma heterogeneidade que se expressa em desigualdades socioeconômicas. Vale ressaltar que é necessário atentar-se ao recorte espacial de cada setor censitário, pois, muitos têem áreas ocupadas com alta densidade, mas que abrangem ainda grandes áreas vegetadas, inclusive com declividades acentuadas e não recomendadas para ocupação, assim contribuindo para uma baixa densidade no setor. Por fim, no decorrer de 14 anos após a produção dos referidos dados, tem-se transformações significativos no bairro, como o lançamento de 4 empreendimentos residenciais e os surgimentos de novas favelas/comunidades urbanas.

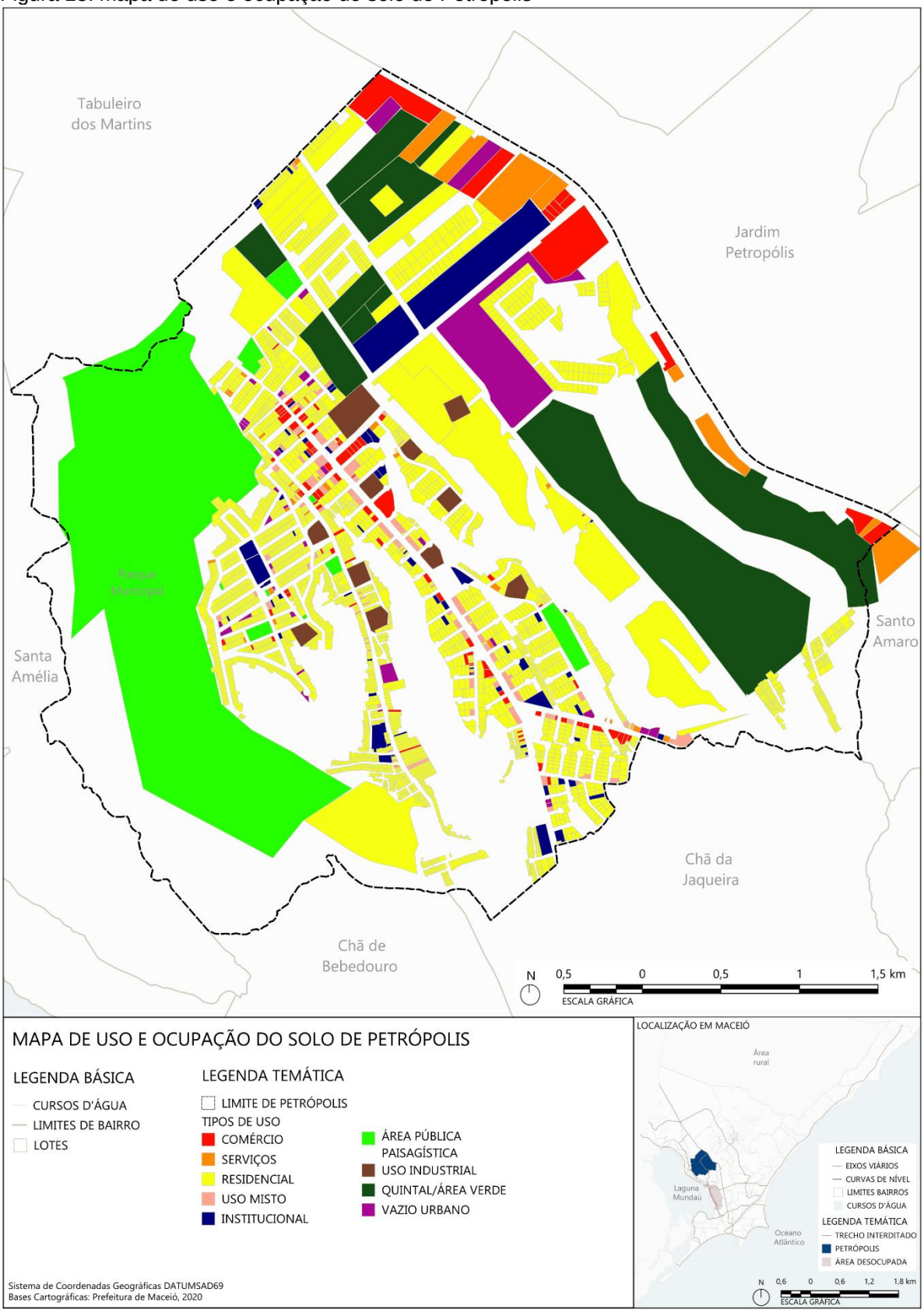
3.3.2 Uso e ocupação do solo urbano

A dinâmica urbana do Petrópolis possui relação direta com a forma com que o sistema viário se estruturou, tanto que no eixo viário que corta o bairro ligando a Av. de Goes Monteiro ao bairro Chã da Jaqueira (Av. Galba Novaes de Castro, Rua Guiomar Omena, Av. Lourival Lôbo Ferreira e Alameda 969) influenciou na vitalidade urbana indicada pelo uso e ocupação do solo (ver figura 18). Sendo assim, a Av. Lorival Lôbo Ferreira e Alameda a 969 possui uma maior variedade de usos do solo nos lotes que as margeiam e, à medida que se adentram nas ruas transversais, o uso predominante passa a ser o residencial. Vale destacar que a maior parte das ruas transversais às Avenidas supracitadas possuem pouca extensão e encerram-se em *cul-de-sac*, principalmente à oeste, conferindo em uma distância curta entre as áreas exclusivamente residenciais e de uso misto. No entanto, registram-se que alguns destes *cul-de-sac foram* desfeitos para conexão viária, assim implicando na perda dessa lógica de proximidade e segurança proporcionada por esse sistema.

No encontro entre os Loteamentos João Sampaio e Jardim Glória tem-se a principal centralidade do bairro, sustentada por uma variada oferta de comércios, serviços e instituições de educação e religiosas. Em outros pontos, como a Av. Denilma Bulhões e porção sul do Loteamento João Sampaio é visto pontualmente outros usos que não seja o residencial, majoritariamente relacionadas a um empreendimento familiar colocado em garagem ou na varanda da residência, mas também com a presença de igrejas e escolas.

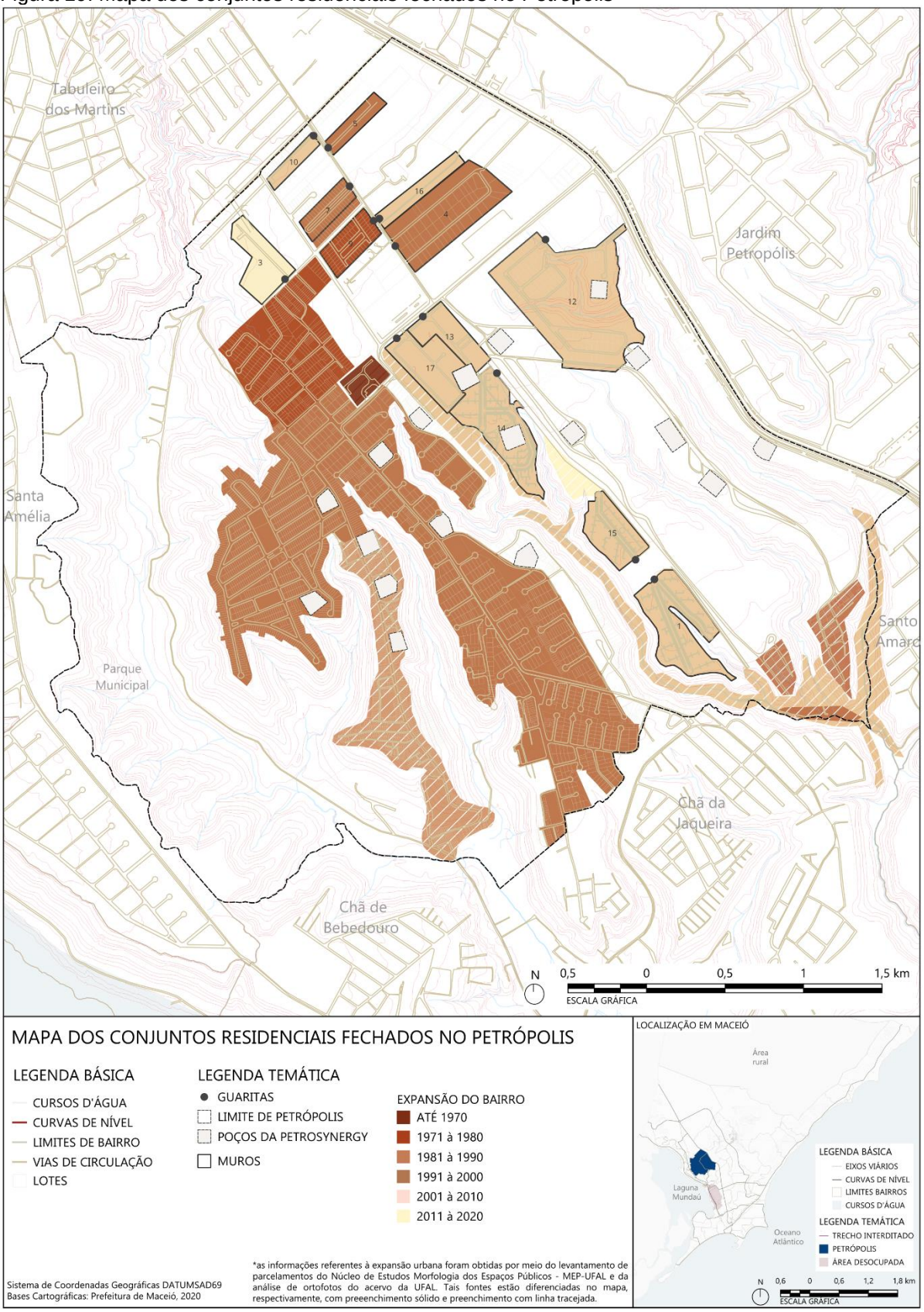
Por outro lado, tem-se uma dinâmica espacial totalmente oposta na porção mais ao norte do bairro, especificamente nas Avenidas Galba Novaes de Castro, Guiomar Omena, Sebastião Corrêia da Rocha e na Via de acesso à Chã Nova. Essas áreas, como já visto na seção sobre os aspectos históricos, foram marcadas pela implantação massiva de conjuntos residenciais fechados desde as primeiras ocupações no bairro. Como resultante dessa escolha, tem-se rupturas na continuidade do tecido urbano, acentuando a segregação física posta pela geomorfologia (ver figura 19).

Figura 18: mapa de uso e ocupação do solo de Petrópolis



Fonte: Mapa por Qgis, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 19: Mapa dos conjuntos residenciais fechados no Petrópolis



Fonte: Mapa por Qgis, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

A figura 20 apresenta o mapa de Figura Fundo do Petrópolis, em que se constata a relação entre os espaços construídos com o não construídos. Primeiramente, é importante destacar que boa parte da área não edificada corresponde às áreas de grotas ainda vegetadas e ao Parque Municipal, o último ocupando quase toda a extensão oeste. Na parte leste do bairro, próxima à Av. Durval de Goés Monteiro há vazios por motivos distintos, desde grotas a grandes glebas subutilizadas. As últimas, predominantemente no acesso do bairro à avenida supracitada, atuando como espaços ociosos que não contribuem para uma conexão ativa atribuída à caminhabilidade para o pedestre e uma dinâmica socioeconômica que conecte o bairro com a cidade. Isto é, são locais passíveis de urbanização.

De maneira geral, pode-se dizer que a urbanização no bairro se consolidou dispersa, devido aos tabuleiros estarem entrecortados pelas grotas. Assim, a partir de três vias ramificaram os tentáculos até os limites impostos pela topografia, o que implica em uma baixa conectividade da malha viária, a qual não é condição única do bairro na cidade. Contraditoriamente, é na porção norte, onde não há a presença de grotas, que a disposição das áreas construídas é interrompida por grandes áreas vazias, visto que além das grandes glebas particulares já mencionadas, os lotes que margeiam Av. Durval de Goés Monteiro são utilizados por indústrias, empresas e comércios de média/grande escala.

Logo, a partir da análise da relação do não construído com o construído no bairro, apreende-se que mesmo com as limitações postas pelo relevo e pelas atividades industriais que tanto moldaram a dinâmica de ocupação do território do Petrópolis, ainda há um grande potencial de urbanização.

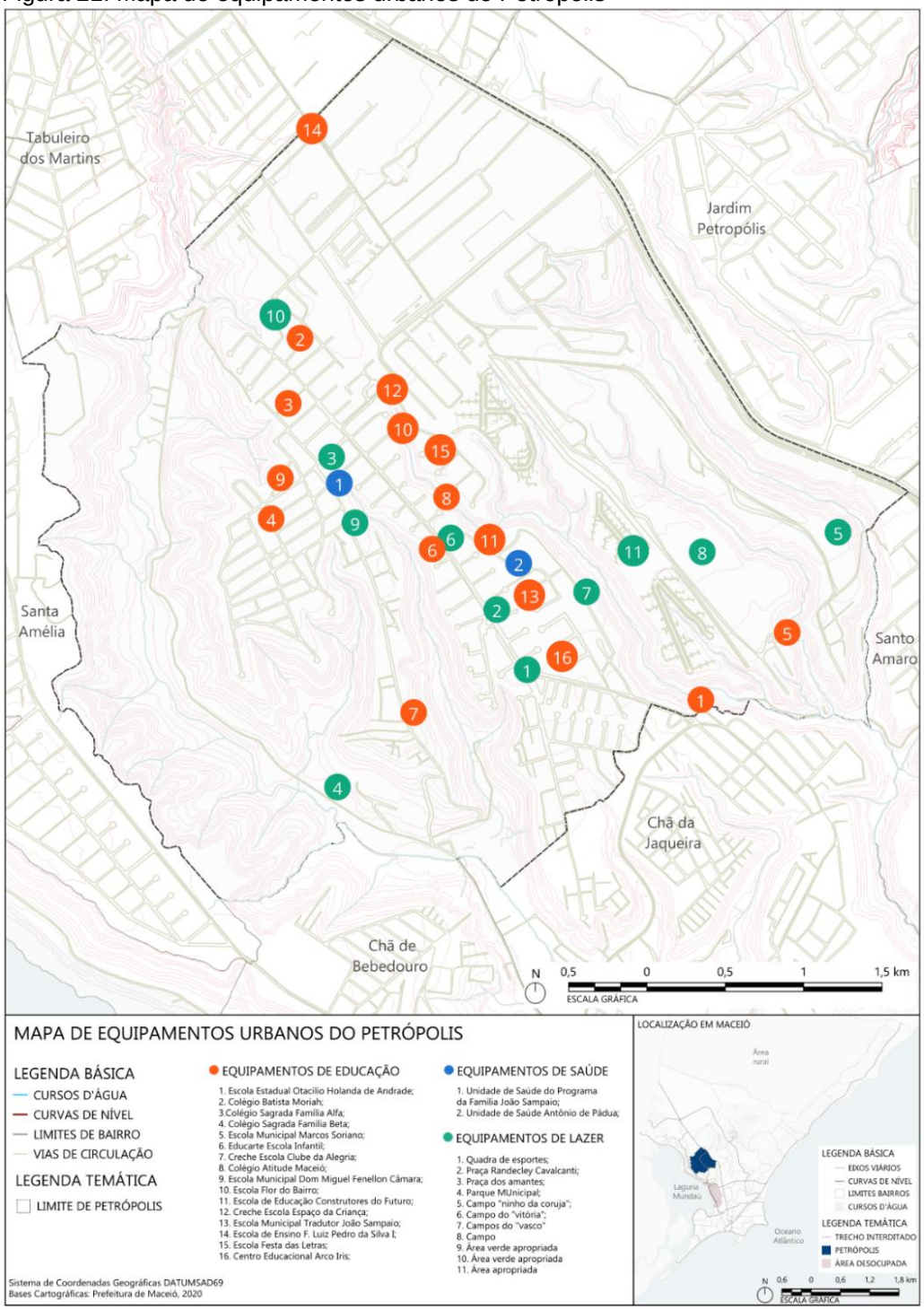
Figura 20: Mapa figura fundo do ambiente construído do Petrópolis.

Fonte: Dados por Prefeitura de Maceió, 2023. Mapa por Qgis, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

3.3.3 Equipamentos urbanos

A discussão sobre a oferta de equipamentos urbanos ocorrerá a partir de 3 categorias: educacional, saúde e espaços livres públicos (ver figura 21). Essas foram mapeadas através de informações levantadas em sites oficiais dos órgãos responsáveis, imagens do google maps e visitas in loco.

Figura 21: Mapa de equipamentos urbanos do Petrópolis



Fonte: Mapa por Qgis, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

Em relação aos equipamentos educacionais, o bairro do Petrópolis dispõe de 3 escolas públicas: Escolas Municipais Tradutor João Sampaio e Dom Miguel Fenellon e Escola Estadual Otacílio Holanda de Andrade; essas ofertam, respectivamente, o ensino fundamental completo e supletivo, ensino fundamental anos iniciais e supletivo e ensino fundamental anos iniciais. Contudo, é notável uma deficiência nessas instituições associadas a investimentos insuficientes em estrutura física e corpo docente que inviabilizam o atendimento da demanda do bairro. De modo que, os residentes do Petrópolis que moram mais ao sul do bairro costumavam frequentar colégios no bairro do Bebedouro, antes que este fosse atingido pela mineração da Braskem.

Com isso, é visto uma alta concentração de instituições de ensino privado, em todos os níveis da educação básica, correspondendo a 81,25% de toda a oferta do bairro (ver figura 21). Dessa maneira, o setor particular acaba suprindo essa deficiência, além de ser a única opção para a educação infantil e ensino médio. Logo, aqueles que não podem arcar com os custos em educação nessas fases de ensino, são forçados a recorrer a outras localidades.

Em relação aos equipamentos de saúde, estão presentes no Petrópolis a USF (Unidade de Saúde do Programa da Família) João Sampaio e a UBS (Unidade Básica de Saúde) Antônio de Pádua. O atendimento em ambas é voltado ao oferecimento de serviços de saúde básicos como a distribuição de medicamentos, vacinação e consultas com algumas especialidades, entre as quais clínica geral, pediatria, ginecologia e odontologia (Brasil, 2024). A primeira conta ainda com a ESF (Estratégia de Saúde da Família) que consiste em um grupo de profissionais acompanhando as famílias atendidas com maior proximidade.

Em relação à UBS Antônio de Pádua, vale destacar que ela foi construída e entregue em 2019 para atender a demanda do bairro, no entanto, com o fechamento do PAM Bebedouro, o prédio acabou comportando tais atividades: “PAM Bebedouro foi transferido e, em agosto de 2019, passou a funcionar na UBS Dr. Antônio de Pádua Cavalcante, em Petrópolis, que passou a abrigar duas unidades de demanda espontânea e uma unidade de referência para o DS IV” (Diagonal, 2021, p. 185). No mesmo diagnóstico, a Diagonal afirma que a Braskem adquiriu mobiliários equipamentos novos para a unidade e a realocação em definitivo está em negociação com a Prefeitura de Maceió. Logo, há quase 5 anos desde a inauguração e absorção

das atividades do PAM, a UBS Antônio de Pádua funciona com uma equipe e demanda maior do que se planejou.

No que diz respeito aos espaços de lazer, observa-se uma heterogeneidade desses espaços, uns mais bem estruturados que outros, ao todo foram identificados 11 destes (ver figura 21). O bairro conta com uma quadra bem estruturada em uma de suas praças, com bons revestimentos, iluminação e equipamentos adequados ao uso desportivo (traves, cestas e alambrados de proteção), é frequentemente utilizada para a prática desportiva e eventos da comunidade, aulas de zumba, eventos da associação dos moradores localizada ao lado e até mesmo eventos religiosos. As demais, são utilizadas de diferentes maneiras, inclusive variando conforme o horário, sendo local de lazer para idosos durante o dia e extensão de bares à noite.

Os campos espalhados pelo bairro, em grandes lotes ou até mesmo em quadras inteiras, são importantes espaços para lazer, democráticos quanto ao comportar um maior número de jogadores em relação às quadras. Porém, além da maioria ser de terra batida, o que dificulta a pratica esportiva, alguns são particulares, exigindo o pagamento de aluguel por partida. O bairro abriga ainda uma das maiores reservas de mata atlântica da cidade, o Parque Municipal, com cerca de 82,4 hectares e 6 trilhas ecologias está localizado dentro do perímetro do Petrópolis, mas é acessado pelo bairro de Bebedouro.

3.3.4 Mobilidade

A leitura que se pretende sobre mobilidade objetiva apreendê-la de maneira ampla, considerando todas as condicionantes possíveis que influenciam no ato de desloca-se no e para fora do bairro. Entende-se que a mobilidade não é apenas uma expressão física em si, haja vista que é influenciada por questões sociais, territoriais e econômicas que moldam o espaço.

> Em parte, a mobilidade está relacionada às determinações individuais: vontades ou motivações, esperanças, limitações, imposições etc. Mas sua lógica apenas se explica através da análise conjunta dessas determinações no que concerne às possibilidades reais e virtuais apresentadas pela sociedade, e também em função do lugar de vida onde esta se concretiza. Ou seja, levando-se em conta a organização do espaço, as condições econômicas, sociais e políticas, os modos de vida, o contexto simbólico, as características de acessibilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico. (Balbim, Krause e Linke, 2016)

O sistema viário de bairro está organizado hierarquicamente com 1 (uma) via arterial, 5 (cinco) vias coletoras e, as demais, vias locais (ver figura 22). A Av. Durval

de Goés Monteiro é a única via arterial que passa pelo bairro, porém, está no limite com outros bairros. Já em relação às vias coletoras, tem-se a Av. Sebastião Corrêia da Rocha, responsável pela ligação com o bairro do Tabuleiro dos Martins, e pelo eixo viário que corta o bairro ligando a Av. de Goes Monteiro ao bairro Chã da Jaqueira (Av. Galba Novaes de Castro, Rua Guiomar Omena, Av. Lourival Lôbo Ferreira e Alameda 969). A respeito das vias locais, identificaram-se algumas sem infraestrutura urbana adequada (drenagem, sistema de esgoto e pavimentação).

Os modais em que a população se desloca no e para fora do bairro são ônibus, carros e motocicletas. Em relação às movimentações dentro do bairro, acrescenta-se os modais pedonal e ciclável. O bairro é atendido pelas linhas de ônibus elencadas na tabela 02, destas apenas 3 têm sua origem em terminais do bairro, são elas 056, 719 e 102. A linha 115 não passa no Petrópolis, mas como seu itinerário na Chã da Jaqueira percorre parte do limite entre os bairros acaba atendendo aos moradores para além dos limites de bairro.

Em relação às demais linha de ônibus, observa-se predominantemente que o destino final da rota está em direção ao sul da cidade, tendo o bairro do Centro e a planície marítima central como os principais destinos. Por exemplo, a linha 710, com origem no Terminal do Paraíso do Horto (Chã da Jaqueira) e menor tempo de esperar entre os itinerários da área, ao chegar no bairro pela Alameda 969 já está com a capacidade de passageiros sentados no limite e, após sair da Boa vista (acesso à esquerda na intersecção entre a Alameda 969 e Av. Lourival Lôbo Ferreira) frequentemente está lotada em horário de pico. Com isso, o embarque de passageiros nos pontos seguintes é dificultado e ainda no Petrópolis o motorista é forçado a “queimar” as paradas em decorrência da alta lotação. Isso reflete o modelo de gestão do transporte público da cidade de Maceió, caracterizado pela lógica de origem e destino, implicando em linhas de ônibus com itinerários longos e que acabam não atendendo a demanda de seu percurso.

Tabela 02: Linhas de ônibus que atendem o bairro do Petrópolis

Linha	Descrição	Conexões c/ a cidade	Tempo médio-espera
0999*	João Sampaio/ Flexal	Flexais de Baixo e de Cima no Bebedouro	50 min.
056**	João Sampaio – Centro via Farol	Ferinha do Tabuleiro; Shopping Farol; Praça Centenário;	40 min.
101***	Chã da Jaqueira Trapiche/ João Sampaio Bom Parto	CEPA; Centro; HGE;	90 min.
102**	João Sampaio Trapiche/ Calmon (Via Barro Duro)	Chã da jaqueira; Gruta de Lourdes; Jacintinho; Centro; HGE;	50 min.
108***	Clima Bom/Trapiche (Via Jaqueira)	Santa Amélia; Feirinha do Tabuleiro; Praça do Centenário; HGE;	40 min.
115***	Chã da Jaqueira – Trapiche (via Centro Prado)	Praça do Centenário; Centro; HGE;	50 min.
709***	Chã da Jaqueira - Ponta Verde (Mutirão)	Feirinha do Tabuleiro; Shopping Farol; Praça Centenário; Maceió Shopping;	60 min.
710***	Chã da Jaqueira – Ponta Verde (via Boa Vista)	Shopping Farol; Praça Centenário; Maceió Shopping;	30 min.
719**	Chã Nova / Ponta Verde	Shopping Farol; Praça Centenário; Maceió Shopping;	60 min.

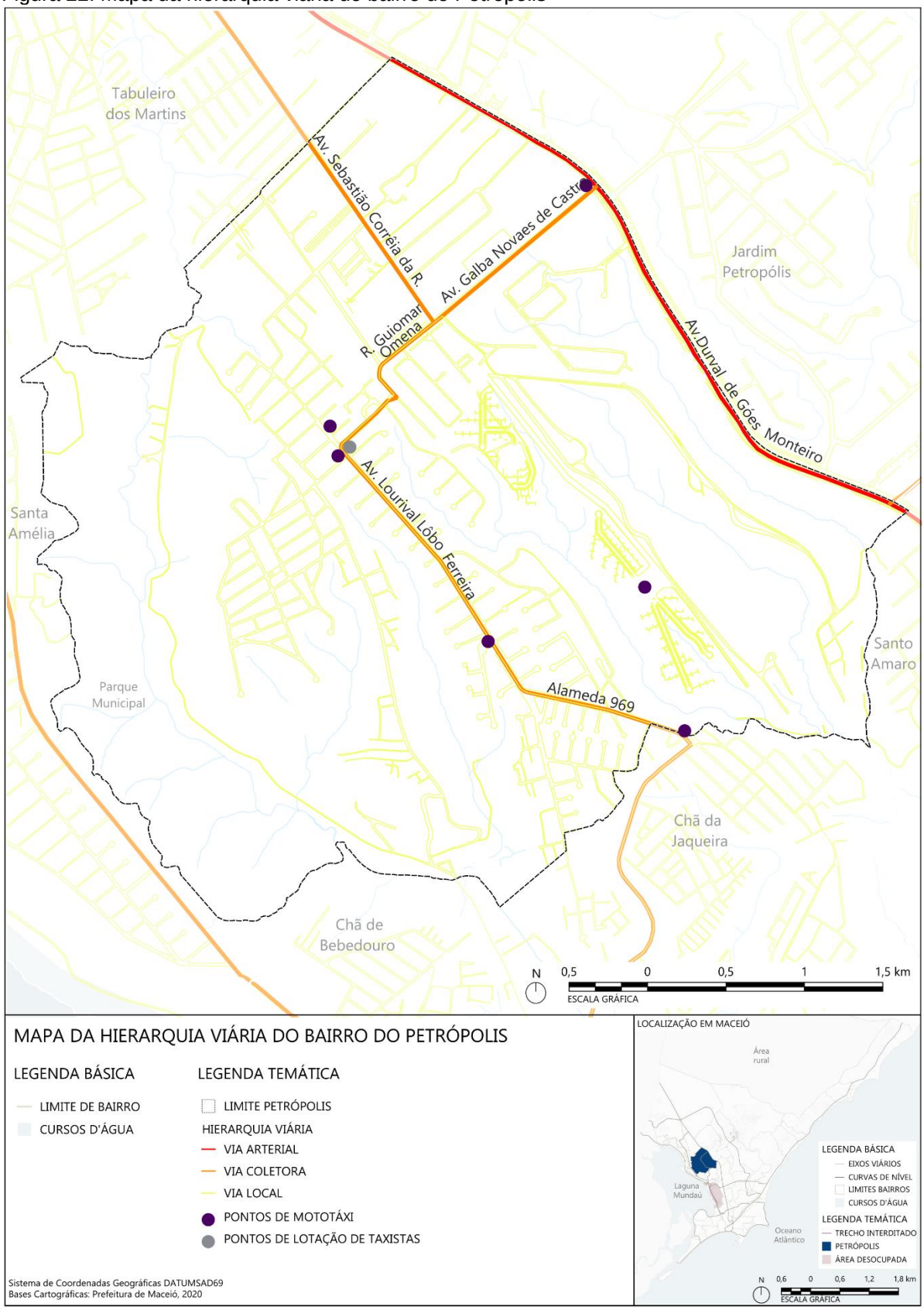
* Linha ofertada como medida de mitigação dos impactos do isolamento socioeconômico das comunidades dos Flexais em decorrência esvaziamento do entorno por conta da mineração de sal-gema;

** Linhas de ônibus com Terminal de origem no bairro do Petrópolis;

*** Linhas de ônibus com Terminal de origem fora no bairro do Petrópolis;

Fonte: Dados por Moovit, 2024 e Citamobi, 2024. Tabela pelo autor, 2024.

Figura 22: Mapa da hierarquia viária do bairro do Petrópolis



Fonte: Mapa por Qgis, 2023. Elaborado pelo autor, 2023.

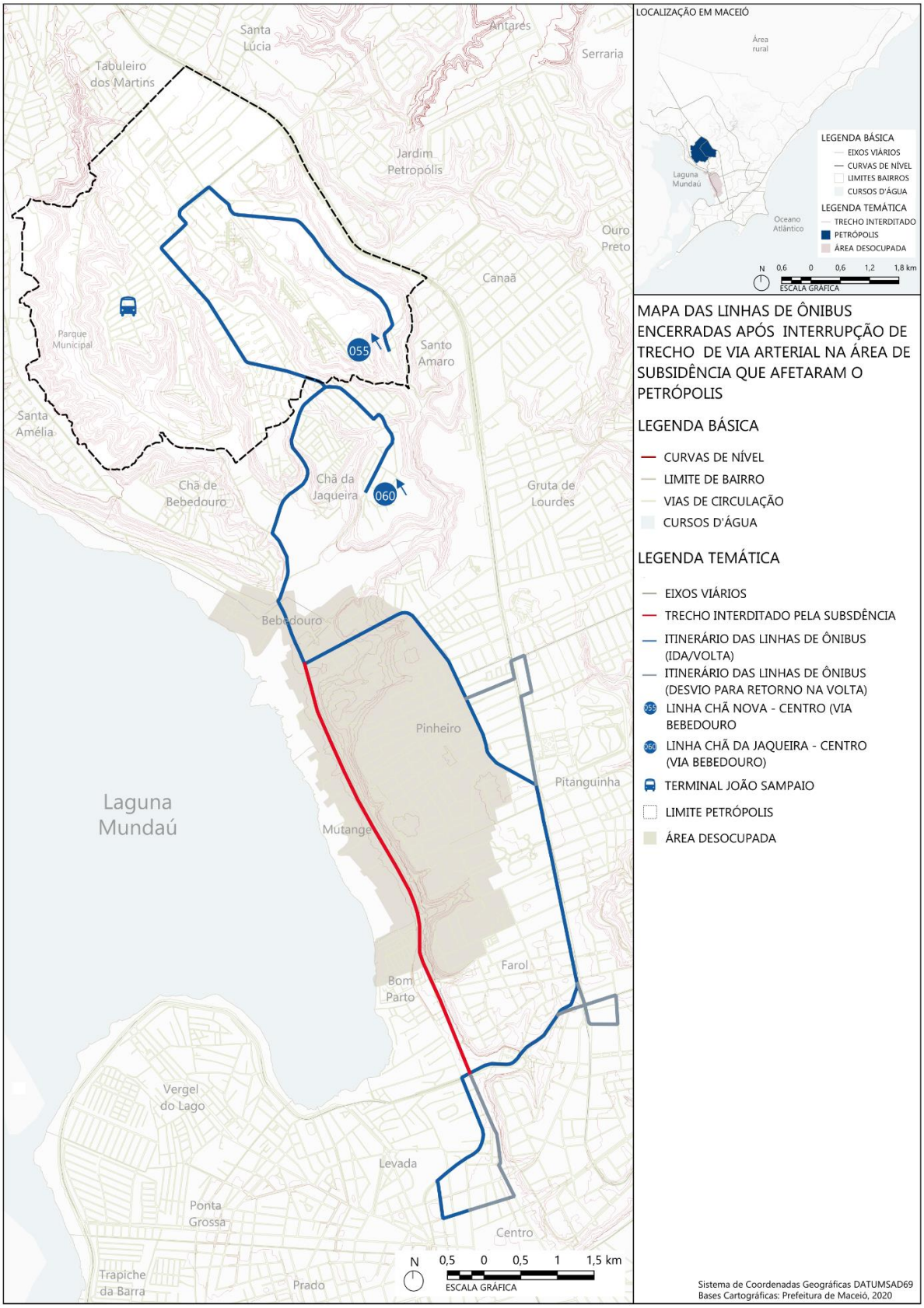
O uso de automóveis e motocicletas é uma alternativa para os deslocamentos que não são supridos pela oferta de transporte público. Há ainda as “lotações” realizadas por taxistas como uma das alternativas para deslocar-se para o centro (Petrópolis – Farol – Centro) e os mototaxistas localizados em pontos estratégicos do bairro (Início da Av. Galba Novaes de Castro, área comercial do João Sampaio, Praça Randecley Cavalcanti e em frente a alguns residenciais fechados), geralmente utilizados para deslocar-se dentro do bairro.

Em relação a calçadas ocorrem diferentes situações conforme a área do bairro e o uso do solo predominante do entorno. Na Av. Galba Novaes de Castro, marcada pelos muros do Detran, tem-se calçadas apenas de um lado, mas sem sombreamento. Nas áreas de comércio, o espaço para caminhar compete com rampas de acesso às lojas e placas informativas. Já na Av. Lourival Lôbo Ferreira, as rampas de acesso a garagens e estabelecimentos como fatores de dificuldade para o caminhar somam-se aos desníveis observados entre cada unidade, visto que há uma diferença de altura em 20 metros distribuídos gradualmente entre os extremos da via.

As condições de mobilidade no Petrópolis descritas devem ser vistas não isoladamente, mas como resultantes e/ou definidoras das condicionantes socioeconômicas da população residentes no bairro. São expressão do modelo de desenvolvimento capitalista pautado no rodoviarismo que anula em boa parte da cidade a escala do pedestre, criando distâncias seletivas para locar habitação, comércio, serviços, lazer e outras atividades entre si. Assim, a necessidade de recorrer a veículos motorizados é posta impondo a boa parte da população de bairros periféricos a dependência desse modelo para a realização das suas atividades cotidianas, principalmente o transporte público coletivo.

Não é diferente no bairro em estudo, que por um lado tem a ligação com o principal eixo viário da cidade no sentido norte/sul limitada em número de conexões e caracterizada pelo distanciamento com a dinâmica do bairro, e por outro possui uma relação mais próxima da escala do pedestre na conexão com o bairro Chã da Jaqueira. A última, expandia-se para a escala da cidade até a interdição de parte da Av. Major Cicero Monteiro pela subsidência do solo, no bairro do Mutange (ver figura 23), resultando na alteração da relação com o bairro Centro. Inclusive, com linhas de ônibus que atendem ao Petrópolis encerradas e/ou com seu itinerário alterado.

Figura 23: Mapa das linhas de ônibus encerradas que afetaram o Petrópolis após a interrupção de trecho de via arterial na área de subsidência.



Fonte: Dados por AL1, 2020 e G1 AL, 2020. Mapa por Qgis 2023. Elaborado pelo autor, 2024.

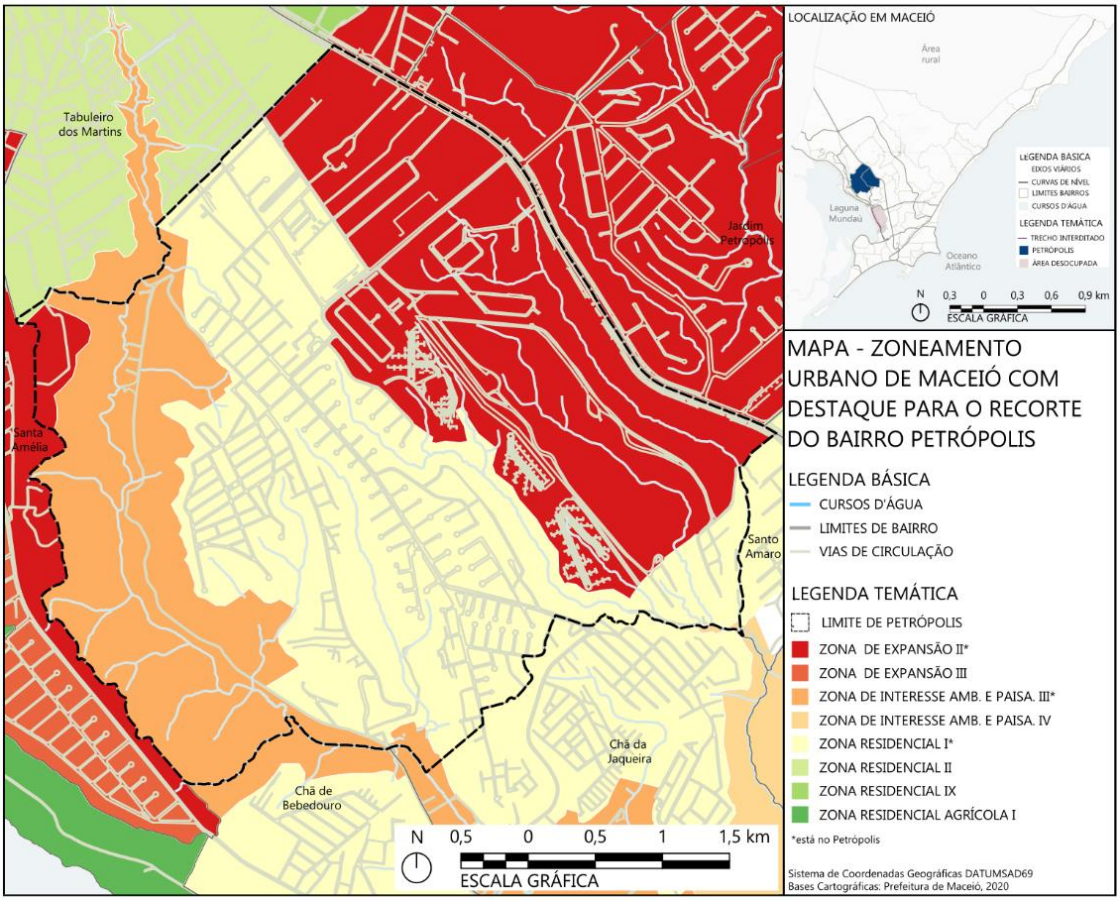
3.3.5 Legislação urbana vigente

Os dados coletados para a caracterização e análise da legislação urbana vigente sobre o bairro fazem parte do Plano Diretor (Maceió, 2005) e do Código de Urbanismo e Edificações (2006). Portanto, dada a defasagem das informações em 18 e 16 anos, respectivamente, a análise dessas leis permitiram enxergar as potencialidades e intenções do poder público para o Petrópolis à época das discussões e elaboração, para assim, compará-las à realidade do bairro atualmente.

A diretrizes traçadas para o bairro a partir do Zoneamento Urbano trataram suas diferentes pré-existências e respectivas potencialidades com 3 zonas definindo o uso do solo na área (ver figura 24): (i). Na parte mais adensada do bairro, com uma ocupação que se consolidou com residências de até 2 pavimentos e um comércio que se desenvolveu ao longo do principal eixo viário local, ficou instituída a Zona Residencial 1 – ZR1, conferindo uma regulação voltada para uma baixa verticalização, o incentivo ao uso misto e a habitação de interesse social; (ii). Nas áreas menos adensadas e próximas a avenida Fernandes Lima, incentivou-se a verticalização alta e o uso comercial/industrial com a Zona de Expansão II – ZE2; Enquanto que na área do Parque Municipal de Maceió e seu entorno imediato entrou em vigência a Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico 3 – ZIAP 3, que atribuiu à legislação ambiental vigente a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo.

A partir de então, observa-se que a ocupação residencial com baixa verticalidade manteve-se com aumento de densidade na ZR1, porém não foi acompanhada da promoção de Habitação de Interesse Social. A última acabou sendo promovida em algumas áreas da ZE2, a qual não se consolidou com uma verticalização alta que previa até 20 pavimentos para a taxa de ocupação de 20%. Na ZIAP 3, cabe destacar que a falta de controle do adensamento nas regiões de tabuleiro limítrofes às encostas é um fator que afeta a preservação do resquício de vegetação nativa da área.

Figura 24: Mapa do zoneamento urbano de Maceió, com destaque para o recorte do bairro Petrópolis.



Fonte: Dados por Prefeitura de Maceió, 2005. Mapa por Qgis, 2024. Adaptado pelo autor, 2024.

Ainda no que tange à promoção de Habitação de Interesse Social no bairro, cabe destacar as ocupações irregulares que surgiram após a implantação de alguns conjuntos residenciais no bairro, já discutidas nesse trabalho, enquanto áreas que podem ser inseridas nas discussões das Zonas Especiais de Interesse Social na próxima revisão do Plano Diretor. Isso é posto dado a necessidade de promover melhorias habitacionais desde a intervenções nas unidades habitacionais, por vezes resultado da autoconstrução, até a implantação de infraestrutura urbana.

UM OLHAR PARA AS PESSOAS

ASPECTOS DA RETERRITORIALIZAÇÃO

A cidade que pulsa em mim
Também me expulsa

O teatro Mágico
Cinza

4. UM OLHAR PARA AS PESSOAS: ASPECTOS DA RETERRITORIALIZAÇÃO

Após uma revisão de literatura a respeito da noção de território e da caraterização do bairro, serão apresentados os resultados das entrevistas com alguns moradores removidos da área de risco de subsidência que se mudaram para o bairro, assim como reflexões em relação aos impactos socioespaciais das mudanças para os atingidos, o aumento populacional no bairro e as tendências de futuro. Para tanto o capítulo está estruturado em 3 (três) seções: a primeira descreve a aplicação das entrevistas desde a elaboração do roteiro até o contato com os entrevistados; a segunda descreve e discute o relato dos moradores; por fim, a terceira discute as tendências para o bairro a partir dos desafios postos.

4.1 A aplicação das entrevistas

Para a realização desta pesquisa, a aplicação das entrevistas foi conduzida com o auxílio de um roteiro estruturado (ver apêndice I), o qual permite ao entrevistador, explorar questões pertinentes ao estudo a partir das especificidades do relato de cada entrevistado. Além disso, todos os entrevistados assinaram o "Termo de consentimento livre e esclarecido"[11] permitindo assim o uso e publicação de suas informações, assim como entendido e concordado com a proposta da pesquisa.

Ainda em relação à realização das entrevistas no modo semiestruturada, Boni e Quaresma (2005, p. 75) discorrem:

> As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal; O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto das entrevistas, caso o informante tenha "fugido" ao tema ou tenha dificuldades com ele. (Boni e Quaresma, 2005, p. 75).

Desse modo, a entrevista foi estruturada em 3 blocos: no Bloco 1, buscou-se traçar um breve perfil das pessoas entrevistadas e de sua família – faixa etária e quantidade de pessoas morando na residência; já no bloco 2 objetivou-se entender a dinâmica do entrevistado no bairro em que morava antes da remoção e a relação com a cidade até então. Enquanto no bloco 3 o objetivo voltou-se a entender os motivos

[11] O estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa e aprovado sob o CAAE nº 73479423.7.0000.5013.

que culminaram na mudança para o Petrópolis e as mudanças do cotidiano e na relação do entrevistado com a cidade.

Em relação à aproximação com os entrevistados é necessário, primeiramente, pontuar as especificidades do caso que fizeram com que diferentes estratégias fossem adotadas para se chegar às pessoas. Dado a dispersão da população removida da área de risco, discutida na seção 2.2, houveram dificuldades de articulação e mobilização social nos locais que receberam as famílias. Logo, a primeira estratégia adotada para alcançar a população diretamente atingida pela mineração foi recorrer a associações de moradores já consolidadas no bairro.

Dessa forma, estabeleceu-se contato com a Associação Unida de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Petrópolis (ASSUDCOBAP) através de seu presidente. Ele cedeu espaço da sede da associação para a realização das entrevistas com as pessoas que se associaram à ASSUDCOBAP após a mudança. A associação realiza trabalhos de assistência social no entorno, promovendo atividades recreativas, culturais e a mobilização para aquisição de recursos junto ao poder público para melhoria da infraestrutura urbana e de equipamentos públicos de lazer. Além disso, oferece aos seus associados consultas com algumas especialidades de saúde, fato que levou à procura pelos novos moradores.

No entanto, dois aspectos que impactam nas entrevistas são: a localização da associação próxima ao limite com o bairro Chã da Jaqueira e a percepção dos moradores sobre o Petrópolis em si. Uma das entrevistadas morou no bairro do Petrópolis próximo à associação por cerca de 2 anos até o início de 2023, quando se mudou para o bairro Chã da Jaqueira. Em sua fala durante a entrevista, percebeu-se que ela não fazia distinção entre os bairros, inclusive a mesma relacionava a área que ficava próxima à associação e sua antiga residência à Chã da Jaqueira. Essa “confusão” demonstra uma falta de clareza do que define o Petrópolis enquanto um bairro para além dos limites postos pelo abairramento de Maceió, levantando questionamentos sobre a identidade e o senso comunitário local.

Concomitantemente, dada a pouca adesão por parte dos contatos através da associação, optou-se por conversar com trabalhadores do comércio, prestadores de serviços e trabalhadores autônomos, porteiros de condomínios em busca de contato com possíveis entrevistados. A abordagem ocorreu ao passo em que o entrevistador realizava suas atividades do cotidiano fazendo compras, atividades físicas e acabava introduzindo o assunto. Foi dessa maneira que conseguimos a maioria dos contatos

com os entrevistados, que só não foram maiores, pois, muitas pessoas alegavam que conheciam pessoas que se mudaram após sair da área de risco, mas não tinham contato, nem mesmo sabiam dos nomes. Isso pode ser um indicativo de pouco acolhimento no bairro, o que pode acarretar em dificuldades para o estabelecimento de laços sociais. Além disso, vale destacar o contato com entrevistados por meio da intermediação de amigos e vizinhos.

4.2 Rupturas narradas

Os relatos a serem discutidos nesta seção, apresentarão a perspectiva pessoal dos entrevistados com base em suas experiências em Petrópolis decorrentes da necessidade de sair de áreas de risco. As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024, com um total de 10 entrevistados, conforme consta na tabela 03[12].

Tabela 03: perfil dos entrevistados

	Faixa etária	Ocupação	Onde trabalha	Pessoas na moradia	Bairro de origem
Entrevistado 01	18 – 30 anos	Enfermeiro	Santa Luzia do Norte[4]	3 pessoas	Pinheiro
Entrevistado 02[1]	41 – 50 anos	Barbeiro	Petrópolis	5 pessoas	Pinheiro
Entrevistada 03[2]	61 – 70 anos	Merendeira	Pitanguinha	1 pessoa	Mutange
Entrevistado 04	51 – 60 anos	Marceneiro	Petrópolis/Jacintinho	6 pessoas	Pinheiro
Entrevistada 05	61 – 70 anos	Professora	São Miguel dos Campos[5]	1 pessoa	Pinheiro
Entrevistado 06	61 – 70 anos	Autônomo	Maceió (prestador de serviços pela cidade)	2 pessoas	Farol
Entrevistado 07[3]	18 – 30 anos	Comerciante	Petrópolis	2 pessoas	Bebedouro
Entrevistada 08	51 – 60 anos	Costureira	Petrópolis	4 pessoas	Pinheiro
Entrevistada 09	31 – 40 anos	Professora	Petrópolis	4 pessoas	Bebedouro
Entrevistada 10	61 – 70 anos	Aposentada	-	2 pessoas	Bebedouro

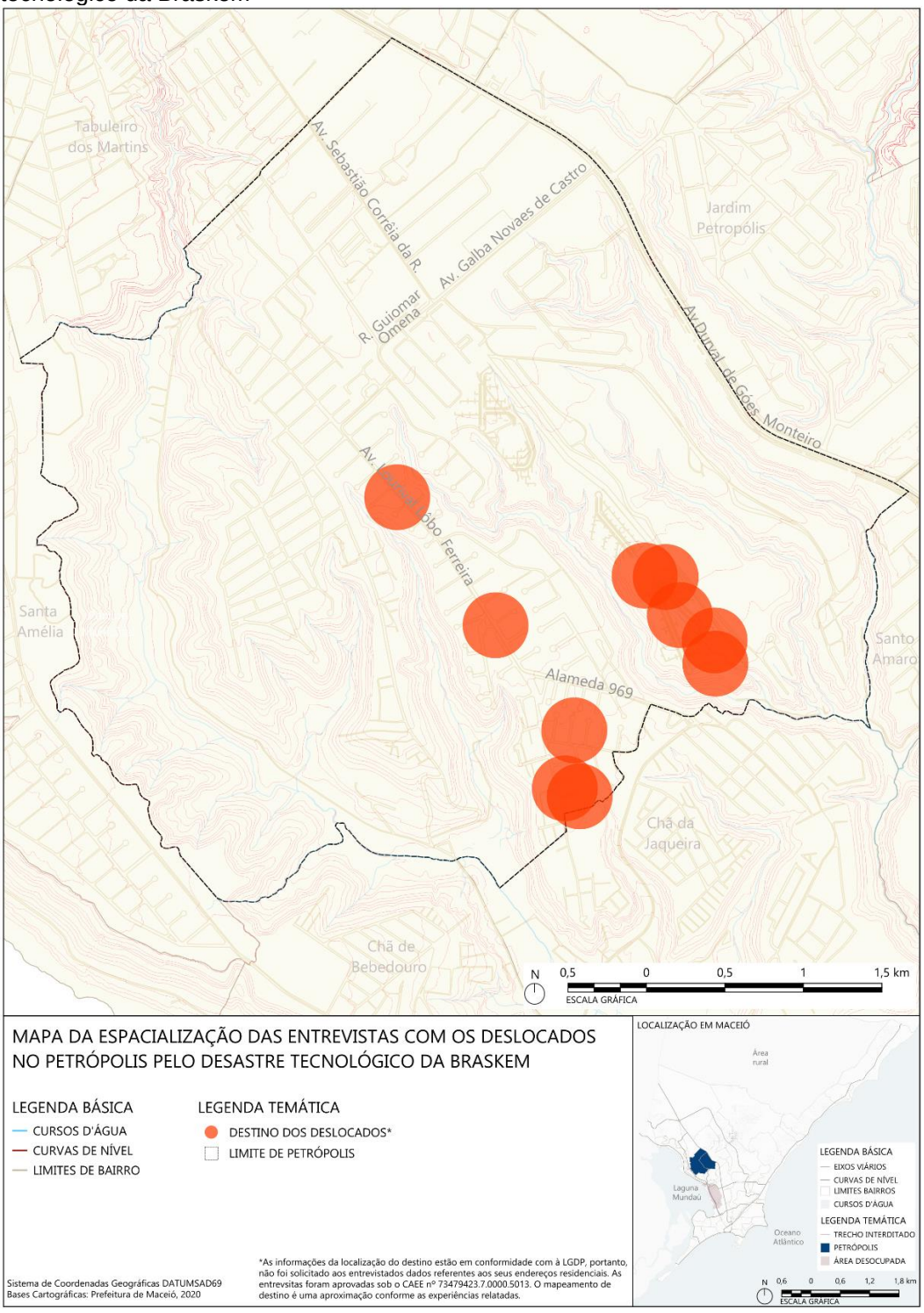
[1]Mora no bairro de origem e trabalha no Petrópolis.
[2]Mudou-se para o bairro Chã da Jaqueira.
[3]Mudou-se para Satuba[4] e trabalha no Petrópolis.
[4]Muncipio da Região Metropolitana de Maceió.

[12] O número total de entrevistados ficou abaixo do que inicialmente foi almejado, 15 entrevistas. Porém, ainda assim constatou-se a relevância dos resultados alcançados com as 10 entrevistas. As entrevistas ocorreram em um curto espaço de tempo, cerca de 3 meses, dado o tempo de aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa e o prazo para a entrega do trabalho, além da dificuldade de contatar o público-alvo da pesquisa no bairro. Destaca-se que as entrevistas foram utilizadas como embasamento para a discussão proposta acerca da reterritorialização dos deslocados no Petrópolis.

[5]Municipio do interior de Alagoas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Figura 25: espacialização das entrevistas com os deslocados no Petrópolis pelo desastre tecnológico da Braskem



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Nos relatos dos moradores em relação à dinâmica anterior às remoções forçadas, evidencia-se uma dinâmica do cotidiano atrelada ao lugar, a maioria cultivada durante anos de convivência com a vizinhança e usufruto dos equipamentos urbanos próximos. Dos 8 entrevistados, apenas 2 não mencionaram em suas falas as relações construídas com o entorno; esses moraram no bairro por cerca de 9 e 5 anos.

A entrevistada 03 morava há 51 anos no Mutange quando foi removida em 2020, destacou a convivência com os vizinhos de longa data como o que mais gostava no local. Alguns cresceram junto com ela, mas após a mudança "*todo mundo se separou*", espalhados por bairros como Chã da Jaqueira, Tabuleiro e Cidade Universitária (Eustáquio Gomes). Ela também destacou, momentos de confraternização da vizinhança em datas comemorativas como em festas juninas e de fim de ano.

Os laços sociais construídos ao longo de décadas foram destacados também pelo entrevistado 04, que viveu no bairro desde seu nascimento até a mudança forçada. "*Gostava de tudo*", disse ele, mencionando a proximidade com os serviços que utilizava e os grupos sociais dos quais participava. A igreja Obra da Restauração, que frequentava, estava localizada no bairro e também foi desocupada, mudando-se provisoriamente para o Petrópolis até adquirir um imóvel no bairro Santa Lúcia, em janeiro de 2024. Além disso, ele participava de "racha" de futebol com amigos de longa data, ora no Campo da Salgema, ora na Vila Saem. Atualmente, espalhados pela cidade, os amigos ainda se encontram, mas como essa atividade está muito atrelada ao conhecimento e apropriação do lugar, não conseguiram restabelecê-la.

No caso do entrevistado 06, foi relatado que o longo período de permanência morando nas proximidades da ladeira da "Gruta do Padre", de 1977 a 2022, contribuiu para a criação de uma identidade com o entorno e construção de laços de amizade. Essa relação, assim como a proximidade com familiares que moravam nas proximidades, foram essenciais para o desenvolvimento de seu trabalho como prestador de serviços de reparos hidráulicos e elétricos, o que resultou na fidelização da clientela ao longo dos anos. Além de toda carga afetiva, a proximidade com o bairro do Centro era valorizada por ele, pois costumava frequentar quase semanalmente o mercado da produção e também comprava o seu material de trabalho lá.

A entrevistada 09, anteriormente moradora de Bebedouro, destacou a proximidade com a avó, mãe, irmãos, primos, tios e até mesmo da família do seu marido, que conheceu no bairro e com quem casou-se na Igreja de Santo Antônio de

Pádua. A maioria dessa rede de socialização nasceu e criou-se ali mas acabou dispersando-se pela cidade com a saída, relacionada a vários fatores, incluindo a procura por continuar a morar na tipologia de residência térrea. A mudança para o Petrópolis ocorreu pela justificativa de já trabalhar no bairro e, entre os familiares, apenas a mãe fez a mesma escolha.

A entrevistada 10, afirmou: "*a minha vida é Bebedouro*"; e relatou anos de convivência com seus pais, filhos e netos, incluindo experiências ricas como a apreciação dos grupos locais de coco de roda e capoeira, além de sua adolescência dedicada à vida religiosa na comunidade da Igreja de Santo Antônio de Pádua. Com a mudança, justificada pela proximidade da filha, além da perda simbólica do local, não conseguiu fixar-se em uma residência térrea com quintal, elemento que valorizava em seu antigo endereço.

Vainer (2010) discute que em situações de migrações forçadas ocasionadas por investimentos de Grandes Projetos de Investimentos (GPI), são aplicadas violações sistemáticas dos direitos humanos evidenciadas no cotidiano dos atingidos com a perda dos laços com os seus territórios. Por mais que haja uma especificidade de desastre em Maceió, tanto a lógica aplicada pelas empresas como a própria natureza dos desastres resultam em perdas irreparáveis. Essas, se mitigadas apenas financeiramente, serão insuficientes para a reconstituição plena da vida da população atingida.

Com isso, cabe discutir as perdas relatadas por aqueles que trabalhavam em seus bairros de origem e, para que possam retomar suas atividades com êxito no Petrópolis, necessitam de ações que vão além de indenizações financeiras. Os entrevistados 02, 04, 06 e 08, além de moradores, também trabalhavam em seus respectivos bairros, com serviços atrelados à fidelização de uma clientela justificada à localização. Em todos os casos, a perda do espaço físico e financeira foram evidenciadas, cada qual com a sua especificidade.

O entrevistado 02, ainda morador do Pinheiro, trabalhava como barbeiro nas proximidades do Hospital Sanatório, mas seu ponto de trabalho não estava na área de desocupação. Com isso, o esvaziamento do entorno afetou o seu faturamento, tornando inviável manter o ponto, ainda mais com pagamento de aluguel. A mudança para o Petrópolis ocorreu após um amigo que havia entrado no fluxo do PCF, indicar que em sua nova moradia, o Residencial Parque Petrópolis III, não havia barbearias próximas.

Com a “oportunidade”, o entrevistado vendeu seu carro e comprou um trailer e o instalou na entrada do condomínio. A mudança resultou em uma perda financeira de cerca de 1/4 em relação ao faturamento anterior à desocupação. Para o morador, isto está atrelado a vários fatores: cerca de 20% de seus clientes eram amigos ou vizinhos. Atualmente há uma dificuldade de fidelização de clientes, pois muitos que se mudaram para o condomínio não permaneceram lá, fato que ele constatou ao observar a constante entrada e saída de caminhões com mudanças. Contudo, o principal fator está na localização, devido à baixa conectividade da malha viária que dá acesso ao condomínio. Segundo ele: *“O bairro lá era entrada e saída de veículos, tinha muita gente. Aqui é final.”*

O morador 04, marceneiro, relata que sua mudança para o Petrópolis, ainda com o auxílio aluguel, se deu a partir de pesquisa de valores compatíveis com a sua realidade financeira. Segundo ele, o valor da compensação não foi suficiente para comprar um imóvel no bairro, tendo também que utilizar toda a indenização paga pelo comércio para isso. Ele acrescenta ainda que, se não fosse pelas duas indenizações, possivelmente teria comprado um imóvel no bairro Santa Lúcia, onde boa parte de seus antigos vizinhos conseguiram comprar com o valor recebido por suas casas.

Com isso, seu serviço foi bastante impactado, pois agora não possui mais um espaço para montar sua oficina, sendo forçado a amontoar seus equipamentos na varanda de casa e realizar apenas serviços pequenos. Para serviços maiores, ele precisa se deslocar para o bairro do Jacintinho, onde guarda suas máquinas na oficina de um primo. Soma-se a isso, a dificuldade de captar uma nova clientela em uma vizinhança desconhecida e com o ponto de trabalho afastado, com pouca visibilidade.

Em situação semelhante, está a entrevistada 08, que não conseguiu montar o seu ateliê de costura junto à sua nova residência devido à redução de espaço em relação à moradia anterior. Ainda que o imóvel que adquiriu possui 2 (duas) unidades habitacionais, uma delas foi alugada para compor a renda da família. Em relação à clientela, a moradora afirma que está tendo dificuldades em conquistar, pois na vizinhança há mais costureiras do que quando morava no Pinheiro, e todas com uma clientela consolidada. Acrescenta ainda que entre as clientes que possuía antes da mudança, dispersas pela cidade, muitas não querem se deslocar para o bairro para continuar utilizando os seus serviços por conta da distância.

Em relação aos fragmentos dos relatos descritos até o momento, é possível compreender que as relações de vizinhança perdidas culminaram em

desdobramentos complexos. Por mais que se tenha a individualidade de cada morador, as dificuldades de reconstituição dos laços sociais são comuns a todos, afetando conforme essas relações estavam inseridas no cotidiano de cada um. Inclusive, são imprescindíveis quando o sustento das famílias está atrelado à oferta de serviços na escala do bairro, porém em situações de remoções forçadas pouco se discutem essas dinâmicas durante e após o processo.

Outrossim, algumas percepções apreendidas em conversas com moradores que indicam que o Petrópolis muitas vezes é visto como um lugar transitório para moradia. Um dos porteiros do Residencial Parque III, afirmou na entrevista que conhecia muitos moradores que se mudaram para lá após sair da área de risco, mas ressaltou que permaneceram por um curto período de tempo. Ao estabelecer uma conexão com o PCF, se deduz que seria o tempo de dependência do auxílio aluguel até o pagamento da compensação financeira, porém apenas por meio de contato com essas pessoas seria possível identificar as condições postas e as decisões tomadas que implicaram na mudança.

A partir disso, é colocado em discussão a atratividade do bairro para a fixação de novos moradores. O fato de moradores que já moram há anos no Petrópolis e trabalham em pequenos comércios e feiras alegarem que conhecem pessoas que se mudaram para lá, compram os seus produtos quase diariamente, mas que não possuem proximidade ao ponto de trocarem contato em redes sociais, já é um indicativo de pouca acolhida dessa população. Além disso, outros fatores, inclusive já explorados na caracterização na seção 3, contribuem para essa transitoriedade do bairro para a habitação.

Um dos aspectos ainda a serem discutidos, é a oferta de espaços livres públicos de lazer, identificados na subseção 3.3.3. Nos relatos, 5 entrevistados não mencionaram a utilização, mesmo que todos tenham sido indagados. Entre os quais, um relatou não utilizar o que é ofertado no bairro, enquanto outro afirmou que perto de sua residência há mais opções de lazer em praças do que quando morava no bairro do Mutange, porém não costuma frequentar.

O relato das entrevistadas 05 e 08 traz percepções que apontam para a carência e precariedade desses espaços. A entrevistada 05 relata que costuma realizar suas atividades físicas dentro do condomínio que reside, pois este local dispõe de espaço e equipamentos suficientes para realizar caminhada e exercícios aeróbicos. Por outro lado, enquanto os condomínios oferecem calçadas com boa

caminhabilidade e trazem uma sensação de segurança para a utilização de seus espaços de uso no seu entorno, as condições são opostas.

Figura 26: Contraste entre os espaços livres dos condomínios fechados e de seu entorno.

Fonte: acervo autoral, 2024.

No caso da entrevistada 08, que mora em uma área do Petrópolis ocupada por meio dos loteamentos, a moradora relata que não continuou a realizar a sua caminhada no bairro, atribuindo a isso as calçadas do entorno que são marcadas por grandes desníveis entre os lotes. Além disso, fala que sente falta de correr no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada – CEPA, pois, ficava próximo a sua antiga residência e assim aproveitava as calçadas largas e arborizadas para realizar suas atividades. Demonstra ainda uma afetividade com o local, pois destaca que lá foi onde a filha aprendeu a conduzir motocicleta.

Figura 27: Condições das calçadas no Petrópolis

Fonte: Acervo autoral, 2023.

Em relação à mobilidade, buscou-se apreender a relação das práticas cotidianas com o trabalho, lazer e compras nos deslocamentos tanto para fora quanto no próprio bairro. Legroux (2021), em seus estudos sobre mobilidade e as práticas cotidianas de mobilidade, discorre que “[...]a mobilidade cotidiana é uma condição essencial do acesso à cidade e às suas amenidades e, portanto, do grau de integração/fragmentação de pessoas na sociedade e no espaço.”

Quando questionados sobre a forma como se deslocavam para fora do bairro, os relatos adquiriram singularidades que podem ser atribuídas às condições econômicas e de localização no próprio bairro. O entrevistado 01, morador do Residencial Parque Petrópolis III, destacou a dificuldade com a dependência de ônibus logo após a sua mudança para o bairro, atribuída ao tempo de espera e às linhas ofertadas. Essa visão muda quando ele passa a utilizar o transporte próprio para os deslocamentos, sobretudo para o trabalho na RM de Maceió.

A entrevistada 05, moradora do mesmo condomínio do entrevistado anterior, além de apresentar sua experiência pessoal, faz uma observação pertinente em relação às condições de mobilidade no bairro. Para ela, *“a questão do bairro, dependendo do local, é que você vai depender de carro”,* acrescentando que existem “dois Petrópolis”, sendo eles: o do Loteamento Jardim Petrópolis e o dos condomínios. O primeiro, é um bairro bem assistido por serviços, como escolas e mercados, que são próximos e possíveis de serem acessados a pé. Já o segundo, é necessário ter transporte para praticamente tudo. Por isso, a professora afirmou que não estaria no endereço atual caso não possuísse um carro.

No mais, excetuando-se os entrevistados que não se mudaram para o bairro (ver tabela 03), os demais entrevistados moram próximos à Av. Lourival Lobo Ferreira, importante eixo viário, por onde passam quase todas as linhas de ônibus que atendem ao bairro, táxis com lotação e possuem uso do solo misto com diversos comércios, serviços e equipamentos institucionais. Os resultados apresentam perspectivas pessoais e mostram uma faceta dessa área do bairro relacionada à sua forma de ocupação que constitui uma área com vitalidade e integração.

Esses entrevistados revelaram não ter dificuldades para acessar serviços como mercados, quitandas e afins devido à proximidade com as suas residências. Quando não atendidos pela oferta próxima, recorrem a estabelecimentos maiores localizados no próprio bairro, como os supermercados São Domingos e Azulão e a rede de

atacado Atacadão. Para tanto, a dependência de ônibus ou transporte por aplicativo foi citada por alguns, uma vez que a necessidade varia conforme a distância.

Em relação aos deslocamentos para fora do bairro, aqueles que não os realizam por transporte próprio costumam utilizar o sistema de ônibus, lotação ou carros por aplicativo. O entrevistado 04 destaca ainda que é mais fácil conseguir ônibus ou lotação do que no seu antigo endereço no Pinheiro, pois os pontos de acesso estão próximos à sua residência. Já a entrevistada 08 relata que não costuma utilizar os ônibus ofertados no bairro por considerar que seus itinerários implicam em um maior tempo de deslocamento para as atividades que realiza fora do bairro; por isso, prefere utilizar os serviços de motocicletas por aplicativos.

Em relação ao acesso aos serviços de saúde de atenção básica, mais uma vez a localização dentro do bairro implica em experiências/visões opostas entre os entrevistados. Apenas a entrevistada 05 relatou não utilizar esses serviços no bairro, já o entrevistado 01 destacou a distância para a unidade que fica no loteamento João Sampaio. Os demais, ainda que não acessem os serviços, destacam a proximidade da Unidade de Saúde Antônio de Pádua no Loteamento Jardim Petrópolis II e a possibilidade de acessá-la a pé.

Ademais, é importante destacar uma observação da entrevistada 08, que relatou sentir falta do acompanhamento/visitas da Equipe de Saúde Familiar em sua vizinhança, já que era comum em seu antigo endereço no bairro do Farol. De fato, a unidade que ela frequenta, UBS Antônio de Pádua, não dispõe da referida equipe, que ocorre no bairro apenas na UBS João Sampaio. Esse fato levanta questionamentos sobre uma possível deficiência da abrangência da cobertura da atenção básica no Petrópolis, que até 2019 só contava com a última unidade citada.

Outrossim, também cabe discutir o processo de mudança dessas pessoas, ainda que cada uma apresente perspectivas pessoais envolvendo questões exógenas às condições oferecidas pelo bairro. As experiências e percepções de cada uma durante a procura por um imóvel apontam alguns aspectos das condições da oferta de habitação no bairro. Além disso, o relato delas também traz experiências dos antigos vizinhos, entre os quais é possível correlacionar com o bairro, mesmo que a mudança tenha sido para outros locais.

A entrevistada 03, antes moradora do Mutange, relata que recusou a oferta da Braskem por um imóvel nos Conjuntos Residenciais Carajás e Caetés, localizados no bairro Benedito Bentes, após visitá-los e constatar à distância não só para o trabalho

como para toda a cidade. Quando recebeu a compensação, em meados de 2020, já havia morado por cerca de 6 meses na residência de uma das irmãs no bairro Chã da Jaqueira, com as quais dividiu o valor recebido pela Braskem por se tratar de um imóvel de herança, até mudar-se para um imóvel alugado no Petrópolis, por volta de junho de 2020.

Nesse endereço, permaneceu por cerca de 2 anos até o proprietário do imóvel aumentar o aluguel. Na procura por um imóvel compatível com a sua renda mensal, a merendeira acabou voltando para o bairro Chã da Jaqueira. Mesmo assim, continua a manter o vínculo com a associação, destacando o acesso aos serviços de saúde, mas agora depende de ônibus para o acesso.

A partir de então, por mais que seja um relato com fatos e consequências estritamente específicos, deve-se atribuir importância ao aumento do aluguel como um indicativo de uma movimentação de agentes que veem uma oportunidade de aumentar a renda diante dessa procura, o que implica em uma dificuldade de acesso à habitação não apenas para quem chega, mas também para quem já morava no bairro e depende de aluguel. Nesses locais, semelhantes ao referido relato, ainda há carência de infraestrutura urbana, como iluminação pública e ausência de calçamento das ruas, por exemplo. Isto é, possivelmente o acesso/permanência nesses locais estão sendo inviabilizados para pessoas que já recorriam por falta de opções compatíveis com sua renda.

A entrevistada 07 mudou-se de Bebedouro para a cidade de Satuba, onde a família já havia adquirido um imóvel há anos. Mesmo assim, acabou montando um comércio no bairro de Petrópolis, devido à proximidade com conhecidos e familiares. Ao ser questionada se mudaria para o bairro já que agora depende para o trabalho, relata que prefere o endereço atual devido à tipologia de sua residência: uma casa térrea em residencial fechado, a qual o Petrópolis não oferece opções compatíveis com a sua renda. Contudo, o que chama atenção no relato ao lembrar das experiências de seus antigos vizinhos durante o processo de mudança, é destacar que, na tentativa de mudar-se para locais próximos, quando procuraram imóveis no Petrópolis, tiveram dificuldade de encontrar disponibilidade para a venda, dentro de limitações e preferências pessoais de cada um.

Como resultado, ainda foi vista uma perspectiva de valorização imobiliária a partir do relato da entrevistada 05, ao afirmar que um dos motivos para comprar o imóvel no Parque Petrópolis III foi a expectativa do lançamento de empreendimentos

nas áreas não edificadas próximas ao condomínio. De fato, em conversas com alguns moradores, alguns citam essas expectativas, almejando com isso a melhoria da qualidade de vida local, ou valorização de seus imóveis para posterior lucro com a venda. Logo, é importante colocar em questão que o bairro possui uma quantidade significativa de áreas passíveis de urbanização que merecem atenção em vários aspectos caso as construções se consolidem, tais como os usos propostos e as tipologias a serem adotadas, ainda mais se tratando-se de uso habitacional.

No quadro 1, com a síntese dos relatos apreendidos a partir das entrevistas com os deslocados em virtude da subsidência do solo que se mudaram para o Petrópolis, buscou-se fazer uma correlação entre impactos e demandas em 4 (quatro) aspectos socioespaciais da reterritorialização no Petrópolis apreendidos a partir das entrevistas.

As experiências descritas demonstram a importância da territorialidade para os afetados por desastres e forçados a deslocar-se, uma vez que estas modificam as suas relações socioespaciais, impondo novas realidades e experiências, nesse caso, no âmbito urbano. São mudanças do cotidiano que, quando confrontadas com uma análise crítica das condições oferecidas pelo bairro, apontam para a necessidade de repensar a capacidade de planejar e gerir a cidade, não apenas para as mitigações dos impactos da subsidência do solo, como também por meio dos instrumentos legais de regulação. Para assim, vislumbrar a construção de proposições para o enfrentamento de novos e velhos desafios

Quadro 01: Demandas frente à dos deslocados pelo desastre da Braskem no bairro do Petrópolis

Demandas frente à reterritorialização dos deslocados pelo desastre da Braskem no bairro do Petrópolis		
Aspectos	Impactos	Demandas
Laços de vizinhança	**Positivos** - Facilidade em acessar os espaços públicos de uso coletivos para quem mudou-se sob influência da proximidade com amigos e parentes. **Negativos** - Perdas das relações sociais construídas há décadas; - Perda de manifestações religiosas e culturais para quem mudou-se de bairros tradicionais; - Pouca aceitação e acolhida no bairro, refletindo a ausência de preocupação coletiva da população maceioense em reconhecer os que o impactos da subsidência estando está para toda a cidade;	- Identificar potencialidades e fraquezas já existentes no que tange a promoção da vida comunitária no bairro; - Repensar quais espaços no bairro propiciam interações para a criação de memórias, o convívio e o sentimento de identidade (centros comunitários, praças, espaços religiosos); - Fortalecer e/ou promover instituições públicas que fomentem a assistência social no bairro;
Trabalho	- Diminuição do faturamento: relacionado às características locais, mudança de locais com intensa dinâmica de deslocamentos e comércios para instalar-se em localidades com fluxos menos intensos no Petrópolis; - Perda da relação direta entre as atividades e a necessidade de estabelecer vínculos e confiabilidade com a população do entorno;	- Discutir e promover interação comunitária a fim de estreitar a interação e divulgação dos serviços oferecidos; - Promover assistência a trabalhadores autônomos dentro do escopo das ações de mitigação dos impactos da subsidência, com foco em fortalecer a atuação e divulgação dentro do próprio bairro;
Mobilidade	- Dificuldade de deslocamento dentro do bairro por meio do transporte público (ônibus), sobretudo para aqueles que mudaram-se para os condomínios residenciais e precisam acessar comércio e serviços; - Dificuldade em conectar com a cidade: lacunas na oferta de transporte público relacionadas as possibilidades de destino dos itinerários, tempo de espera e superlotação;	- Ampliar a frota de ônibus e cobertura de localidades e adotar estratégias para qualificar para a diversificação de modais (pedonal e ciclável) na escala do bairro; - Discutir a revisão de instrumentos de regulação e planejamento da cidade, como a revisão do Plano Diretor Municipal e a elaboração do Plano de mobilidade de Maceió, para as relações de conexão do bairro com a cidade.
Habitação	- Disparada de preços de aluguéis e venda em todo o bairro, seguindo uma tendência da cidade; - Aumento de valores na negociação se constatado que a mudança do comprado estava associada à Braskem. - Pouca oferta da tipologia residencial horizontal, visto que é recorrentemente procurada por quem mudou-se e anteriormente morava nessa tipologia;	- Discutir a possibilidade de regulação do mercado imobiliário com foco na garantia de acesso ao direito à cidade em seu sentido estrito na escala da cidade; - Discutir a destinação das grandes áreas passíveis de urbanização no bairro diante da possibilidade de exploração do mercado imobiliário mais adiante, pensando as possibilidades de uso do solo por meio de instrumentos e regulação e planejamento da cidade: necessita-se retomar as as discussões para elaboração e lançamento do Plano Municipal de habitação; e novamente a revisão do Plano Diretor Municipal de Maceió;

Fonte: Entrevistas realizadas sob o CAEE nº 73479423.7.0000.5013, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

4.3 Entre direcionamentos e possibilidades

O debate acerca das disputas territoriais demonstra que enquanto as pessoas em fixar-se novamente na cidade, concomitantemente esta continua a ser produzida para o interesse da obtenção de lucro nas mãos de poucos, em detrimento das reais necessidades de habitação e oferta de serviços públicos distribuídos e acessíveis equitativamente. Já a caracterização do Petrópolis é importante não apenas para compreender o local onde o trabalho busca analisar os aspectos dessa reterritorialização, mas também apresenta subsídios para situar a relação dessas experiências com as características do bairro.

Com isso, ao compreender os impactos da estruturação do Petrópolis na reterritorialização da população advinda da área de risco, busca-se, em seguida, situar os resultados obtidos e a reflexões a partir de então no debate da reestruturação urbana da cidade e as ações de mobilidade justificadas pelos desdobramentos da subsidência. Entre as ações de mobilidade destacam-se duas: a primeira, conduzida pela empresa Diagonal Social, contratada pela Braskem para realizar o Diagnóstico Técnico-Participativo e posterior Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS). Já a segunda, pela TPF engenharia. Considerar essas ações para a discussão da mitigação dos impactos da subsidência, mesmo com lacunas, é relevante, pois, além de acordadas judicialmente entre o poder público e a petroquímica, são um dos poucos documentos publicizados.

No que diz respeito à mobilidade, há uma série de questões que demonstram a falta de transparência e respeito ao meio ambiente e a toda população da cidade. Com as reverberações da subsidência em curso, surgiram inúmeras obras de caráter emergencial, sendo a mobilidade a área que mais recebeu recursos financeiros destinados ao Estado pela Braskem. Essas ações iniciaram-se antes mesmo da possibilidade de associá-las as mitigações necessárias aos impactos do desastre, devido à falta de transparência da divulgação dos estudos. Para se ter uma ideia, há um detalhamento do andamento as obras em uma apresentação de

julho de 2022, intitulada de “Case Maceió- mobilidade urbana”[13], que só foi acessível cerca de um ano depois.

> No tocante aos Projetos de Mobilidade Urbana, foi definido um conjunto total de 11 (onze) ações que contemplam a implantação de 20 km de vias duplas nos principais corredores viários (Avenida Menino Marcelo, Avenida Durval de Góes / Avenida Fernandes Lima / Rua Professor José da Silveira Camerino), construção de nova ligação de 2,37 km entre os principais corredores viários, 12 km de restauração de vias existentes e um sistema de semaforização e videomonitoramento (Braskem, 2023).

Ademais, vale ressaltar que a mobilidade tratada nessas ações se restringe a recuperação e ampliação de eixos viários, ficando de fora a discussão da oferta de transporte público e a diversificação de modais. Embora, é possível que em relação à diversificação de modais tenha-se estudos em andamento, mas não foram divulgados.

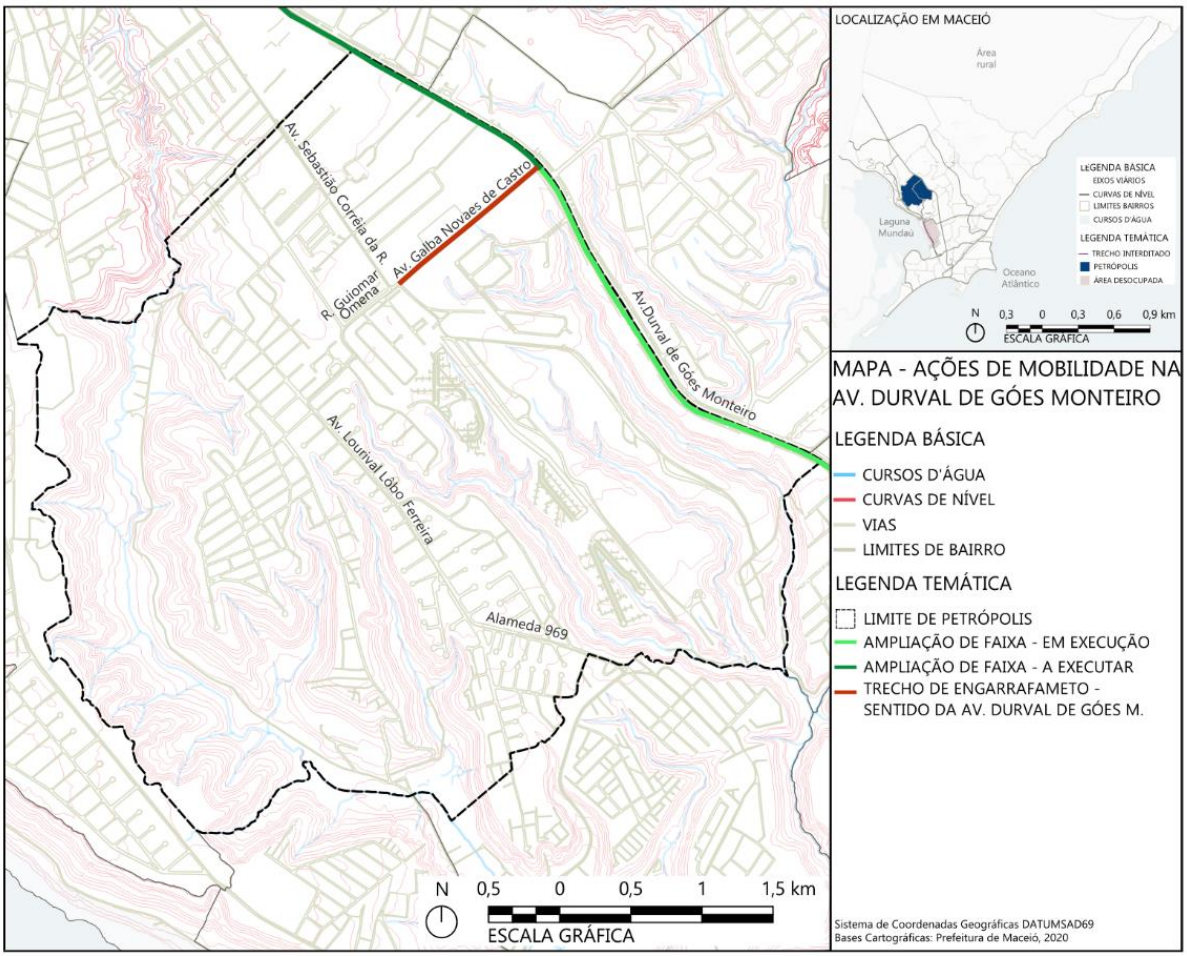
No Petrópolis, a ação que mais afeta diretamente o acesso pela Av. Durval de Goes Monteiro é a ampliação de uma faixa em cada sentido do trecho que compreende desde o IBAMA até o viaduto Governador Guilherme Palmeira (antiga PRF). O trecho próximo dos acessos ao bairro foi impactado com a intensificação da lentidão do trânsito, decorrente dos impactos das obras. Não bastasse isso, a saída para a Av. Durval de Goes Monteiro pela Av. Galba Novaes de Castro tem enfrentado engarrafamentos no trânsito, em horários de pico atrelados ao fato do fechamento do trecho da Av. Major Cícero Monteiro na área de risco no Mutange, o que resultou no aumento da procura por usuários de bairros como Clima Bom, Santa Amélia, Fernão Velho e adjacentes que buscam desviar no trecho interditado (ver figura 28). Esse fato foi observado a partir da reabertura gradativa das atividades e serviços no cenário da pandemia, uma vez que a referida interdição ocorreu em março de 2020 no auge do isolamento social, consequentemente como menor exigências das vias de circulação por parte dos deslocamentos.

Ainda sobre a ampliação da Av. Durval de Goes Monteiro, há uma “esperança de desafogamento” do trânsito após o término das obras que hoje afeta, não apenas o Petrópolis, mas toda a parte alta da cidade que depende dessa via para acessar os bairros do Farol, Centro e a parte baixa da cidade. Contudo, é necessário levar em consideração que possivelmente a dificuldade será transferida para outras partes do

[13] Trata de um documento que apresenta o andamento das referidas obras de mobilidade que possui o nome das empresas Braskem e TPF Engenharia. A última, foi contratada pela petroquímica conforme acordado na Cláusula 62 do Acordo Socioambiental (2020).

eixo viário, colocando em *“xeque*” a mitigação dos impactos da mobilidade essencialmente com viés rodoviarista.

Figura 28: Ações de mobilidade na Av. Durval de Góes Monteiro como medida mitigadora dos impactos da subsidência do solo em Maceió-AL.



Fonte: Mapa por Qgis, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

Ainda sobre a mobilidade, o diagnóstico da Diagonal (2021; 2022a; 2022b) traz a ideia em discussão associada às centralidades urbanas, estas mapeadas conforme a análise territorial da própria empresa. O Petrópolis aparece com uma centralidade identificada em quase toda a extensão do Loteamento João Sampaio (ver anexo B). O estudo considera que houve nessas localidades o agravamento de problemas pré-existentes, tais como “a falta de acessibilidade universal nos espaços públicos, a tímida presença de redes ou rotas para o transporte ativo, o subdimensionamento das calçadas nas vias, entre outros” Diagonal (2022a, p. 64). Diante disso, para as áreas

com maiores impactos perante as mudanças é proposto “linhas de ações[14]” que trabalham a qualificação da malha viária priorizando a caminhabilidade dos pedestres, além da qualificação das ligações desses centros com equipamentos urbanos, praças e terminais de ônibus.

Outro aspecto que merece destaque, está nos números e constatações apresentados sobre a educação básica. Antes disso, é importante pontuar que a empresa utiliza de uma extensa e detalhada análise dos números educacionais entre 2015 e 2020 para demonstrar que o sistema educacional da cidade já passava por uma superlotação antes da realocação das escolas. De fato, a superlotação de turmas é um problema crônico na cidade, mas não se pode afastar-se da dimensão de alunos e profissionais envolvidos com o ensino afetados, dessa maneira, é possível compreender que os impactos além de pedagógicos, envolvem também questões de mobilidade para o acesso ao ensino.

Em 2015, pelo menos 7 bairros já apresentavam média de alunos por turma maior do que a cidade. Enquanto os bairros de Petrópolis e Tabuleiro do Martins indicaram um maior incremento nessa média, entre 2015 e 2020 (Diagonal, 2021). Além do mais, as escolas fechadas ou em monitoramento afetam também os alunos que se deslocavam de outros bairros para acessá-las. No Petrópolis, além do CEPA que é referência para praticamente toda a cidade, muitos alunos recorriam ao Colégio Bom Conselho no Bebedouro, inclusive sendo a opção pública mais próxima para o ensino médio. A seguir, será apresentado na tabela 04, dados de 2021 da SEDUC que indicam onde está 70% da demanda dos alunos de escolas realocadas e em monitoramento.

Tabela 04: Demanda dos alunos afetados pelo fechamento/monitoramento de escolas de ensino básico

Locais de demanda	Número de alunos
Bom Parto	667 alunos
Rio Largo*	642 alunos
Marechal Deodoro*	560 alunos
Bebedouro	470 alunos
Cidade Universitária	414 alunos
Benedito Bentes	390 alunos

[14] Termo adotado pela Diagonal em referências às ações de mitigação dos impactos diagnosticados/mapeados por área de temática.

Chã da Jaqueira	390 alunos
Tabuleiro dos Martins	277 alunos
Pinheiro	256 alunos
Farol	228 alunos
Petrópolis	198 alunos

*Municípios da Região Metropolitana de Maceió.

Fonte: Seduc, 2021 apud Diagonal, 2021. Elaborado pelo autor, 2024.

A partir de então, pensar nas possibilidades de mitigação na escala do bairro, principalmente com os números indicando um maior impacto em outros e na Região Metropolitana, seria não só inviável do ponto de vista financeiro, como também diminuiria a abrangência para territórios com menor impacto em uma régua comparativa. Para tanto, a possibilidade de articular entre as necessidades de ampliação e/ou instalação de novas unidades por Regiões Administrativas ou até mesmo pelas centralidades poderia ser posta em discussão. Isso envolveria uma melhor discussão das ações de mobilidade pretendidas para a conexão entre as últimas.

Em relação a espaços públicos, a Diagonal (2021) apresentou uma lista elaborada pela Prefeitura de Maceió com 10 (dez) Espaços Livres Públicos (praças e parques) priorizados para investimentos e que deveriam ser aderidos ao PAS. Entre as quais, não foram indicadas pontualmente quais seriam contempladas, ainda que reconhecido que estavam em áreas prioritárias. No caso do Petrópolis, consta nessa lista a Praça José Gomes de Souza (Praça do trenzinho) que foi reformada, com o processo constando no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió (2023) com recursos atribuídos a uma outorga onerosa de um edifício localizado na Ponta Verde[15].

Diante das discussões para a mitigação dos impactos sociourbanísticos trazidos no diagnóstico que incluem o bairro de Petrópolis, é visto que as questões que envolvem mobilidade e a oferta de educação foram exploradas com maior ênfase. No entanto, algumas questões ou foram pouco mencionadas no diagnóstico, ou se foram não refletiram até o momento na vida da população entrevistada. Nos resultados obtidos com o estudo de caso do Petrópolis observa-se uma deficiência em políticas

[15] Aditivo ao Termo de Compromisso nº 12/2022 publicado em 26 de junho de 2023. Processo nº 03100/80458/2022.

urbanas em vários pontos, desde a dificuldade de estabelecimento de laços de vizinhança e consequentemente na construção de uma vida comunitária.

No eixo sobre assistência social, é indicado a possibilidade de criação de um “Centro Integrado Intergeracional de Convivência Comunitária de Políticas Sociais Intersetoriais” com objetivo de “estimular à integração e aceitação do público realocado nos territórios anfitriões [...] fortalecimento do trabalho social com famílias [...] pertencimento ao território e a melhoria das condições objetivas de vida da população que foi realocada” (Diagonal, 2022, p. 129). Entende-se que a proposta seria um caminho para a integração da população em seus novos territórios que poderia refletir nas atividades cotidianas e de trabalho associadas a construção de laços com a vizinhança, mas deveria ser implantada com mais celeridade. Os resultados das entrevistas no Petrópolis demonstram os impactos para a geração de renda em casos que o estreitamento de vínculos com o território é primordial.

Dito isso, cabe voltar o olhar para o direcionamento dado às conclusões e mapeamentos postos no diagnóstico. Isso porque há um indicativo que a priorização das linhas de ações a serem contempladas pelo PAS deve seguir critérios de “custo e prazo de implantação; nível de prioridade para a sociedade civil e gestão pública; e potencial de impacto social positivo (contemplando a análise do alcance da ação, público atendido e demais critérios técnicos acordados) (Diagonal, 2021, p. 615). Além de serem critérios abrangentes, é necessário alinhar-se com o nível de priorização da prefeitura, diante das deficiências no planejamento urbano de Maceió, desde a interrupção das discussões para revisão do Plano Diretor Municipal, até as lacunas no acompanhamento da reterritorialização da população que se mudou da área de risco de subsidência.

No “Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico do PAS - Parte II: Caderno de Mapas Temáticos” a Diagonal (2022b), dedica-se aos mapeamentos que sintetizam o diagnóstico realizado, no último mapa realizou-se a sobreposição de alguns resultados encontrados, com o indicativo da natureza propositiva do PAS. Trata-se do “Mapeamento das estratégias do PAS”, posto com informações do destino das famílias realocadas, as centralidades postas como prioritárias, equipamentos urbanos e uma série de elementos que buscaram para justificar a escolha de oito

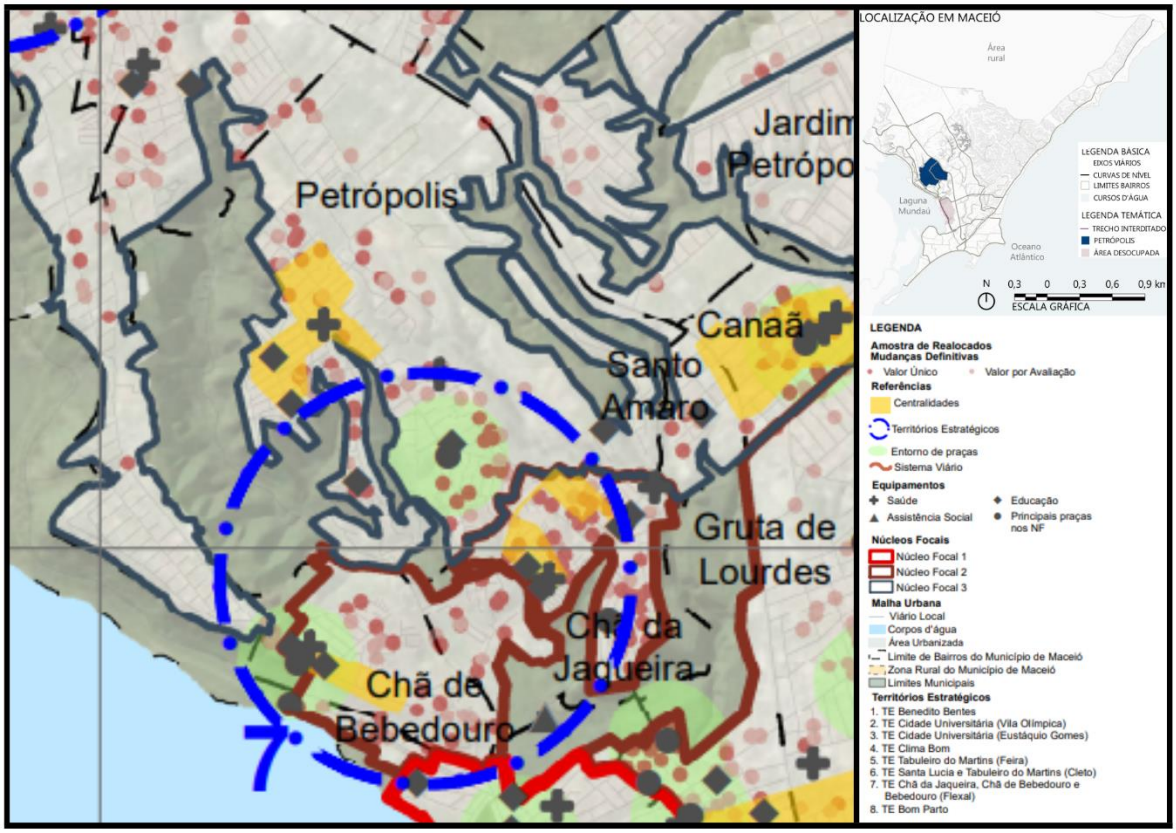
“Territórios Estratégicos[16]” a serem priorizados para a implementação das linhas de ações (ver anexo C).

A partir disso, é preciso discutir as estratégias que podem ser adotadas ao se tratar de uma problemática na escala da cidade com o direcionamento da locação das ações de mitigação dos impactos para as áreas de maior fragilidade pré-existentes e as frentes de expansão urbana da cidade que mais sofreram impactos com o aumento populacional. Comparar o grau de necessidade/importância dos territórios e priorizar os locais mais impactados, não diminui o grau de impacto em outras áreas e as dificuldades postas para a população realocada. Ainda que se tenha a necessidade da instalação de equipamentos em determinadas localidades, deve ser acompanhada de ações efetivas de mobilidade, que não devem restringir-se a melhoria de caminhabilidade do acesso ao transporte público, mas quem sabe em um cenário utópico com uma redefinição de maneira de pensar a articular os deslocamentos em massa na cidade.

Ao voltar o olhar para o Petrópolis, observa-se que parte do seu território está no Território Estratégicos 7, compreendendo os limites com os bairros de Chã da Jaqueira e Chã de Bebedouro (ver figura 29).

[16] A proposta e definição dos Territórios Estratégicos é uma discussão que surgiu a partir do Poder Público Municipal.

Figura 29: Delimitação do Território Estratégico 7 do PAS abrangendo os bairros Bebedouro, Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira e Petrópolis



Fonte: Diagonal, 2022b. Adaptado pelo autor, 2024.

A partir de então, observa-se que as respostas aos impactos das mudanças acabaram não abrangendo todo o bairro, assim como ocorreu em outras localidades da cidade. Dessa forma, entendendo que o Território Estratégico 7 corresponde principalmente as áreas dos bairros Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira adjacentes à área de risco em Bebedouro, com uma intensa concentração de destino das famílias realocadas pela proximidade e condições de reterritorialização relacionadas a realidade financeira destas, as respostas aos impactos da subsidência nessa área acabaram sendo mais vistas e até mesmo priorizadas mais fora do que dentro do Petrópolis.

Sendo assim, ainda que o debate posto no PAS compreenda boa parte dos aspectos da reterritorialização apreendidos com as entrevistas, a indicação de direcionamento da localização das obras e equipamentos a fim de mitigar os impactos acabaram não abrangendo as necessidades relatadas, ou não está claro como será implementado nas áreas não-estratégicas. É visto uma realidade que necessita ser melhor compreendida para que se possam alcançar ações concretas que melhorem a adaptação das pessoas ao novo território e, consequentemente, a qualidade de vida

de todo o bairro. No entanto, ainda não é possível realizar uma leitura aprofundada sobre como o PAS de fato será consolidado, visto que após a divulgação do diagnóstico, nenhum debate ou documento foi divulgado.

Os desafios apreendidos a partir dos relatos no Petrópolis, bem como as ações de mitigação realizadas até então, demonstram a necessidade de planejar de maneira integrada e não pontual a organização territorial e os aspectos socioambientais que contribuam para a qualidade de vida da população também na escala da cidade e com medidas a serem trabalhadas a longo prazo. Isso, diante do indicativo de priorização das ações do PAS em áreas da cidade mais impactadas pela realocação das famílias e a necessidade de integração com esses territórios. Ante o exposto, considera-se que as discussões postas para repensar o bairro do Petrópolis nesse cenário de incertezas e profundas mudanças na conformação do espaço urbano de toda a cidade, carecem urgentemente da retomada da revisão do Plano Diretor de Maceió. Essa, em hipótese alguma, deve barrar a participação popular ativa nas discussões necessárias a temas imprescindíveis ao cenário atual maceioense, tais com a oferta de serviços e infraestrutura urbana, mobilidade, promoção de habitação, expansão urbana e a gestão de riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de evacuação de uma área urbana com cerca de 274 hectares decorrente de décadas de uma exploração mineral desenfreada colocou em risco à promoção da sustentabilidade e segurança urbana em Maceió. Os moradores afetados nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro que se mudaram para o bairro do Petrópolis foram colocados nessa trama por meio da destituição de seus territórios, com impactos abruptos sobre seus laços sociais e condições materiais.

O cenário das expulsões é agravado pela falta de participação da população nos processos decisórios e a lacuna no acompanhamento após as remoções. É preciso que o Estado no âmbito municipal não apenas cumpra a sua função em fiscalizar e punir os responsáveis pelos danos da mineração em Maceió, mas também exerça o seu papel de garantidor do bem estar social para as pessoas direta e indiretamente atingidas. A realidade é um desafio para o planejamento urbano da cidade e da Região Metropolitana em meios as urgentes demandas de (re)construções necessárias à promoção de habitação, mobilidade, segurança urbana, segurança ambiental e mitigação de vários equipamentos urbanos perdidos/sobrecarregados.

Evidencia-se que a desterritorialização-reterritorialização desestrutura a vida dos atingidos em vários sentidos, desde a psicológica até a socioeconômica. As populações atingidas estão imersas em perdas e mudanças repentinas que alteraram relações sociais, econômicas e identitárias. Estas para que possam ser reconstituídas nos novos territórios, devem estar em evidência nas discussões, enfatizando não apenas a necessidade de garantir a preservação da memória associadas ao território rachado, mas também à possibilidade de criação de novas vivências em espaços urbanos voltados a vivência coletiva da cidade.

Ademais, a reterritorialização quando apreendida em um recorte específico, sendo entendido e caracterizado criticamente, reforça que na constante disputa entre dominação e apropriação a destituição do território incide sob o lado mais fragilizado, colocando-o novamente à mercê das lógicas funcionalistas de produção do espaço que afetam diretamente a qualidade de vida desses povos.

Sendo assim, a reterritorialização não deve ser investigada alheia aos aspectos que caracterizam e dão cara ao território de destino. Isso porque, esse entendimento

permite ampliar a visão da relação entre origem e destino no processo de realocação, aguçando o olhar crítico. Os relatos apreendidos com os entrevistados demonstram que as escolhas no processo de mudança não estão necessariamente ligadas as condições postas pelo destino. Por mais que tenham justificativas de mudança para o Petrópolis pela proximidade com parentes ou amigos, o poder de compra acaba sendo o principal limitador das possibilidades de escolha, até mesmo dentro do próprio bairro.

Além disso, a realização de entrevistas como um procedimento metodológico desse estudo, permitiu uma aproximação com a realidade das pessoas afetadas, porém apresenta limitações associadas à especificidade do caso em si. Dado a dispersão da população discutida ao longo do trabalho, contatar essas pessoas tornou-se um desafio refletido na quantidade de entrevistas realizadas. A concentração das informações de origem e destino da população em posse da Braskem, assim como o afastamento do poder público municipal do processo de mudança é expresso na negligência quanto à precisão do destino e da situação socioeconômica dessa população. Logo, dificulta a investigação acadêmica e o acesso a dados aproximados sobre essa população.

Contudo, diante dos resultados obtidos, reconhece-se que a investigação do Petrópolis enquanto um dos bairros de destino da população afetada pela mineração da Braskem demonstrou a importância da territorialidade para os afetados por desastres e forçados a deslocar-se, uma vez que esta afeta as suas relações socioespaciais. São mudanças do cotidiano que, quando confrontadas com uma análise crítica das condições oferecidas pelo bairro, apontam para a necessidade de ampliação dessa investigação dado a dimensão do ocorrido. Compreender estas dinâmicas coloca em questionamento os aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano e a qualidade de vida da população afetada, podendo apresentar subsídios para a (re)discussão de políticas públicas de gestão de desastres em área urbana.

Ademais, o estudo pode desdobrar-se dado a necessidade de ampliação dessa investigação diante a dimensão do ocorrido. Dessa forma, a investigação poderia ser aplicada em outras áreas da cidade, sobretudo nos bairros e/ou localidades que receberam maior contingente populacional. Para o bairro do Petrópolis, tem-se a possibilidade de aprofundar as investigações em uma temática em especifico a partir dos resultados apreendidos.

A iminente necessidade de revisão do Plano Diretor Municipal de Maceió, exige estratégias de planejamento e gestão da cidade capazes de promover uma reestruturação do espaço urbano eficiente e que atenda às necessidades para a reconstituição de uma cidade geologicamente e simbolicamente rachada. Essas redefinições devem ser direcionadas a partir de um entendimento amplo da cidade, considerando passado e presente para o vislumbre de um futuro mais justo e seguro. No mais, é importante atentar para às lacunas do planejamento que apontam as permissões e acomodações que foram construídas ao longo do desastre em curso entre quem deveria regular (Estado) e quem deveria ser regulado (a Braskem) nesse cenário como um todo.

REFERÊNCIAS

APSA. **Relatórios de Inteligência Imobiliária.** 2019. Disponível em: https://apsa.com.br/aluguel/inteligencia-imobiliaria/relatorios-de-inteligencia-imobiliaria Acesso em: 30 nov. 2023.

ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil. *In:*_____. **A questão do território no Brasil.** São Paulo – Recife: Editora Hucitec, IPESPE. 1995. p. 19 – 28.

BALBIM, R; KRAUSE, C. e LINKE, C. C. **Cidade e Movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea: ITDP, 2016.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia J. Aprendendo a entrevistar. Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC,** Florianópolis, V. 2 n. 1, p. 68-80, jan-jul. 2005.

BOTELHO, A. A produção do espaço urbano como estratégia do capital. *In:*_____ **O urbano em fragmento: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BRASKEM. Sítio da Braskem. 2024. Disponível em: https://www.braskem.com.br/alagoas. Acesso em: 15. fev. 2024.

BRASKEM. Relatório da Administração Braskem 2022. 2023. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/540b55c5-af99-45f7-a772-92665eb948e9/58b44223-b90e-bd19-3a61-e262e3a01ca2?origin=1. Acesso em 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de acordo para extinguir a ação civil pública socioambiental**, dez. 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/al/arquivos/2021/Acordo_ambiental.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **UBS Brasil**. 2024 Disponível em: https://www.ubsbrasil .org/sobre/unidade-de-saude-do-programa-da-familia-joao-sampaio? Idempresa =um idade-de-saude-do-programa-da-familia-joao-sampaio Acesso em 15 jan. 2024.

CARVALHO, I. Valor do aluguel em Maceió dispara após notícia do despejo de 17 mil pessoas. **Brasil de fato**, Maceió, 15 jan. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com .br/2020 /01/15/valor-do-aluguel-em-maceio-dispara-apos-noticia-do-despejo-de-17-mil-pessoas/#:~:text=A%20not%C3%AD cia%20de %20que%20a%20min eradora% 20Braskem%20remover%C3%A1,das%20 Empresas%20do%20Mercado%20Imobili%C3%A1rio%20de%20Alagoas%20%28Ad emi-AL%29. Acesso em: 15 nov. 2023.

CINCO linhas de ônibus são suspensas em Maceió**. G1 AL,** 01 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/05/01/cinco-linhas-de-onibus-sao-suspensas-em-maceio.ghtml. Acesso em: 3 jul. 2023.

CITTAMOBI. Google Play Store. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.cittabus

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

DIAGONAL. **Plano de Ações Sociourbanisticas: Diagnóstico Técnico Participativo do PAS**. 2021. Disponível em: https://diagonalsocial my.sharepoint. com/personal/maisdialogos_diagonal_social/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos%2FDiagn%C3%B3stico%20T%C3%A9cnico%20Participativo%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos&ga=1 Acesso em: 05 fev. 2024.

DIAGONAL. **Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico PAS - Parte I**. 2022a. Disponível em: https://diagonalsocial-my.sharepoint.com/personal/maisdialogos_diagonal_social/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos%2FDocumento%20T%C3%A9cnico%20Complementar%20%2D%20Parte%20I%2Epdf&parent=%2Fpersonal%

2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos&ga=1 Acesso em: 08 fev. 2023.

DIAGONAL. **Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico PAS - Parte II:** caderno de mapas. 2022b. Disponível em: https://diagonalsocial-my.sharepoint. Com /personal/maisdialogos_diagonal_social/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal %2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos%2FDocu mento%20T%C3%A9cnico%20Complementar%20%E2%80%93%20Parte%20II%2E pdf&parent=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments% 2FDocumentos&ga=1 Acesso em: 15 fev. 2023.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global:** fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In:* Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. **Anais** [...]. Porto Alegre: Ufrgs, 2004a.

HAESBERT, R. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In:* X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Usp, 2005. p. 6774 – 6792.

_____. Sociedade de In-segurança e dês-controle dos territórios. *In*: 1º Encontro Nacional da ABRI Instituições Internacionais, 2007, Brasília. **Anais** [...]**.** Brasília: Puc Minas – Unb, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010.

INTERDIÇÃO de via no Mutange altera itinerário de linhas de ônibus em Maceió. **AL 1**, 26 mar. 2020. Disponível em: https://al1.com.br/informacao/noticias/42004 /interdi cao-de-via-no-mutange-altera-itinerario-de-linhas-de-onibus. Acesso em 3 jul. 2023.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira. **Expansão urbana de Maceió, Alagoas**: caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do plano de desenvolvimento - de 1980 a 2000. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1313. Acesso em: 22 set. 2023.

LEFEBVRE, H. 1986(1974*). La Production de l'Espace.* Paris: Anthropos.

LEGROUX, J. A triplicidade do espaço e das práticas cotidianas de mobilidade para o estudo da fragmentação socioespacial . GEOgraphia, v. 23, n. 51, 19 jul. 2021.

LOPES, A.; JUNQUEIRA, E. **Habitação de interesse social em Maceió**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2005, p.152.

MACEIÓ. Governo Municipal. Plano Diretor de Maceió. Lei n. 5.486, de 30 de dezembro de 2005**. Diário Oficial do Município de Maceió.** Maceió, AL, dez. 2005.

MACEIÓ. Governo Municipal. Código de Urbanismo e Edificações de Maceió. Lei. n. 5.593, de 08 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial do Município de Maceió.** Maceió, AL, fev. 2007.

MACEIÓ. Lei Municipal n. 4.687, de 08 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o perímetro urbano de Maceió, suprime divisão distrital e institui abairramento. Maceió, AL: **Diário Oficial do Município de Maceió**, 1988.

MENDES, J. A dignidade das pertenças e os limites do neoliberalismo: catástrofes, capitalismo, Estado e vítimas. **Sociologias,** Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 58-86, dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/RqTLbtkv53pQvPpy5xbNN4D/?format=pdf Acesso em: 05 dez. 2023.

MEP. Núcleo de Estudos Morfologia dos Espaço Públicos. **Cadastro dos parcelamentos do solo de Maceió**, Alagoas, 1945-2010. FAU-UFAL. Maceió, AL.

MOOVIT. Google Play Store. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.tranzmate

NAKAMURA, A. L. S. A justa e previa indenização na desapropriação. Dissertação de Metrado – Pontifica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/ 5853/1/ Andre% 20Luiz% 20dos%20Santos%20Nakamura.pdf Acesso em: 20 dez. 2023.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira. **Expansão urbana de Maceió, Alagoas**: caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do plano de desenvolvimento - de 1980 a 2000. 2015. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1313. Acesso em: 22 set. 2023.

PARAHYBA, R. B. V. et. Al. Solos do município de Maceió-AL. *In*: XVII Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água, 2008, Rio de Janeiro. **Anais** [...]**.** Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2008, p. 1-4.

PETROSYNERGY. **Sítio Petrosynergy**. 2023. Disponível em: http://www.petrosynergy.com.br/. Acesso em 20 ago. 2023.

QUARANTELLI, Enrico L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. Tradução: Raquel Brigatte. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 33. 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSQ_33_0_Quarantelli.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

RODRIGUES, Rosemary Lopes. **Conservação do patrimônio cultural: perspectivas sobre o sítio industrial da antiga Caft, Rio Largo/AL**. 2017. Dissertação de Mestrado — Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2017. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1813 Acesso em: 20 jul. 2023. Acesso em: set. 2023.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 18 – 43, 2019.

SACK, R. **Human Territoriality** : its theory and history. Cambridge : Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização *In:* FERREIRA, A. P.; VAINER, C.; PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, M. de O. (org.). **A experiência Migrante:** entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Censo do Mercado Imobiliário 2019.** [S.l.]: Sinduscon, 2019.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Censo do Mercado Imobiliário 2021.** [S.l.]: Sinduscon, 2021.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Censo do Mercado Imobiliário 2023.** [S.l.]: Sinduscon, 2023.

TROCATE, C; COELHO T. **Quando vier o silencio:** o problema mineral brasileiro. São Paulo. Fundação Rosa Luxemburgo – Expressão Popular, 2020.

VAINER, C. A violência como fator migratório: Silêncios teóricos e evidências históricas. **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], n. 25, p. 5–9, 1996. DOI: 10.48213/travessia.i25.566. Disponível em: https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/566. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos? *In:* FERREIRA, A. P.; VAINER, C.; PÓVOA NETO, H.; SANTOS, M. de O. (org.). **A experiência Migrante:** entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA IN LOCO

ROTEIRO ENTREVISTA IN LOCO
Código entrevistado:
Aprovada sob o CAEE nº 73479423.7.0000.5013

BLOCO 1 - DADOS

Qual sua idade?
( )18 - 59 anos ( )60 - 74 anos ( ) 75 - 90 anos ( )Não quero responder ( ) outro

Quantas pessoas moravam com você antes da mudança?
R._____

( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

Quantas pessoas moram com você atualmente?
R._____

( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

BLOCO 2 - DINÂMICA ANTERIOR
Objetivo: Entender a dinâmica do entrevistado no bairro em que morava antes da remoção e a relação com a cidade até então.

1. Em qual bairro você morava:

( ) Bebedouro ( ) Bom Parto ( ) Farol ( ) Mutange ( ) Pinheiro

2. Há quanto tempo morava no bairro?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

3. O que você mais gostava no local em que morava?
R._____
_____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

4. E o que menos gostava?
R._____
_____

_____
_____

5. Você trabalhava ou estudava no bairro?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

6. Você precisava sair do bairro para trabalhar e/ou estudar?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder.

7. Como você acessava os serviços de saúde pública?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

8. Quais outras atividades eram realizadas no bairro?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

9. Quais locais fora do bairro você costumava frequentar? Para quais atividades?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

10. (Caso não seja mencionado os locais de acesso ao consumo nas respostas às perguntas 8 e 9)
- Quais os locais você costuma frequentar para fazer compras?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

11. (Caso não seja mencionado os locais de acesso ao lazer nas respostas às perguntas 8 e 9)
- Quais os locais você costumava frequentar para lazer?

R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

12. De que forma você se deslocava dentro do bairro?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

13. De que forma você se deslocava para fora do bairro?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

BLOCO 3 - PROCESSO DE MUDANÇA E DINÂMICA ATUAL
Objetivo: Entender os motivos que culminaram na mudança para o Petrópolis e as mudanças do cotidiano e na relação do entrevistado com a cidade.

14. A Braskem já realizou o pagamento pelo seu antigo imóvel?
R._____
_____
_____
( ) Não gostaria de responder

15. Você já morou em outro endereço após a saída da área de risco e/ou pretende mudar-se do atual?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

16. O que te levou a escolher o Petrópolis?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

17. (Caso não seja mencionado as relações de vizinhança na resposta à pergunta 16) - Existe alguma relação de proximidade com parentes ou vizinhos que influenciou nessa decisão?
R._____

_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

18. Quais as principais diferenças entre o local de moradia atual e o de antes da subsidência?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

19. (Caso não seja mencionado aspectos negativos e/ou positivos na resposta à pergunta 19) - Existem pontos negativos e/ou positivos que você gostaria de mencionar?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

20. Em quais locais você trabalha ou estuda atualmente? Há desvantagens e/ou melhorias em relação a antes da subsidência?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

21.Como você acessa os serviços de saúde pública atualmente? Há desvantagens e/ou melhorias em relação a antes da mudança?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

22. Você costuma realizar outras atividades dentro do bairro?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

23. Quais locais fora do bairro você costuma frequentar atualmente? Para que?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica

( ) Não gostaria de responder

24. (Caso não seja mencionado os locais de acesso ao consumo nas respostas às perguntas 23 e 24)
- Quais os locais você costuma frequentar para fazer compras?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

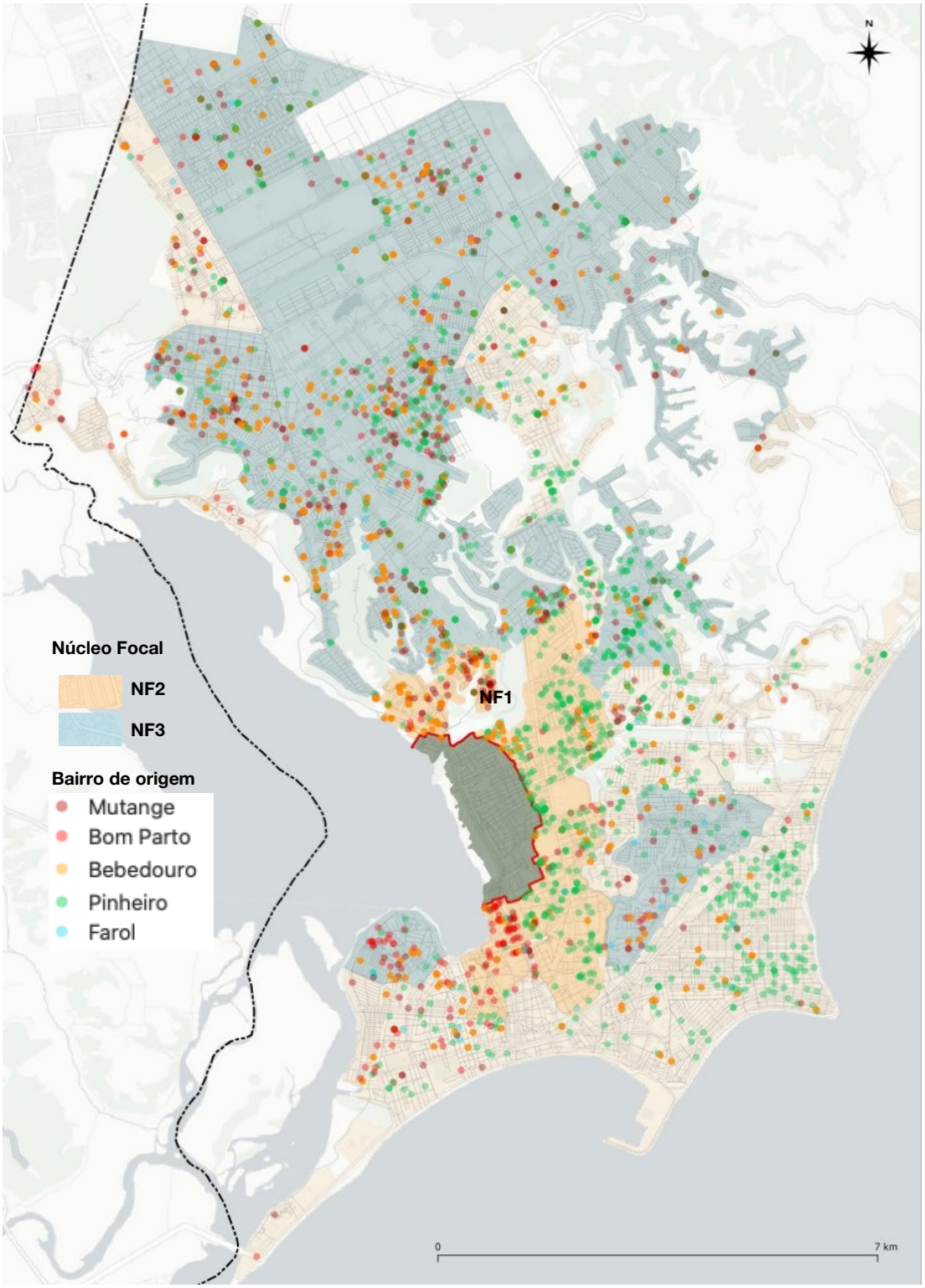
25. (Caso não seja mencionado os locais de acesso ao lazer nas respostas às perguntas 23 e 24)
- Quais os locais você costuma frequentar para lazer?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

26. De que forma você se desloca dentro do bairro? Quais os principais desafios?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responder

27. De que forma você se desloca para fora do bairro? Quais os principais desafios?
R._____
_____
_____
( ) Não se aplica
( ) Não gostaria de responde

ANEXO A – MAPA DE ORIGEM E DESTINO DOS DESLOCAMENTOS

Figura 26. Famílias realocadas segundo bairro de origem: Mutange, Bom Parto, Bebedouro, Pinheiro e Farol



Fonte: Diagonal, 2022.

ANEXO B – MAPA DAS CENTRALIDADES

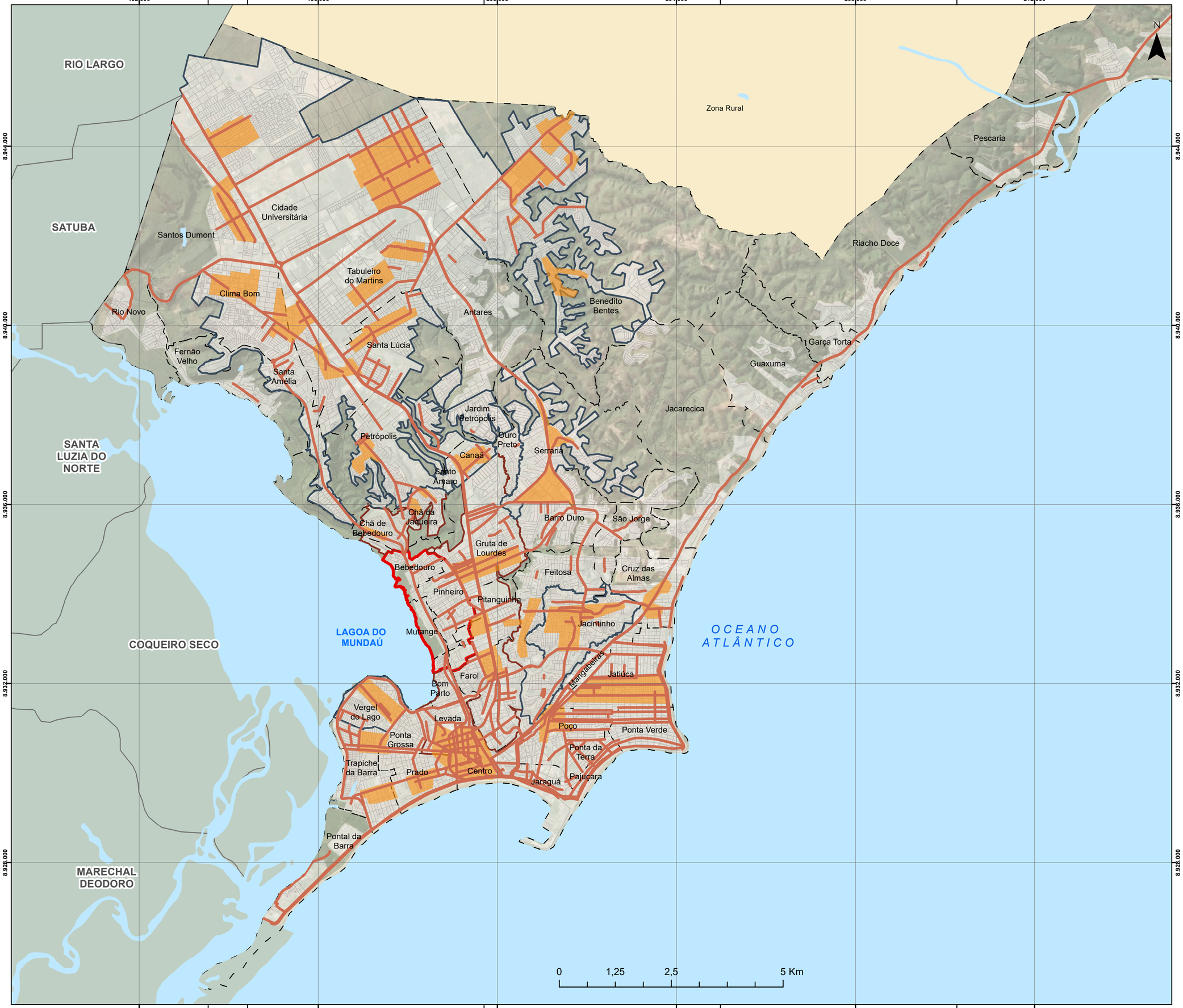
PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

EIXO 3: QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL

NF4 Maceió, identificação das áreas de centralidade e sua rede

Localização das centralidades identificadas no território de Maceió, incluindo a localização dos Corredores de Atividades Múltiplas - CAM (Código de Urbanismo e Edificações, 2007).



LEGENDA

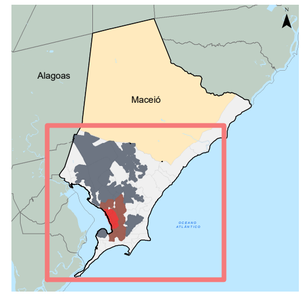
- Corredor de Atividades Múltiplas - CAM
- Vias Locais
- Centralidades

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Área Urbanizada
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais



Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS- PAS	**Data:** Setembro 2022
MAPA 165 - NF4 MACEIÓ, IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE CENTRALIDADE E SUA REDE	**Escala:**

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
RECEITA FEDERAL (2021)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015);

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sistema Geodésico de Referência - Sirgas2000
ProjeçãoUniversal Transversa de Mercator - UTM Fuso 25s

Diagonal
Pessoas são o nosso território

ANEXO C – MAPA DOS TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS

PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

PARÂMETROS DE INTEGRAÇÃO E PRIORIZAÇÃO TÉCNICA DE AÇÕES EM TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS

Territórios Estratégicos para o PAS

Localização dos Territórios Estratégicos para o PAS, estabelecidos a partir da sobreposição das camadas de informações sobre tipo de processo de compensação das famílias realocadas, centralidades prioritárias, cobertura de espaços livres e estudos e projetos em andamento pela Prefeitura de Maceió.

LEGENDA

Amostra de Realocados
Mudanças Definitivas
- Valor Único
- Valor por Avaliação

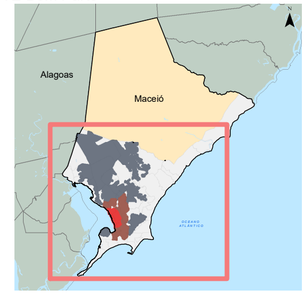
Referências
- Centralidades
- Territórios Estratégicos
- Entorno de praças
- Sistema Viário

Equipamentos
- Saúde
- Educação
- Assistência Social
- Principais praças nos NF

Núcleos Focais
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana
- Viário Local
- Corpos d'água
- Área Urbanizada
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais

Territórios Estratégicos
1. TE Benedito Bentes
2. TE Cidade Universitária (Vila Olímpica)
3. TE Cidade Universitária (Eustáquio Gomes)
4. TE Clima Bom
5. TE Tabuleiro do Martins (Feira)
6. TE Santa Lucia e Tabuleiro do Martins (Cleto)
7. TE Chã da Jaqueira, Chã de Bebedouro e Bebedouro (Flexal)
8. TE Bom Parto



Núcleos Focais
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS- PAS	**Data:** Setembro 2022
MAPA 206 - TERRITÓRIOS ESTRTÉGICOS PARA O PAS	**Escala:** 55.000

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
RECEITA FEDERAL (2021)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015);

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sistema Geodésico de Referência - Sirgas2000
ProjeçãoUniversal Transversa de Mercator - UTM Fuso 25s

Diagonal

N

0 1,25 2,5 5 Km

192.000 196.000 200.000 204.000 208.000 212.000

8.944.000 8.940.000 8.936.000 8.932.000 8.928.000